

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

ANA IVANIA ALVES FONSECA

**AGRICULTURA FAMILIAR COMO SUSTENTABILIDADE: ESTUDO
DE CASO DO PLANALTO RURAL DE MONTES CLAROS/MG**

Rio Claro - SP
2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

ANA IVANIA ALVES FONSECA

AGRICULTURA FAMILIAR COMO SUSTENTABILIDADE: ESTUDO DE
CASO DO PLANALTO RURAL DE MONTES CLAROS - MG

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do *Campus* de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Darlene Aparecida Ferreira de Oliveira

Rio Claro - SP
2012

ANA IVANIA ALVES FONSECA

AGRICULTURA FAMILIAR COMO SUSTENTABILIDADE: ESTUDO DE
CASO DO PLANALTO RURAL DE MONTES CLAROS - MG

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do *Campus* de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Comissão Examinadora

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Prof^ª. Dr^ª. Flavia Maria Galizone

Prof. Dr. Samuel Frederico

Prof^ª. Dr^ª. Bernadete Castro Oliveira

Prof^ª. Dr^ª. Renata Medeiros Paoliello

Rio Claro, SP, ____ de _____ de 2012

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha inesgotável e infinita força.

Aos meus pais, que sempre foram o meu refúgio seguro.

Às minhas filhas Vanessa e Marcela, para as quais o meu amor é do tamanho do mundo.

À minha orientadora, Professora Dr^a. Darlene Aparecida Ferreira de Oliveira, pela confiança depositada, pela seriedade, pela convivência e pelos ensinamentos e experiências compartilhados.

Ao meu grande amigo Claudeni Rodrigues Oliveira, o meu principal incentivador nesta caminhada.

Aos meus amigos. Com risco de cometer uma injustiça por eventuais esquecimentos, registro meus agradecimentos às pessoas que, de várias maneiras, contribuíram para este trabalho e fizeram parte dele, e àquelas que, ocultamente, tornaram nossos dias mais felizes.

Aos entrevistados que se dispuseram a expor suas ideias e sua realidade, e que colaboraram com o objetivo do trabalho.

Aos bolsistas e amigos do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Rural - NEPGeR/UNIMONTES -, pelo companheirismo e pela dedicação.

À Universidade Estadual de Montes Claros, pelo apoio.

Ao Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros.

Aos colegas do Departamento de Geociência, por estarem sempre solícitos.

À FAPEMIG e ao CNPq/edital 58/2010, pelo apoio financeiro.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia e à UNESP de Rio Claro, que me deram esta oportunidade.

Às comunidades e suas populações, que tão bem me receberam.

Aos meus professores mestres, sobretudo a professora Darlene, por ter me proporcionado uma discussão mais aprofundada do rural, e a professora Lúcia Helena Grotão, pela sua sempre generosidade no olhar geográfico.

Aos colegas do Núcleo de Estudos Rurais - NEA/UNESP Rio Claro – que, ao longo do ano de 2009, me proporcionaram interação com a Universidade.

Se “o sertão é o mundo”, os Gerais foram um de seus pedaços...
(Fábio Borges da Silva)

RESUMO

A partir dos anos 1960, a agricultura brasileira passou por um processo de modernização que levou os pequenos agricultores a abandonarem suas propriedades, por não terem condições de concorrer com os grandes latifundiários. Viram-se, então, obrigados a buscar novas alternativas para produzir e sobreviver no novo mercado. Neste contexto de modernização, os médios e grandes produtores rurais passaram a utilizar intensivamente o solo com modernas técnicas de cultivo e de colheita, e a aplicarem fertilizantes e insumos para aumentar a produção sem, na maioria das vezes, se preocuparem com o meio ambiente e sua sustentabilidade. O resultado foi o agravamento dos problemas ambientais que, conseqüentemente, levou os agricultores e a sociedade a repensarem algumas práticas agrícolas e a pensarem novos modelos de exploração do solo. Nessa linha de pensamento, a agricultura familiar apresenta-se não só como opção de organização e de produção menos agressiva ao meio ambiente, mas também como meio de conservar diversos recursos naturais; porque sua relação com a terra não é simplesmente capitalista, levando em conta um tipo de convivência pacífica com seus diversos fenômenos, tanto naturais quanto humanos. O presente trabalho objetivou estudar esse cenário e se coloca como forma de entendimento dessas relações diversas e singulares. A pesquisa buscou a compreensão sobre a dinâmica, a manutenção e a resistência da prática da agricultura familiar na região Norte mineira. A conclusão da pesquisa aponta para o fato de que a agricultura familiar, no Norte de Minas, exerce um papel fundante para a economia local e para a manutenção dessas populações na área rural. A investigação partiu da premissa de que, por mais intensa que tenha sido a modernização no campo, ela não foi suficiente para extinguir esse modelo usado no Norte de Minas; além disso, muitos agricultores, além de o manterem, inventaram novas formas para preservar seu uso nessas áreas. A metodologia utilizou o estudo de caso, a revisão bibliográfica e uma pesquisa de campo *in loco*; esta última para se entender como a agricultura familiar estrutura-se na região. Também foram usados o método qualitativo e o quantitativo de análise. O qualitativo enfocou o *modus vivendi* das populações; e o quantitativo incluiu entrevistas semiestruturadas cujo objetivo foi entender como essas famílias vivem da agricultura e como elas se mantêm, isto é, sobrevivem com essa prática. A disposição dessas comunidades em torno de um núcleo central facilita o contato social, o que se reflete em outros setores, como a Associação, a qual mantém uma regularidade das reuniões; a colheita e o escoamento da mercadoria para o consumidor; e a reprodução cultural baseada nas manifestações da igreja católica. Percebe-se que a região Norte mineira possui um tradicionalismo no modo de fazer do rural, sobretudo no que tange às pequenas propriedades. Tudo isto permite uma unidade na organização. A relação do rural com o urbano ocorre pela extensão da feira; é nesta que, claramente, o urbano e o rural se completam; a feira e o mercado fazem, pois, parte da história das cidades do Norte de Minas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Norte de Minas. Sustentabilidade. Feira. Mercado.

ABSTRACT

From the year 1960, Brazilian agriculture has undergone a modernization process that has led small farmers to abandon their properties, because they did not compete with the big landowners. They found themselves, then forced to seek new alternatives to produce and survive in the new market. In this context of modernization, medium and large farmers started to use intensively the soil with modern techniques of cultivation and harvesting, and apply fertilizers and to increase production without, most of the time, worrying about the environment and its sustainability. The result was a worsening of environmental ambient problems, therefore, led farmers and society to rethink some agricultural practices and think about new models of land use. With this in mind, family farming has not only as an option of organizing and producing less aggressive to the environment, but also as a means of preserving various natural resources, because their relationship with the land is not simply capitalist, taking into account a kind of peaceful coexistence with its various phenomena, both natural and human. The present study investigated this scenario and arises as a way of understanding these relationships varied and unique. The research sought to understand the dynamics, the maintenance and strength of the practice of family farming in the northern region of Minas Gerais. The conclusion of the research points to the fact that the family farm in northern of Minas, plays a fundamental role for the local economy and the maintenance of these populations in rural areas. The investigation started from the premise that a more intense has been the modernization in the field, it was not enough to extinguish the model used in the north of Minas Gerais, in addition, many farmers, and keeping it, invented new ways to preserve their use in these areas. The methodology used the case study, the literature review and field research in situ, the latter to understand how the family farm structure in the region. We also used the qualitative method and quantitative analysis. The qualitative focused on the modus vivendi of the population; and the amount included semi-structured interviews aimed to understand how these families live on agriculture and how they maintain, that is, survive from this practice. The willingness of these communities around a central core facilitates social contact, which is reflected in other sectors, such as the Association, which maintains a regular meetings; collection and disposal of goods to the consumer, and cultural reproduction based on manifestations of the Catholic Church. It is observed that the northern region of Minas Gerais has a way of making the traditionalism of the countryside, especially in relation to small farms. This enables a unit in the organization. The relationship between rural and urban is the extension of the fair, which this is clearly urban and rural are completed, the fair and the market are therefore part of the history of the northern cities of Minas.

Keywords: Family Agriculture. North of Minas Gerais. Sustainability. Fair. Market.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da localização do município da pesquisa no Norte de Minas Gerais ...	19
Figura 2: Foto dos correntões e do voçorocamento do cerrado Norte mineiro	30
Figura 3: Mapa de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais	32
Figura 4: Mapa de localização da Bacia do São Francisco	34
Figura 5: Mapa das mesorregiões do estado de Minas Gerais	37
Figura 6: Tabela de indicadores sociais das mesorregiões de Minas Gerais	43
Figura 7: Mapa de Minas Gerais – vegetação	63
Figura 8: Plantio de eucalipto – Alto do Rio Pardo.....	65
Figura 9: Produção familiar na encosta.....	66
Figura 10: Norte de Minas: aspectos da Depressão Sanfranciscana.....	67
Figura 11: Processo de voçorocamento.....	69
Figura 12: Sede da fazenda dos Montes Claros.....	72
Figura 13: Ligação rodoviária da cidade de Montes Claros.....	74
Figura 14: Número de frequentadores que se autointitulam agricultores familiares	76
Figura 15: Disposição das comunidades	77
Figura 16: Ilustrativa de uma areeira na região do Planalto Rural	78
Figura 17: Mapa ilustrativo da Serra Velha - municípios de Montes Claros e de Bocaiúva.....	79
Figura 18: Visualização da comunidade Planalto Rural e suas principais localidades...	81
Figura 19: Plantio de chuchu na comunidade de Planalto Rural.....	84
Figura 20: Nível de propriedade da terra	88
Figura 21: Árvore genealógica da família Dias da Rocha	91
Figura 22: Gráfico do índice pluviométrico no período de 1960, do município de Montes Claros.....	92
Figura 23: Gráfico do índice pluviométrico no período de 1970, do município de Montes Claros	92
Figura 24: Gráfico do índice pluviométrico no período de 1980, do município de Montes Claros.....	93
Figura 25: Gráfico do índice pluviométrico no período de 1990, do município de Montes Claros.....	93

Figura 26: Gráfico do índice pluviométrico no período de 2000 a 2010, do município de Montes Claros.....	94
Figura 27: Barragem de contenção às margens da estrada vicinal no Planalto Rural	95
Figura 28: Barraginhas de armazenamento de água de chuva – Comunidade do Planalto Rural.....	98
Figura 29: Tipo de captação de água na comunidade	100
Figura 30: Mapa da localização dos municípios com as principais feiras e mercados no Norte de Minas Gerais	102
Figura 31: Quadro de santo	105
Figura 32: Conferência geraizeira.....	107
Figura 33: Reza ao pé do cruzeiro	108
Figura 34: Horta agroecológica	111
Figura 35: Criança da comunidade	111
Figura 36: Explicação sobre quintais agroecológicos.....	112
Figura 37: Prática de agroecologia da comunidade	113
Figura 38: Plantação de horta.....	115
Figura 39: Plantio às margens do rio	115
Figura 40: Terno de Folia de Reis dos Ferreiras	118
Figura 41: Foliões mais antigos da comunidade	119
Figura 42: Quadro de santo	121
Figura 43: A Folia e seus foliões	122
Figura 44: Banca no mercado de Porteirinha	125
Figura 45: Mercado e feira do município de Porteirinha	129
Figura 46: Relação do agricultor com a feira	131
Figura 47: Frequência do produtor nas feiras e no mercado	134
Figura 48: Utilização de insumos químicos	135
Figura 49: Barraca com plantas medicinais	136
Figura 50: Banca de feirante na feira do Mercado Central de Montes Claros	137
Figura 51: Mercado de Riacho dos Machados	137
Figura 52: Produtos diversificados na feira.....	141
Figura 53: Forno de fazer beiju	142
Figura 54: Frequência na feira de Montes Claros e de Bocaiúva	145
Figura 55: Utilização de insumos químicos	147

Figura 56: Atividades econômicas por setores	148
Figura 57: Plantio consorciado	149
Figura 58: Irrigação por gotejamento	150
Figura 59: Localização das areeiras nas proximidades de Planalto Rural	151
Figura 60: Processo de voçorocamento.....	152
Figura 61: Produção agrícola nas propriedades pesquisadas	153
Figura 62: Extrativismo de cunho medicinal: folhas, frutos, sementes e cascas.....	154
Figura 63: Motivos que levam a população a frequentar a feira	159
Figura 64: Produtos mais vendidos nas feiras e no mercado de Montes Claros e de Bocaiúva.....	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Índice pluviométrico médio no município de Montes Claros (mm/Mês) (2000)	94
Quadro 2: Estimativa econômica a partir de produtos produzidos na unidade familiar com cinco indivíduos	156

LISTA DE SIGLAS

AMANS – Associação dos municípios mineiros da SUDENE
AMPS – Associação dos municípios do Polígono da Seca
ASA – Articulação no semiárido brasileiro
ASPROHPEN – Associação dos hortifrutigranjeiros da região do Pentáuria
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CAA – Centro de Agricultura Alternativa
CEANORTE – Central de Abastecimento do Norte de Minas
CEPAL – Comissão econômica para a América Latina e o Caribe
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CMDRS – Comissão Municipal de Desenvolvimento Rural
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DER – Departamento de Estradas e Rodagens
DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra a seca
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO – Organização das Nações Unidas para agricultura e alimentação
FETAEMG – Federação Estadual dos Trabalhadores do estado de Minas Gerais
FJP – Fundação João Pinheiro
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNASA – Fundação Nacional da Saúde
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV – Índice de condição de vida
IDH – Índice de desenvolvimento humano
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IGA – Instituto de Geociências Aplicadas
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITER – Instituto da Terra

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de aquisição de alimentos
PAPP – Programa de apoio ao pequeno produtor
PIB – Produto Interno Bruto
PIMC – Programa um milhão de cisternas
PNAE – Programa de Alimentação Escolar
PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar
RURALMINAS – Fundação rural mineira de colonização e desenvolvimento agrícola
SEPLAN – Secretaria de Planejamento
STR's – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco
UF – Unidade familiar
UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros
VPB – Valor bruto da produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A OCUPAÇÃO E A FORMAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE DE MINAS	24
1.1 Os Gerais dentro da região Norte mineira	26
1.2 O Norte de Minas entre os caminhos da cana-de-açúcar, do ouro e dos latifúndios	38
2 ORIGEM DA AGRICULTURA NO BRASIL E NO NORTE DE MINAS	50
2.1 A manutenção da agricultura familiar	54
2.2 A modernização agrícola e suas implicações para a agricultura familiar na região Norte de Minas	59
2.3 O meio físico e a agricultura familiar no Norte de Minas Gerais	63
3 A CIDADE E A COMUNIDADE	71
3.1 Montes Claros: centro polarizador e dispersor	71
3.2 A pesquisa e a comunidade	76
3.3 A comunidade de Planalto Rural, de Montes Claros	78
3.4 O associativismo e o fortalecimento da agricultura familiar no Planalto Rural	82
3.5 A comunidade e sua estreita relação com a água.....	91
4 AS RELAÇÕES CULTURAIS, FAMILIARES E COMERCIAIS NA VIDA DA POPULAÇÃO RURAL DO NORTE DE MINAS	102
4.1 O contexto da família e da religiosidade no cotidiano rural Norte mineiro	104
4.1.2 A concepção da agricultura familiar a partir da diversidade da população	109
4.2 Manifestações culturais: terno de Folia de Reis	116
4.2.1 Os símbolos da Folia	120
4.3 Feira e mercado, espaço e relações sociais	123
4.4 A importância da agricultura familiar para as feiras e os mercados municipais no Norte de Minas Gerais	127
4.4.1 A feira, o mercado e sua relação com as cidades Norte mineiras	128
4.4.2 Do mercadinho ao mercadão: a contribuição para a manutenção da agricultura familiar	138
4.4.3 Os produtos vendidos no mercado e sua relação com o lugar	140

4.4.4 A reprodução da cultura da roça no mercado	142
5 A MANUTENÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PLANALTO RURAL DE MONTES CLAROS POR MEIO DA FEIRA E DO MERCADO	144
5.1 Os valores que não são computados na matemática do agricultor e sua contribuição para a segurança alimentar das famílias rurais	155
5.2 Motivos que levam a população a frequentar a feira do Mercado Municipal	158
5.3 Feira e mercado: relação e cotidiano	160
6 CONCLUSÃO	163
REFERÊNCIAS	167
APÊNDICE 1 – Entrevista semiestruturada com os produtores	178
APÊNDICE 2 – Entrevista semiestruturada nas feiras e no mercado	180

INTRODUÇÃO

Estudar a agricultura familiar como sustentabilidade no Norte de Minas Gerais, dentro do contexto atual, é algo que nos leva a refletir sobre vários aspectos e fazeres muito antigos, mas ganha uma nova roupagem quando os discutimos à luz de categorias como meio ambiente e sustentabilidade; estas propiciam o entendimento sobre o que mantém o fortalecimento dessas famílias e garante a sua permanência nesse ambiente rural.

Para tanto, o entendimento do conceito de meio ambiente possibilitar-nos-á entender o papel expressivo dessas comunidades para a preservação e a convivência com o meio ambiente e o seu entorno. Percebemos, ao longo da pesquisa, que uma preocupação inerente a todos é o bem-estar. Para melhor explicitar o que entendemos por meio ambiente, buscamos, em Medina (1994), a explicação que pudesse contemplar a realidade e a convivência dessas comunidades rurais:

Meio ambiente é o conjunto das ciências sociais e naturais e suas interações em um espaço e em um tempo determinados às interações da sociedade-natureza. E suas consequências no espaço em que habita o homem e do qual o mesmo é parte integrante. (MEDINA, 1994, p. 19).

A partir das ações da comunidade, esse conceito nos permite analisar que as comunidades rurais possuem um modo de vida específico, como é o caso da comunidade do Planalto Rural, a qual está estabelecida no município de Montes Claros/MG. Esse conceito nos aproxima do entendimento dos habitantes sobre o meio ambiente; os quais ainda buscam no entendimento da sustentabilidade um novo olhar para a manutenção e a permanência nessas áreas. O meio ambiente, para eles, é visto como uma simbiose na qual o que for feito pontual reflete no todo.

Buscamos, aqui, um conceito de sustentabilidade que mais refletisse o entendimento local. Para a comunidade, a sustentabilidades das áreas familiares tem que perpassar os limites da natureza e ocupar também os elementos básicos da sobrevivência do homem, agrupando, assim, as dimensões: ambiental, política, econômica, social e cultural. Para tanto, baseamo-nos na sustentabilidade descrita por Saquet et al (2010):

A sustentabilidade é pensada para além da proteção da natureza, incorporando o território, ou seja, a sustentabilidade política, econômica, cultural e ambiental. A natureza é um patrimônio territorial e precisa ser gerida pela sociedade local articulada a outros grupos sociais com capacidade de autogestão, valorizando a natureza, a ajuda mútua, o pequeno comércio, a autonomia, o trabalho manual do

agricultor, os saberes populares, a cooperação, os marginalizados, o patrimônio cultura-identitário, a biodiversidade, as microempresas, enfim, a vida. (SAQUET et al, 2010, p. 241).

É com base nesse pensamento globalizante da sustentabilidade e das questões ambientais que analisamos a comunidade pesquisada, onde o meio ambiente e a sustentabilidade fazem parte de um estado constante de pensamento, mas não se furta às questões da vivência cotidiana e todas as suas dimensões. A comunidade, localmente, é um reflexo do que aconteceu no Brasil nessas últimas décadas e que levou esses agricultores a uma reorganização do seu espaço, da sua forma de trabalhar e de se organizar.

Percebemos que o rural, nos últimos 60 anos, foi intensamente mecanizado, em nome de uma modernidade que não levou em conta inúmeros trabalhadores rurais que viviam e cultivavam as terras há várias gerações. Por isso, nossa pesquisa teve como recorte espaço-temporal a região Norte de Minas e a configuração da agricultura familiar ao longo da história. Fixamo-nos num momento histórico atual, o período entre as décadas de 1970 e 2010, durante o qual essa região veio a se des(configurar) e re(configurar), principalmente no tocante ao aspecto rural.

A pesquisa teve como objetivo a compreensão sobre a dinâmica e a sustentabilidade da agricultura familiar no Norte de Minas Gerais.

Utilizamos, como metodologia de pesquisa, a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo, *in loco*, para entendermos como a agricultura familiar se estrutura nessa região. Por isso, desenvolvemos um estudo de caso. Para Robert K. Yin (2005), há diversas possibilidades do uso do estudo de caso como estratégia de pesquisa. O autor ainda oferece uma definição operacional e diversas variações dos estudos de caso. Para ele, ainda, é possível realizar um estudo de caso. Nesta pesquisa, fizemos o estudo de caso em famílias da comunidade do Planalto Rural de Montes Claros, Norte de Minas Gerais.

Para procedermos à análise, fizemos entrevistas semiestruturadas com membros das famílias, com pessoas da Associação dos hortifrutigranjeiros da região do Pentáuria – ASPROHPEN –, e nas feiras e nos mercados municipais, com o intuito de coletar informações de natureza socioeconômica, cultural e ambiental que respondessem às nossas indagações.

A metodologia da história oral facilitou a relação de parceria entre o entrevistado e o entrevistador, gerando a possibilidade de o entrevistado construir sua fala e seu pensamento de modo articulado e livre, porém, objetivamente, e permitiu analisar a

inserção do sujeito como ator dentro de uma realidade (PORTELLI, 1997). Para melhor ilustrar as falas e a pesquisa, utilizamos o registro icnográfico, o que nos permitiu uma melhor visualização da área pesquisada.

Ao longo da história humana, os fazeres rurais estiveram embutidos no cotidiano dos povos e das nações; mas a antiguidade desses fazeres não garantiu notoriedade a essas populações que, ao longo da história, sempre se viram relegadas a um segundo plano no contexto social.

O desenvolvimento que ocorreu no agrário após 1960 modificou o campo brasileiro e é temática recente. Porém, dadas as suas implicações e a consequente modificação do meio rural, esse progresso levou a estudos mais densos e com um aparato maior de pesquisa, justificando esforços no sentido de desvelar essa temática. No entanto, em outras regiões, o modelo familiar de trabalhar a terra ainda resiste como na região do Norte de Minas Gerais; pois, mesmo com a interferência do modelo modernizador, vários grupos trabalham de forma familiar, garantindo certo nível de tradicionalismo, baseado no fazer rural, no qual as práticas, mesmo sofrendo alterações, ainda mantêm formas de saberes dos antepassados, como: trabalhar a terra com enxada, foice e outras ferramentas tradicionais nesses fazeres. As mulheres mantêm as formas de colher a mandioca e de fazer a farinha nos moldes das suas avós, com poucos recursos tecnológicos. Segundo elas, a farinha e o beiju (um subproduto da mandioca) mantêm o sabor original se feito dessa forma.

Apesar de eles se denominarem de várias formas, a base do seu trabalho é, sem dúvida, centrado na agricultura familiar. A busca para reafirmar, nesta pesquisa, um conceito centralizador que seria baseado na agricultura familiar gerou várias discussões, as quais se realizarão ao longo do trabalho; porém, de antemão, baseamos nossa pesquisa no conceito firmado por Wanderley (1996), para quem, a agricultura familiar é:

[...] entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 1996, p. 3).

Para a autora, o caráter familiar está nas diversas formas de se trabalhar, levando em conta o tripé família-produção-trabalho; sendo estas três formas inerentes às áreas rurais e perceptíveis principalmente nas áreas rurais do Norte de Minas que mantêm,

na sua gênese, uma forma tradicional de sustentar suas famílias com base na produção e na forma de trabalho, mesmo com a chegada dos diversos aparatos da mecanização. Entendemos, nesta pesquisa, que as formas camponesas de se trabalhar a terra permanecem, de alguma forma, embutidas nesses agricultores, porém, sua evolução ocorreu com a exigência do mercado e da adaptação ao mesmo. Para isso, buscamos novamente em Wanderley (1996) entender esta aproximação entre a agricultura familiar e a agricultura camponesa.

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global. (WANDERLEY, 1996, p. 4).

Portanto, entendemos que a agricultura familiar e a agricultura camponesa inserem-se uma na outra, sendo, às vezes, indissociáveis, pois o agricultor familiar de hoje é uma evolução do campesino de antigamente.

Para desenvolvermos nossa pesquisa, elegemos como área de estudo a comunidade do Planalto Rural, do município de Montes Claros, a qual está inserida na região denominada Norte de Minas Gerais; como podemos constatar na Figura 1.

Três fatores físicos caracterizam muito bem essa área: (1) o corte transversal da Serra Geral do Brasil, que corta a região no sentido Sul/Norte, e isto, segundo Chagas (1999), interfere nos fatores climáticos da região, acentuando as características de semiaridez; (2) o São Francisco, que é a principal bacia hidrográfica e que tem como denominação “o rio de unidade nacional”, porque corta cerca de 5 (cinco) estados brasileiros, todos localizados na região semiárida; e (3) a região Mineira, a qual está localizada na denominada depressão são franciscana, numa interface vegetacional do cerrado para a caatinga.

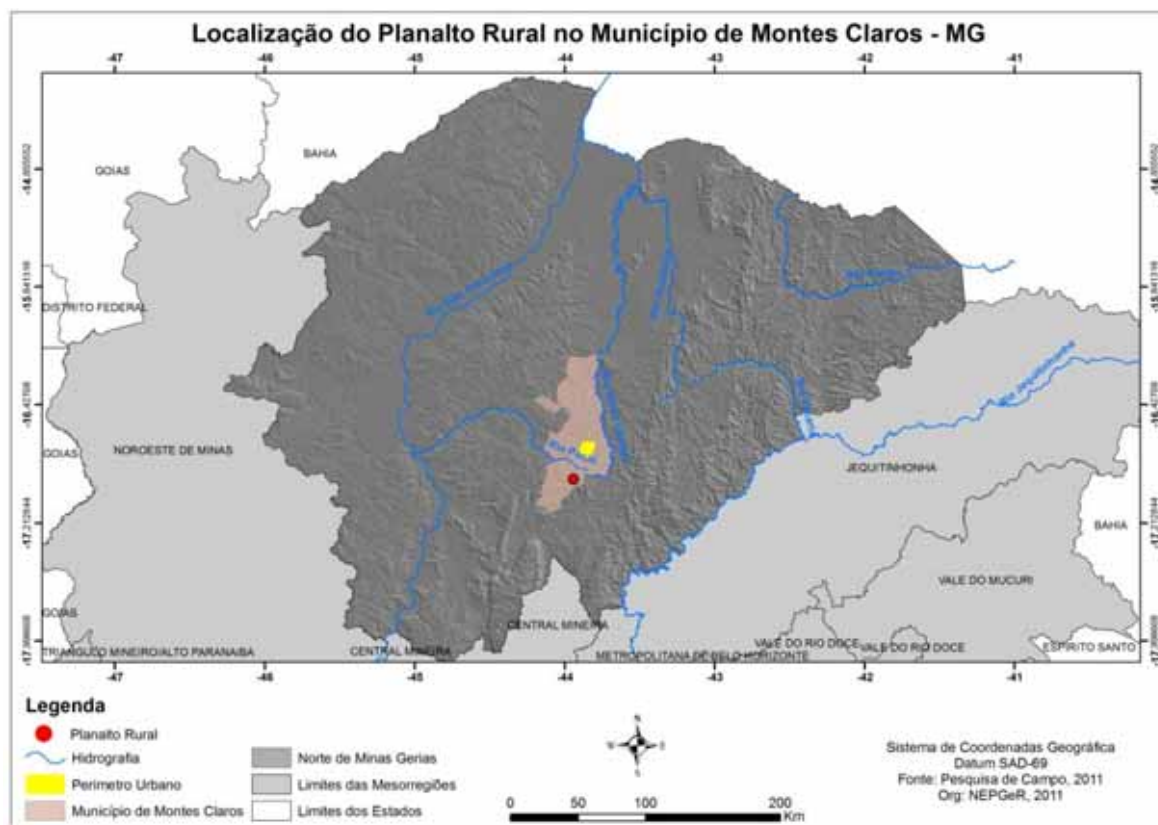


Figura 1: Mapa da localização do município da pesquisa no Norte de Minas Gerais
Fonte: GEOMINAS

Para delimitarmos a área de pesquisa, selecionamos os agricultores localizados no município de Montes Claros; como podemos observar no mapa da Figura 1, região que mantém e abriga muitos outros agricultores que lá já residem há muitos anos, o que destacamos em uma árvore genealógica, na Figura 20, para melhor comprovação de nossos argumentos. Nos relatos de pessoas mais idosas, entre 80 e 90 anos, apuramos que seus bisavôs já moravam nessa região, e praticavam o plantio junto às suas famílias.

Nesse sentido, analisar como essas populações ali se estabeleceram e se fixaram é tarefa que nos conduz a uma diversidade de observações. Tratar a agricultura familiar dentro do ambiente rural no Norte de Minas, sua formação e a reorganização do modo de fazer do seu cotidiano rural, é uma questão que norteou todo o nosso trabalho. Assim sendo, algumas questões iniciais devem ser colocadas:

1. Como essa população se manteve em uma área, relativamente, de pequenas propriedades?
2. Como seus fazeres rurais não os levaram à estagnação?

A tese que aqui defendemos é a de que a agricultura familiar no Norte de Minas exerce um papel fundamental para a economia local e para a manutenção dessas

populações na área rural. Partimos da premissa de que a modernização do campo, a qual ocorreu com a revolução verde, pensada para o Brasil após a década de 1960, e ganhou os campos brasileiros em forma de mecanização, por mais que tenha sido rápida, ainda não foi suficiente para a extinção desse modelo no Norte de Minas; e muitos agricultores que a praticavam e praticam mantiveram-se aí e reinventaram formas para sua manutenção nessas áreas, fazendo uso das políticas públicas que vieram a fortalecê-las e propiciaram a retomada de discussões sobre temas a elas inerentes. O fortalecimento dessas práticas foi, nos últimos anos, beneficiada com projetos e financiamentos de políticas públicas voltadas para essas populações rurais.

As respostas a essas indagações permitir-nos-ão entender em que medida a agricultura familiar local propiciou a manutenção das comunidades que se encontram aqui; mesmo com a transformação do agrário em algumas áreas no Brasil, ela se manteve, ora rearticulando internamente os modos de vida e de fazer da agricultura, ora externamente, por meio de conversas e de diálogos com o poder público, e se beneficiando de projetos governamentais. Acresça-se ainda a toda essa problemática a busca pelo entendimento das políticas públicas voltadas para esse setor, as quais vão subsidiar, em parte, essa manutenção.

Diante do exposto, constituem nossos objetivos específicos:

- descrever a constituição da região Norte de Minas sob a perspectiva do meio ambiente rural e suas características socioeconômicas;
- esclarecer como se deu a permanência da agricultura familiar no Norte de Minas Gerais;
- analisar como a permanência dessa comunidade foi possível a partir da estruturação social, ambiental e econômica, tendo, na agricultura familiar, o principal ponto de manutenção.

Em outras palavras, com este estudo sobre a agricultura familiar e sua importância para a permanência da população rural na região do Norte de Minas Gerais, buscamos compreender e esclarecer as questões aqui propostas.

Para fundamentar os objetivos almejados, destacam-se, como referenciais teóricos, as importantes contribuições de Carlos Rodrigues Brandão (2005), o qual vem realizando pesquisa na área, destacando a relação homem e natureza.

Buscamos, segundo Nogueira (2009), entender esta convivência dos biomas e de sua gente, e como esse homem coexistiu milenarmente desses espaços nos quais o

cerrado, na interface com a caatinga, parece reiterar a importância dessas áreas para os habitantes originários dos biomas. E, ainda, destacaremos como esses biomas se desenvolveram ao longo das últimas décadas.

Nesse sentido, em um de seus estudos, Martins (1985, p. 35) afirma que: “A chamada ‘modernização’ da agricultura brasileira modificou a fisionomia, a cultura, o semblante e a vida da nação”. Para entender como ocorreu todo esse processo no campo e quais foram as suas implicações, debruçamo-nos sobre os estudos de Elias (2003), Abramovay (1997 e 1998), Graziano (1985), Guazanroli (2001), Scheneider (2006), Oliveira (2001), dentre outros que estudaram as questões inerentes à agricultura, especificamente, à familiar.

Para a abordagem das questões regionais, buscamos apoio nos estudos realizados por Barbosa (2008), Chagas (2009), Dayrell (1998), Feitosa, (2006), Pozo (2002) e outros que também já retrataram essa região.

Dentro dessa linha de desenvolvimento da pesquisa, a utilização dos métodos qualitativo e quantitativo nos permitiu trabalhar tanto a subjetividade quanto a objetividade da pesquisa, abrindo, assim, um leque de possibilidades de exploração da riqueza dos detalhes, o que nos possibilitou melhor entendimento sobre a realidade do Norte de Minas Gerais.

As etapas da pesquisa de campo compreenderam: coleta de dados nos órgãos públicos, observação e participação em reuniões de associações, visita às comunidades e entrevistas com os agricultores.

Essas visitas ao campo tiveram como objetivo obter informações sobre a comunidade. Na oportunidade, a coleta de dados foi feita com aplicação de entrevista semiestruturada para obter não só dados socioeconômicos, mas também informações a respeito da vida cotidiana da comunidade. Posteriormente, foi efetuada uma análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, além de reuniões e seminários locais cuja população compareceu. Os dados encontram-se condensados em gráficos e tabelas.

As coletas e análises de dados de fontes secundárias relativas aos municípios foram realizadas em órgãos federais, estaduais e municipais, bem como em *sites* da internet. Os seguintes órgãos foram utilizados nesta pesquisa: ADENE (Agência de Desenvolvimento do Nordeste); AMPS (Associação dos municípios do Polígono da Seca); BNB (Banco do Nordeste do Brasil); CDI (Companhia Distrito Industrial); CEANORTE (Central de Abastecimento do Norte de Minas); BDMG (Banco de Desenvolvimento de

Minas Gerais); CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco); CAA (Centro de Agricultura Alternativa); DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra a seca); DER (Departamento de Estradas e Rodagens); EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural); FUNASA (Fundação Nacional da Saúde); IEF (Instituto Estadual de Florestas); INDI (Instituto de Desenvolvimento Industrial); IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste); SEPLAN (Secretaria de Planejamento); FETAENG (Federação dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais).

Todas as reuniões e os pontos observados foram documentados por meio de fotos do tipo postal ou de fotografias antigas da região, obtidas com os moradores locais. Algumas dessas fotos foram utilizadas não só para ilustrar os pontos observados, como também para expor elementos que compõem a paisagem das comunidades e a sua historicidade.

Os dados referentes à agricultura, à população, ao desenvolvimento e à infraestrutura, em geral, tiveram como base o Censo Agropecuário 2006, bem como os levantamentos de dados primários junto aos moradores dos municípios. O material cartográfico teve como fonte a pesquisa de campo e as informações contidas em cartazes e mapas da região. Fundamentando-nos nesse material e nas observações feitas, procuramos dar a nossa interpretação, buscando, nela, uma coerência o mais próxima possível de um trabalho de cunho científico.

No primeiro capítulo, discorremos sobre a região do Norte de Minas e suas diversidades regionais e ambientais, bem como a sua relação direta com as questões rurais e o seu processo de ocupação e de desenvolvimento.

No segundo capítulo, abordamos o meio físico e a sua relação com a agricultura familiar no Norte de Minas Gerais. Deixamos claro que o termo rural, aqui pesquisado, não é o sinônimo de atraso, mas aquele que remete a raiz e que vem secularmente mantendo, ali, uma população que resiste em não abandonar o seu “espaço”, noção entendida por Ab’Sabber (1994), o qual inclui todo o mosaico dos componentes introduzidos pelo homem ao longo da história.

No terceiro capítulo, estudamos, nomeadamente, a comunidade do Planalto Rural de Montes Claros/MG, onde foi realizado, de modo específico, o estudo de caso pelo qual analisamos o fenômeno da permanência, tendo como base as famílias que ali vivem.

No quarto e quinto capítulo, diante dos caminhos percorridos na pesquisa, destacamos a manutenção dessa população que tem a sua base familiar no Norte de Minas Gerais; sobretudo, as feiras e o mercado como lugares de convivência social nos quais processam e desenvolvem a sua economia. A análise das relações da comunidade com o lugar permitiu traçar uma análise do contexto das comunidades e de suas problemáticas.

Nesse sentido, podemos inferir que a agricultura familiar brasileira desempenha um papel marcante para a economia do país. Tratar a agricultura familiar a partir do olhar do geógrafo tem uma relação mais de complementaridade, a qual, para Ferreira (2001, p. 54), é: “Definida como atividade econômica praticada pelo homem e que visa à produção de alimentos e matéria-prima, assim como o extrativismo vegetal e a pesca, a agricultura é tema bastante antigo da Geografia”.

São essas produções que fazem das pequenas propriedades, nas quais a mão de obra familiar constitui a unidade básica de produção e consumo, as responsáveis por grande parte da produção dos alimentos e de matérias-primas, produzindo bons resultados econômicos e sociais para o país.

1 A OCUPAÇÃO E A FORMAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE DE MINAS

A região Norte de Minas, ao contrário das outras regiões do estado, teve como principal móvel de ocupação a diretriz da coroa portuguesa de exploração para o interior do país, visto que, até o século XVI, manteve as atividades econômicas, e a concentração da população estava praticamente restrita às áreas litorâneas.

Papel principal coube ao rio São Francisco que, por ser perene e navegável, se constituiu em um eixo de penetração dos exploradores, desde o interior da Bahia e Pernambuco até atingir o sertão norte mineiro. Segundo Prado Júnior (1997):

[...] A carne, elemento essencial da alimentação da colônia, foi fornecida pelo gado que vinha das fazendas estabelecidas ao longo do curso médio do São Francisco. Estimuladas pelo mercado próximo, as fazendas subiam mais a margem do rio, alcançando o território que hoje é mineiro, e penetrando até o rio das velhas. (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 75).

Por isso, aos poucos, foram se estabelecendo, ao longo das margens do rio, inúmeras fazendas de pecuária; expandindo-se, posteriormente, os currais para o restante do vale do São Francisco e seus afluentes. Disseminou-se, assim, um povoamento que, paulatinamente, daria lugar aos principais povoados e cidades da região.

A ocupação do Norte de Minas desenvolveu-se basicamente em dois momentos: na colonização, por volta do século XVII – com a chegada dos bandeirantes na região, considerados, na época, os desbravadores do sertão, e que adquiriram terras. Entre eles, o bandeirante Antônio Gonçalves Figueira, o qual constituiu a fazenda dos Montes Claros que, mais tarde, veio a ser denominada Arraial das Formigas; em 1831, passa à categoria de Vila de Montes Claros e, em 03 de junho de 1857, é elevada à categoria de cidade de Montes Claros (Oliveira, 2000).

O crescente desenvolvimento do município de Montes Claros veio a fortalecer o processo histórico de desenvolvimento de toda a região. Considerado um desenvolvimento tardio com relação às demais regiões mineiras, o Norte de Minas passou por um processo de ocupação de suas áreas rurais de forma desordenada. Apesar das características climáticas adversas, as grandes fazendas de gado organizaram-se em toda a região, segundo Pereira Laurindo (2006).

O segundo momento foi a inauguração da nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, no final do século XIX, fato que vem mudar a geografia urbana do estado e, conseqüentemente, a diferente configuração das cidades interioranas que faziam

convergência com a capital. Em 1926, a região liga-se definitivamente à capital, por meio de um ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil; esta vai escoar as mercadorias de todo o Norte de Minas e Sul da Bahia, e se manteve como principal elo entre as extensas regiões do estado da Bahia e do interior mineiro.

Essa ligação estabelece, no Norte de Minas, um entreposto comercial: saíam produtos regionais e entravam produtos industrializados de outras regiões. Seguramente, o produto mais comercializado era o boi de corte. Essa foi a dinâmica da economia dos municípios até 1960. Para Oliveira (2000):

Este panorama econômico se mantém por longo período de tempo sem que ocorressem significativas alterações. Só a partir do final da década de 1950, com a criação da SUDENE, é que a região passa de novo a apresentar transformações significativas na sua estrutura produtiva. (OLIVEIRA, 2000, p. 51).

A criação da SUDENE começa a ser idealizada para o Nordeste, mas tem sua área aumentada devido a alguns fatores naturais e econômicos do Norte de Minas, região que muito se assemelha aos estados nordestinos. Segundo Oliveira (2000):

[...] o problema no Nordeste já se fazia presente na Constituição brasileira de 1934 (arts. 5º e 177) (arts. 5º e 198), nos quais determinaram, respectivamente, um mínimo de 4 e 3 % da receita tributária da união para combatê-lo. Da regulamentação destes artigos e aplicação dos recursos, surge a necessidade de definição da região da seca ou a polígono da seca, foi definido em 1936 (lei 175/36), não incluindo o Norte de Minas. Isso só seria feito em 1946, pelo decreto-lei nº. 9.857. A mesma foi ampliada (incluindo a área mineira) pela lei 1.348, em 1951, que consagrou em definitivo o termo “polígono da seca” (embora a lei de 1936 já falasse em linha poligonal). (OLIVEIRA, 2000, p. 54).

Quando a SUDENE foi criada, em 1959 (lei 3.692), seu espaço de atuação foi definido como o Nordeste e a área do Polígono da Seca - AMPS (Área Mineira do Polígono da Seca). Para a SUDENE, o termo Nordeste englobava os estados do Sergipe e da Bahia, que fizeram parte da região Leste até 1969, segundo o IBGE. Anteriormente, o Banco do Nordeste (BNB) já havia estabelecido sua área de atuação em função do Polígono da Seca. Dessa forma, a região mineira também poderia usufruir dos empréstimos da instituição.

O Norte de Minas é considerado região de transição entre o Nordeste e o Sudeste brasileiros; apesar de pertencer ao estado de Minas Gerais, possui diversas características socioeconômicas e físicas semelhantes àquelas verificadas nos estados nordestinos. Segundo Silva:

A Região Norte de Minas se caracteriza pela sua situação de transição ecogeográfica: do Sudeste para o Nordeste brasileiro; de um clima subúmido para o outro semi-árido. Essa realidade climática é determinante no tocante à presença dos ecossistemas do Cerrado e da Caatinga e de formação de transição, assim como condicionante o frágil equilíbrio hídrico da região. (SILVA, 1999, p. 163).

O Norte de Minas, segundo a Fundação João Pinheiro, é uma das 10 regiões de planejamento de Minas Gerais, e se localiza entre as coordenadas 14° 30' e 18° latitude Sul e 41° e 46° longitude Oeste. Possui cerca de 120.000 km² de extensão, o que corresponde a 20,5 % do estado de Minas Gerais, de acordo com o IBGE. O que o particulariza é o fato de fazer limite com regiões mineiras com desenvolvimentos diferenciados; como é o caso do Vale do Jequitinhonha, região que apresenta um desenvolvimento pouco expressivo, em contraste com a região central, considerada uma das mais desenvolvidas do estado, e a Noroeste, que vem apresentando um desenvolvimento crescente. A proximidade com essas regiões faz com que o Norte de Minas apresente um desenvolvimento bastante variado.

Em termos físicos, o relevo do Norte de Minas é marcado pela presença da Serra do Espinhaço, a qual atravessa toda a região central na direção Norte/Sul; caracteriza-se por topos de serras, chapadas e planícies, apresentando altitudes de 750 a 1200 m, com extensas áreas de terras planas ou levemente onduladas, de solos geralmente profundos e pobres, com coberturas vegetais predominantemente do cerrado para a caatinga, conforme Ribeiro (2001). Nos anos de 1970 e 1980, tal vegetação foi rapidamente substituída pelas pastagens artificiais e pela monocultura de eucaliptos (CHAGAS, 1999, p. 38). A enorme diversidade de ambientes e nichos ecológicos que se verifica no Norte de Minas pode ser explicada pelo fato de a região estar situada numa ampla área de transição; correlacionando diferentes formas de relevo, vegetação, clima e precipitações anuais.

1.1 Os Gerais dentro da região Norte mineira

A região Norte de Minas é uma porção das Gerais¹, e não das Minas; são os Gerais que retratam toda essa diversidade e riqueza cultural. A formação do Norte de

¹ A denominação dá-se com referência aos Gerais, ou seja, planaltos, encostas e vales das regiões de cerrados. Os Gerais constituem um lugar no qual todos podem coletar seus frutos, como murici, pequi, mangaba, jatobá, coquinho azedo, araçá, baru, entre outros; e que são vendidos pelas beiras das estradas, nas ruas, nos mercados e feiras para complementar a renda familiar. Além disso, é um lugar no qual o gado é criado solto; também é possível a extração de lenha para o cozimento dos alimentos.

Minas, a partir das pequenas propriedades, teve seu povoamento inicial marcado pela mistura entre índios, baianos, paulistas e escravos fugidos que aqui chegaram, em épocas diferentes, vindos das regiões de mineração e/ou regiões de monocultura da cana-de-açúcar; núcleos que aqui se instalaram, formando os quilombos (ALMEIDA, 2003). Daí, a origem do povo do sertão do Norte de Minas: camponeses que souberam extrair dessas terras um rico regime alimentar oferecido por suas áreas de brejos/várzeas, caatingas, encostas, chapadas, cerrados e matas secas, ensejando seus sistemas agrícolas (GONÇALVES, 2000).

Os Gerais nascem nesse contexto; é onde se localiza uma interface de diversidades e de engenhosidades da natureza, sendo que, à primeira vista, nos assustamos com a mudança da paisagem que ora é de um cerrado intenso, ora passa para uma caatinga árida; geograficamente, caracterizamo-lo como pertencente ao semiúmido para o semiárido brasileiro.

Segundo pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (1991) -, essa região é marcada pela área de transição entre o cerrado e a caatinga. Embora 86% do semiárido brasileiro estejam no nordeste, 11% deles estão em Minas Gerais, especificamente, no Norte de Minas. Nesse sentido, Gonçalves (2000) classifica muito bem a paisagem local: a semiaridez da caatinga e do clima tropical-cerrado, aliados a um relevo no qual os contrafortes ocidentais da Serra do Espinhaço, com suas formas acidentadas, quebram a monotonia das chapadas.

As características dessa região não propiciam o cultivo da cana-de-açúcar, produto que plasmou a paisagem do Nordeste oriental úmido e que foi o carro-chefe de interiorização do Brasil. Foi o sentido Norte-Sul do complexo do Espinhaço que condicionou a drenagem, sobretudo, do rio São Francisco e, assim, proporcionou as condições de acesso à região, a partir da colonização do Nordeste brasileiro. A região, hoje conhecida como Gerais ou região do Sertão do São Francisco, da qual o Norte de Minas faz parte, baseou, no passado, a sua organização socioespacial em dois ciclos, como já descrito anteriormente: o da cana-de-açúcar, que a ligava ao Nordeste, e o ciclo do ouro, que a liga à região de Diamantina, Sabará, Mariana e Ouro Preto; esta, sim, a região das Minas (RIBEIRO, 2001).

Mas é bom ressaltar que, na atualidade, pouco se vê de interferência dessas regiões e desses ciclos - do ouro e da cana-de-açúcar - na região dos Gerais, principalmente nas áreas rurais, nas quais permanecem as populações rurais. Para Gonçalves (1999), a

região teve de forjar suas próprias condições de autossustentabilidade. Ainda para Gonçalves (2000), a característica mais original dessa região é a de não ter sua dinâmica diretamente determinada por uma racionalidade econômica mercantil; e é nesta característica que está pautada a sociedade que reside nessa porção do estado de Minas Gerais.

O fato de não ter tido, no passado, a dinâmica que a metrópole estabeleceu, como a da cana-de-açúcar, fez a região moldar seu cotidiano em outros fazeres que não o movido exclusivamente pelo capital.

Portanto, para Barbosa (2008), a ocupação desigual do cerrado está em sua formação. O processo de expulsão das populações locais por fazendeiros é antigo, para mais de três séculos de conflito. Os fazendeiros não possuíam apenas o poder econômico, mas também o de fazer justiça com as próprias mãos. Essa hegemonia manteve-se no Vale do São Francisco, e é originária da apropriação desigual que se legitimou, inicialmente, com o apoio da coroa portuguesa e, posteriormente, com o do Estado (GUIMARÃES, 2000). No segundo caso, o cerrado Norte mineiro foi ocupado pela expansão do monocultivo² da espécie exótica eucalipto e pela manutenção de extensas áreas de monocultivo de pastagens para a criação de gado, pecuária extensiva; o que propiciou uma mudança nos Gerais, subsidiada pelo Estado, com o objetivo de colocar o Norte de Minas na mesma linha de crescimento econômico de outras regiões do estado.

A demanda por carvão vegetal para o polo siderúrgico da região central de Minas Gerais, e por madeira para as indústrias de papel e de celulose, veio gerar uma demanda nessas áreas. Nesse sentido, houve a manutenção dessas indústrias, com seus altos fornos, sendo que elas foram implantadas no estado de Minas Gerais, especificamente, na região do Norte de Minas, que ficou sendo a região que manteve a produção. Fonseca (2004) destaca:

A proximidade das grandes siderúrgicas do centro de Minas Gerais, ligação ferroviária e rodoviária com centros consumidores; topografia favorável à implantação de florestas homogêneas; baixo preço das terras e abundância de mão de obra a baixo custo. (FONSECA, 2004, p. 15).

² Monocultivo de árvores em grande escala, e não monocultura, como comumente é dito em alguns trabalhos, pois monocultura remonta a uma diversidade de plantio, e não é o que se observa no tocante ao eucalipto e às pastagens. O monocultivo, por outro lado, tem aumentado os impactos sociais e ambientais, além da disparidade econômica. E, isto, as empresas plantadoras sabem muito bem. Por isso, fazem grandes esforços publicitários para convencer as pessoas do contrário.

O desmatamento, normalmente praticado com correntões³, as plantações extensivas de eucalipto, os frutos, juntamente com os seus simbolismos encontram-se, hoje, seriamente ameaçados. Entre as décadas de 1970 e 1980, a ideia de gerar capital nessa área foi reforçada e imposta pelas grandes reflorestadoras, dentre elas: Plantar, Vale do Rio Doce, V & M do Brasil e ArcelorMittal Acesita, que tinha no seu viés a exploração do monocultivo de eucalipto e de capim para pastagem para o gado. No restante do país, a modernização tornou-se cada vez mais intensa.

A importância dada aos lucros do capital e à modernização, propostos, na época, pelas empresas que viam nesse espaço grandes possibilidades de exploração, não levaram em conta os agricultores dessa região durante esse processo; assim, colocaram esse modelo perverso como a única forma de desenvolvimento para as populações da área dos Gerais (SILVA, 1999).

Um dos argumentos usados pelas empresas era de que as árvores tinham crescimento rápido, mas as plantações, normalmente, substituíram culturas, pastos ou florestas, tanto primárias como secundárias. Devido ao seu caráter estritamente comercial, raramente as plantações localizavam-se sobre solos degradados, considerando que seu objetivo era um rápido crescimento, em curtos períodos; além disso, era necessário que o solo tivesse um nível de fertilidade e houvesse disponibilidade de água.

Portanto, as grandes reflorestadoras, normalmente, ocuparam áreas que estavam sendo utilizadas de diversas formas pelas populações tradicionais⁴ do cerrado. A região Norte mineira, como um todo, foi ocupada por máquinas que rapidamente a devastaram para diversos fins; entre eles, para o plantio de eucalipto e para a constituição de pastagem para o gado das grandes fazendas. Dayrell (2000) ilustra muito bem essa realidade em suas pesquisas:

Na região de Estivinha, a chegada das firmas não encontrou muita resistência. O povo da redondeza soltava ali suas criações e fazia a caça, a pesca e a coleta livremente. O desmatamento teve início em 1976. Até esta data ainda chegavam moradores nas veredas. [...] Em 02/10/1975, através da Lei Estadual nº 637, o Poder Legislativo autorizou ao Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a alienar à Metalur Florestal 8 glebas de terreno, totalizando uma área de 25.000 ha situados nos municípios de Riacho dos Machados e Grão Mogol. Cumprida esta exigência constitucional, agora o Senado Federal, através da resolução número 41 de 1976, sacramentou a transferência à Ruralminas em 01/07/1976 e,

³ Correntão é o nome dado para o modo de desmatamento que utiliza dois tratores que caminham, em paralelo, arrastando uma corrente pesada engatada às máquinas e que tomba as árvores expondo suas raízes.

⁴ Incluem não só os indígenas, mas quilombolas, geraizeiros, varzanteiros, sertanejos, ribeirinhos, agricultores etc., que aprenderam, ao longo de séculos, a retirar do cerrado recursos para a sua alimentação.

posteriormente, em 13/07/1978 e 14/08/1978 homologou três contratos de arrendamento das terras públicas por um período de 23 anos. Este contrato dava o direito à alienação das terras de US\$ 3,50 o hectare, desde que cumpridas todas as formalidades legais. (DAYRELL, 2000, p. 133).

Esses contratos não levaram em conta as populações locais que ali já existiam, e muito menos foram pensadas as questões ambientais; fato que provocou um quadro de devastação e de agressão ambiental tanto para a fauna quanto para a flora, deixando intensas cicatrizes ambientais que têm levado, segundo Altieri (1994, p. 371), a um modelo o qual preconiza a aplicação de práticas agrícolas intensas, baseadas no alto uso de insumo; isto, por sua vez, contribui com a degradação dos recursos naturais por meio da erosão dos solos, como podemos observar nas fotos da Figura 2. O autor ainda explicita que, além da erosão dos solos, a salinização, a contaminação com pesticidas, a desertificação, a erosão genética e a perda da biodiversidade acarretam a progressiva redução da produtividade.



Figura 2: Foto dos correntões e do voçorocamento do cerrado Norte mineiro
Fonte: CAA

De fato, esse processo contou com uma pequena parcela de ajuda das comunidades que receberiam o plantio, mas nem todas as famílias foram absorvidas pelas

reflorestadoras; estas foram para as cidades ou ficaram encurraladas em grotões⁵ e áreas mais distantes. Para o senhor Elizeu:

A terra, a terra é dom de Deus. Deus criou a terra para todos, então, por que a terra estão nas mãos de alguns? E a maioria do povo está sem terra? Acho que o povo não está conhecendo que Deus criou, pediu que todos preservasse e zelasse e tivesse direito a da terra. Eu tenho refletido para muitas pessoas que as pessoas mais velha não conheceu eucalipto; nós conheceu as matas nativas com todas as criação que Deus criou e agora poucas tão tendo. Eu tenho lembrança; quando as firma chegaram eu era criança, mas eu lembro quando as firma estava quebrando. E lembro, quando tinha água abundante, nós tinha peixe, nós pegava traíra qualquer hora do dia. (Fala do senhor Elizeu na primeira conferência Geraizeira no Vale dos Guarás Norte de Minas Gerais/MG, 2007. Entrevista realizada em 25/08/2011).

Nesse sentido, a maioria da população não foi atendida, sendo invisibilizada nesse processo de desenvolvimento baseado na modernização do campo. Os aqui invisibilizados o são pelo processo social, pelo qual há falta de números estatísticos que contem essa população como existente nessa região de Minas Gerais. A região era considerada, segundo Dayrel (2000), um vazio econômico e um vazio de gente. Esse novo modelo não alterou a estrutura agrária de caráter latifundiário, estabelecendo, assim, a modernização conservadora, a partir da aliança entre o Estado e a elite local (BARBOSA, 2003).

O cerrado, cobertura vegetal encontrada em grandes áreas do Norte de Minas, sofreu com essa mecanização intensa. Para Ribeiro (2010, p. 30), o cerrado, desde a revolução verde, tornou-se um excelente negócio. Para ele, as áreas imensas de terras planas seriam ideais para a mecanização, com solos que podiam ser transformados pela química agrícola. Isto movimentou um negócio que ia de venda de máquinas agrícolas ao beneficiamento e à venda de sementes; movimentou um mercado cada vez mais seletivo, no qual os ganhos financeiros ficavam nas mãos das grandes empresas e dos fazendeiros.

Procuramos entender a região como produto de processos políticos, econômicos, sociais e culturais, constituindo importante meio para explicar diferentes padrões de organização espacial.

Nesse sentido, a região do Norte de Minas possui especificidades que a diferenciam das outras no âmbito estadual, por apresentar uma formação socioespacial singular, o que nos permite fazer uma distinção entre o que é oficial e o que é reconhecido

⁵ Depressão profunda que se situa entre montanhas de relevo fortemente desnivelado.

pelas populações locais. Para algumas populações locais que estão se organizando, a região é dividida em grandes territórios, e a luta, agora, ocorre em torno desses reconhecimentos.

O senhor Braulino Caetano, geraizeiro e ambientalista, coloca que:

A luta do geraizeiro, varzanteiro, caatingueiro, porceiro, assentado, indígena, quilombolas, agricultores familiares pelo seu reconhecimento; eles vêm descobrindo seu valor e que eles têm direito a seu território, e o direito de ser reconhecido como populações de um determinado território. Essa população começa a descobrir o valor de ser cidadão brasileiro, mas essa população ainda não foi quantificada, e, para ele, são milhares de pessoas que têm direito a seu território. (Entrevista realizada em 02/03/2010, na comunidade de Vereda Funda, Alto do Rio Pardo).

Na busca por esse reconhecimento, no dia 29 de setembro de 2011, a Presidente da República, Dilma Rousseff, assinou o Decreto 4887/2003 (que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos). Este Decreto permitirá, para fins de interesse social, desapropriações de imóveis rurais abrangidos pelo território do quilombo Brejo dos Crioulos⁶, situado nos municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia, na região Norte de Minas Gerais.

Esses reconhecimentos vêm, portanto, reafirmar que as populações locais utilizam outras formas de regionalização que não a oficial. Mas, para fins oficiais, e conforme o mapa da Figura 3, essa é a maior região do estado em extensão territorial (128.602 km²), encontrando, em Montes Claros, a sua cidade polo e o centro dinâmico da região. O que podemos observar é que esse centro dinâmico fica bem ao Sul da referida região, e o que compõe os demais municípios são pequenos centros ou pequenas cidades de caráter rural.

⁶ Informações retiradas do sitio http://www.abpn.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1170:quilombolas-de-brejo-dos-crioulos Reportagem com o título *Quilombolas de Brejo dos Crioulos se acorrentam no Palácio do Planalto*. Acessado em 20/03/2012.

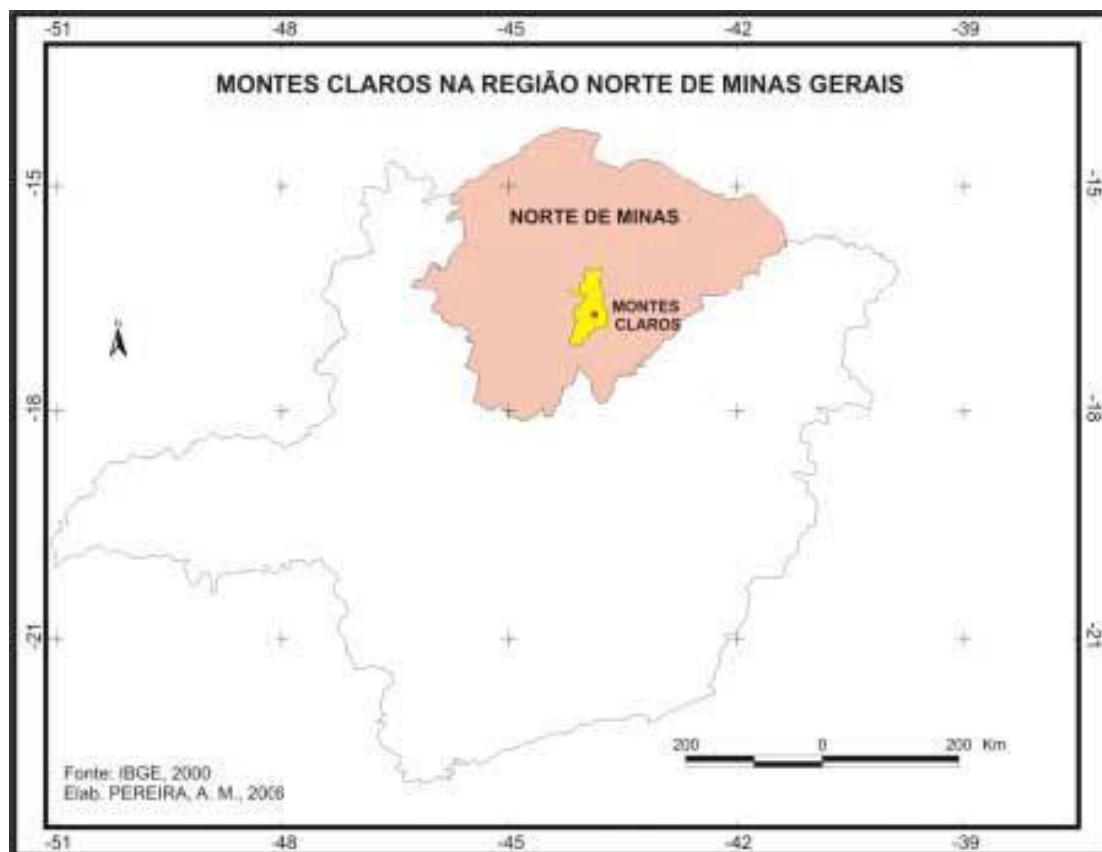


Figura 3: Mapa de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais
 Fonte: GEOMINAS. In: Veloso, 2010

A referida região possui uma população significativa; nela, vivem, aproximadamente, 1.473.367 habitantes (IBGE, 2000). Essa população não se distribui de forma regular pelo território, sendo que a maior concentração ocorre no município de Montes Claros. Esta cidade é considerada a polarizadora da região e congrega a maioria dos serviços públicos, como hospitais, comércio, escolas, faculdades etc. A formação de Montes Claros ocorreu, como já descrito, pela formação das grandes fazendas de gado. Segundo Prado Júnior (1997):

[...] A carne, elemento essencial da alimentação da colônia, foi fornecida pelo gado que vinha das fazendas estabelecidas ao longo do curso médio do São Francisco. Estimuladas pelo mercado próximo, as fazendas subiam mais a margem do rio, alcançando o território que hoje é mineiro, e penetrando até o rio das velhas. (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 75).

Essas populações foram se estabelecendo ao longo das margens do rio São Francisco. Inúmeras fazendas de pecuária, com destaque para a bovinocultura, e, posteriormente, com os currais, foram se expandindo para o restante do vale do São

Francisco e de seus afluentes. Disseminou-se, assim, um povoamento que, paulatinamente, daria lugar aos principais povoados e às cidades da região. No mapa da Figura 4, podemos observar a posição geográfica da bacia do São Francisco no Brasil. Dadas a sua extensão e área, é banhada por rio de mesmo nome e se torna uma das bacias de maior importância dentro do território nacional. Há também a localização das primeiras cidades formadas na região a partir do rio São Francisco.

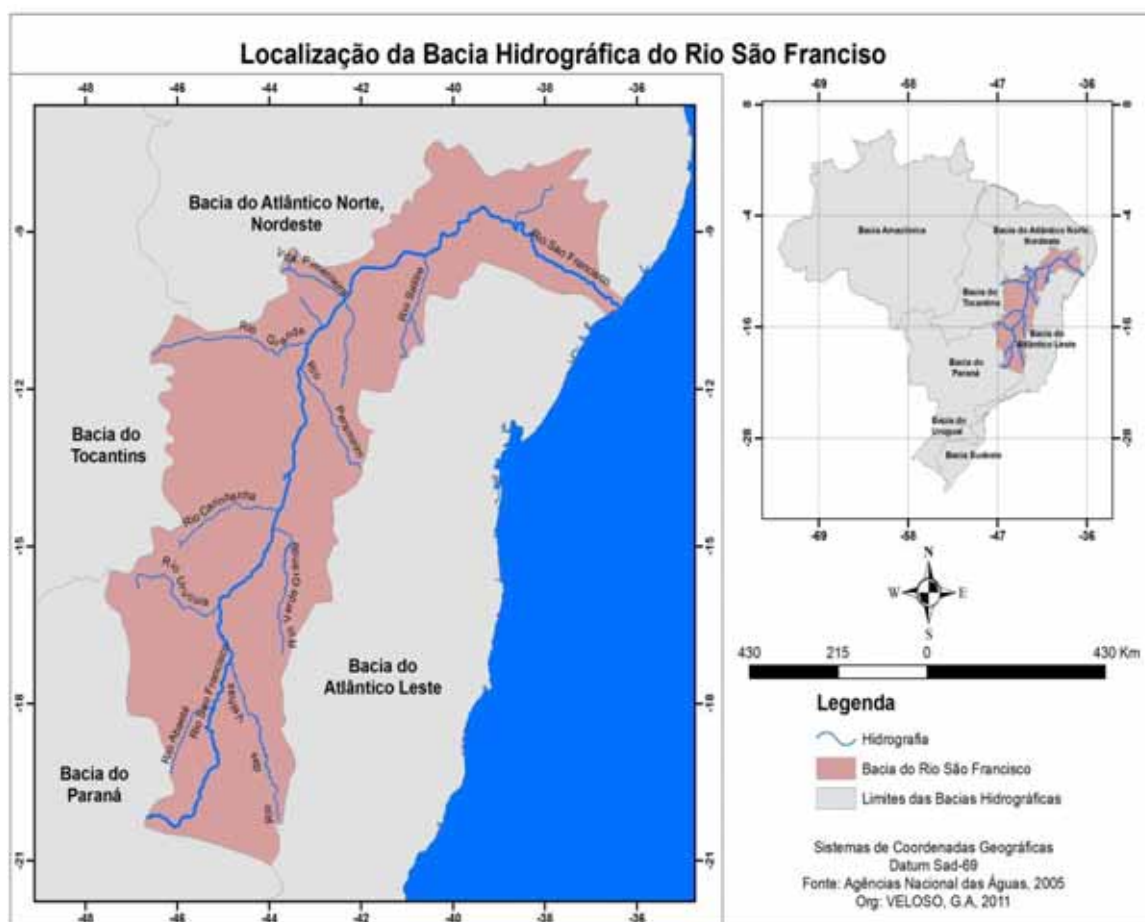


Figura 4: Mapa de localização da Bacia do São Francisco
Fonte: GEOMINAS

Segundo Silva (1999):

A Região Norte de Minas se caracteriza pela sua situação de transição ecogeográfica: do Sudeste para o Nordeste brasileiro; de um clima subúmido para o outro semiárido. Essa realidade climática é determinante no tocante à presença dos ecossistemas do Cerrado e da Caatinga e de formação de transição, assim como condicionante ao frágil equilíbrio hídrico da região. (SILVA, 1999, p. 163).

A região Norte de Minas apresenta um desenvolvimento bastante variado no tocante ao rural, já que oferece algumas áreas com mecanização expressiva e, outras, com agricultura familiar baseada no modelo tradicional de trabalhar a terra. Essa diversidade regional proporciona uma variação entre o modo de produção e os fazeres; assim, pode-se perceber uma relação da terra com questões regionais bastante variadas. De um lado, projetos de irrigação, como é o caso do Projeto Jaíba, localizado nas margens do rio São Francisco, ou do projeto de Irrigação do Gortuba, localizado na sub-bacia do rio São Francisco; projetos estes que implantaram novas tecnologias na sua forma de produção.

De outro lado, vemos as populações que margeiam e até mesmo trabalham nesses projetos, mas que têm seus hábitos na produção e na convivência com a terra, de forma mais singular. Carvalho (2002, p. 545), em seus estudos, apresenta essa região com seus pequenos municípios, geralmente, de base econômica tipicamente rural, o que nos remete a uma dicotomia do que seja rural ou urbano nessa região.

Ao analisar os dados de população, observamos que poucas são as cidades que ultrapassam os 20 mil habitantes em suas áreas urbanas; a maior cidade, hoje, da região é Montes Claros, com cerca de 360 mil habitantes vivendo na área urbana e 20 mil habitantes na área rural. O que parece uma diferença estatística alta reflete uma realidade dicotômica, pois o município de Montes Claros tem sua formação diferenciada dos demais: a maioria dos seus habitantes é originária de outros municípios, outras regiões de Minas e, até mesmo, de outros estados.

Segundo dados da Prefeitura, Montes Claros recebeu, ao longo dos 50 últimos anos, cerca de 60% de migrantes oriundos das mais diversas áreas. Isto ocorreu devido ao investimento dos governos Federal e Estadual, que transformaram essa cidade em um polo de indústria. Na atualidade, ocorre um fenômeno que está bem definido no espaço tempo, com a formação de novos cursos superiores, o que fez transformar a cidade num polo de universidades, caracterizando, assim, um dinamismo bem pontual, o qual levou Montes Claros, nos últimos 10 anos, a ter uma população flutuante significativa. Por isso, comparar o rural e o urbano a partir dessa cidade não reflete bem a realidade do Norte de Minas.

Outras cidades do Norte de Minas, as quais apresentam um dinamismo significativo, têm um forte viés do rural. Tomemos, como exemplo, a cidade de Janaúba, que possui população urbana de 60.507, número que representa 90,7% da população (IBGE, 2010), para cerca de 6.233, o que representa 9,3% da população rural. No caso

específico desse município, também não reflete uma realidade da região, pois todo o seu dinamismo está voltado para o projeto de irrigação, o projeto Gorutuba⁷, cujos principais produtos são: banana, manga, pastagem, feijão e mamão. Este projeto também ocupa um número significativo da população que, na sua maioria, mora na cidade de Janaúba e trabalha nas áreas irrigadas ou em alguns empregos diretamente ligados a esse setor.

Os demais municípios Norte mineiros apresentam uma população rural maior, igual ou um pouco menor que a urbana, o que podemos observar na Figura 5. Nesses municípios, mesmo tendo uma população rural menor que a urbana, essa diferença é em torno de 10% da população. Nesse sentido, percebemos que essa região ainda é eminentemente rural, com exceção de poucos municípios.

⁷ Segundo Reis (2007), o Projeto de Irrigação Gorutuba, implantado em 1978 no município de Porteirinha, atualmente, localiza-se em Nova Porteirinha e Janaúba, no Norte de Minas Gerais, às margens do rio Gorutuba. O perímetro irrigado do Gorutuba é um empreendimento da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba – CODEVASF -, gerido pelo Distrito de Irrigação do Gorutuba - DIG -, em parceria com o governo de Minas. Tem como objetivo maior o desenvolvimento regional, com ênfase no agronegócio, em especial, a fruticultura irrigada. O projeto abrange uma área de 7.172 ha, sendo 4.818 ha irrigáveis, divididos em duas áreas, empresarial e de pequenos produtores (colonos); a primeira, subdividida em 52 lotes, e a segunda, em 11 colonizações com 391 lotes.

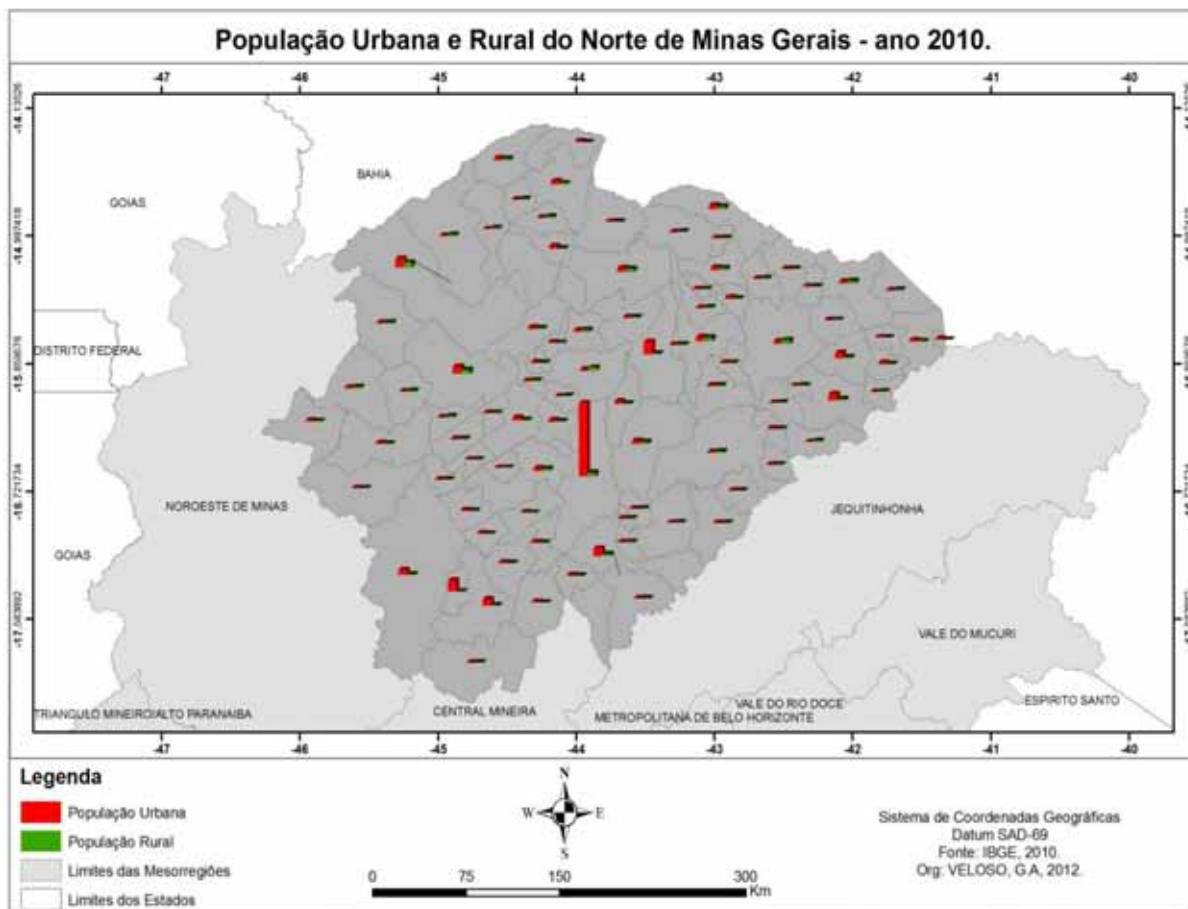


Figura 5: Mapa das mesorregiões do estado de Minas Gerais
Fonte: GEOMINAS

O Norte de Minas sempre foi uma região que, mesmo estando entre regiões com desenvolvimento diferenciado, manteve formas de organização heterogêneas; ou seja, mostra um contraste em seu desenvolvimento, apresentando municípios com certo dinamismo ao lado de municípios com um desenvolvimento urbano e rural ainda com base arcaica⁸, no que tange aos investimentos financeiros. Por um lado, mantém uma população que, tardiamente, está tomando consciência do seu papel como produtora, e parte de um sistema que sempre lhe negou os direitos; por outro lado, uma população quase sempre forasteira⁹, que manteve, de forma rígida, o controle das terras e das riquezas. Segundo Costa Filho (2008), no final do XVII, grande contingente populacional dirigiu-se ao

⁸ O arcaico, aqui na pesquisa, tem o sentido de antigo, e não de atraso, já que não nos propomos à discussão do que seja desenvolvimento ou do que seja atraso.

⁹ Os forasteiros, nessa região, ao longo da história, foram diversos; inicialmente, os colonizadores; posteriormente, os fazendeiros que constituíram as grandes fazendas; depois, as grandes firmas de reflorestamento; na atualidade, as empresas que estão chegando em busca dos diversos minérios existentes na região, como é o caso da empresa canadense Carpaton, da Global, entre outras. O Norte de Minas, nos últimos tempos, tem sido visado, pelas grandes empresas mineradoras, pelo potencial de exploração mineral.

Centro-Norte de Minas Gerais atraído pela descoberta do ouro, ficando a agricultura relegada ao segundo plano. O sertão do São Francisco, denominação que corresponde hoje à região do Norte de Minas, tornou-se o principal fornecedor para as Minas. Esse sertão começou a produzir não só o gado de corte, mas uma variedade de outros produtos como: farinha de mandioca, cachaça, peixe e uma diversidade de produtos que, hoje, é facilmente encontrada nos mercados e nas feiras da região. Essa riqueza alimentar propiciou a manutenção de uma população singular no seu modo de produção. Para Mata-Machado (1991):

De lá vinha a boiada e os gêneros alimentícios, destacando a farinha de mandioca, a cachaça, rapadura e peixe; por lá passavam comboios de escravos que eram vendidos nas minas, e produtos importados provenientes do porto de Salvador. (MATA-MACHADO, 1991, p. 36).

Ainda em Costa Filho (2008), com a decadência das Minas, rompe-se a ligação dos Gerais com as Minas; e a região Norte de Minas, a qual corresponde a esses Gerais, forjou sua manutenção num quase isolamento do restante do estado e do país. Essa região votou-se para dentro, mantendo uma economia de subsistência, com escassa circulação de moeda e uma fraca ligação ao mercado. Estabeleceu-se, assim, um comércio intrarregional, e a população desenvolveu um estilo de vida, segundo Costa Filho (2008), autônomo, baseado na agricultura de subsistência e dos recursos naturais.

Essa população permanece hoje com a manutenção de uma tradição ou de certo tradicionalismo rural; entretanto, ao longo dos últimos trinta anos, buscam se afirmar como populações singulares. Hoje, já buscam junto ao governo, tanto local como nacional, o seu reconhecimento e o financiamento das suas formas de trabalhar. As empresas, consideradas não como uma forma de desenvolvimento, mas de alienação, são, muitas vezes, obrigadas a tratar com essas populações para permanecerem na região. Cada vez mais condicionantes são colocados, pelas populações locais, para a instalação de empresas. Segundo os moradores, a chegada das empresas é inevitável, mas pelo menos elas têm que dar alguma contribuição a essa região, que não seja só a sua retirada de riqueza.

1.2 O Norte de Minas entre os caminhos da cana-de-açúcar, do ouro e dos latifúndios

Realizar uma discussão sobre o Norte de Minas Gerais requer um retorno à própria história da colonização e do desenvolvimento do Brasil; isto porque a região está

intimamente associada ao processo de interiorização do país devido, principalmente, à ligação de Minas Gerais ao Nordeste, mediada pelo rio São Francisco; o que fez também com que a região fosse palco de grandes projetos de irrigação, em meados do século XX, e de uma inquietante distribuição e aquisição de terras.

A ocupação efetiva da região deu-se na segunda metade no século XVII, quando aqui se encontravam as correntes de povoamento vindas pelo norte, fruto da expansão dos currais que ao longo do Rio São Francisco e pelo sul, das bandeiras paulistas [...] no século XVII, registram-se as primeiras doações de grandes Sesmarias, a margem direita do Rio São Francisco fica com Garcia Ávila (Casa da Torre) e a esquerda com Antônio Guedes de Brito (Casa da Ponte). Mas são os primeiros bandeirantes paulistas que fundam as primeiras povoações, as atuais Matias Cardoso, Januária, São Romão e Guaicuí, todas ao longo do Rio São Francisco, eixo econômico da região. (OLIVEIRA, 1996, p. 78).

A formação da região Norte mineira, a partir dos grandes fazendeiros, deu-se com a doação de grandes lotes de terra, configurando também uma área de aglomeração de terras em posse das famílias nobres. Logo, os mais pobres não tiveram vez nessa distribuição, conforme constata Guimarães (1989, p. 36): “obter rendimentos em tributos e riqueza era o objetivo da dominação, pouco lhe dando atender às prementes necessidades dos que, desaqueinhados, nada possuíam além de sua força de trabalho”.

A partir dessa afirmação, verifica-se que a região foi sendo dominada pelos grandes fazendeiros, os chamados coronéis, que detinham todo o poder econômico e político na área de abrangência de sua fazenda. Segundo Oliveira (2000, p.41): “os grandes fazendeiros fizeram fortuna em terras e em gado. Além disso, foram detentores de grande poder político que se exercia com base na posse ou na propriedade da terra”. Em contrapartida, pequenas propriedades eram constituídas às margens das grandes fazendas, e também à margem dos direitos que, quase sempre, eram negados a essa população. Então, as grandes fazendas de gado perpetuaram-se na região, com utilização de pouca mão de obra e muita terra, formando grandes espaços vazios.

A região teve como base de desenvolvimento dois ciclos econômicos da época: de um lado, o Nordeste açucareiro; de outro, o ouro das Minas Gerais. Apesar disso, a região não podia ficar à mercê dos interesses econômicos, mesmo com as grandes fazendas existentes na região, principalmente às margens do rio São Francisco, e que deram origem a pelo menos duas cidades, Januária e São Romão; e, posteriormente, a Montes Claros, que, hoje, é o principal polo econômico da região. Essas cidades, até meados do século XIX, desempenharam importante papel no comércio regional, mas, com o declínio

econômico das províncias da Bahia e de Goiás, elas também perderam relativo significado no cenário econômico (PEREIRA, 2006, p. 35).

Entretanto, desenvolveram-se, nessas regiões, variadas atividades agrícolas; dessa forma, mais do que a pecuária, a região, sem dúvida, tem uma tradição na chamada *agri-cultura* (BRITO, 2006). Entendemos *agri-cultura* não apenas como forma de plantar, mas principalmente como o envolvimento com o modelo de cultivar a produção, transformando produtores rurais em produtores culturais, pelo seu modo secular de fazer.

Foi principalmente a partir da década de 1960 que o Estado volta a atenção para o quadro regional Norte mineiro. A região dos Gerais passa, então, a ser vista como fonte de renda.

Os Gerais, ou seja, as terras públicas das chapadas dos sertões do norte de Minas se tornaram particulares, seja pelas mãos do Estado, através de concessão de uso para as grandes plantações de eucaliptos, seja pela apropriação à mão grande, na ponta do fuzil. Tudo isso articulado ao pólo siderúrgico do Quadrilátero Ferrífero, fornecendo carvão de ótima qualidade, vegetal, para queimar nos altos-fornos e/ou nas indústrias de ferro-liga de Sete Lagoas, Capitão Enéas, Várzea da Palma, Pirapora, Ipatinga, Bocaiúva, Betim, [...] (GONÇALVES, 2000, p. 26).

Para justificar a interferência no Norte de Minas Gerais, que ficou à mercê dos órgãos públicos, o Estado criou diversas estratégias para o sertão. O sentido de sertão tem tanto uma conotação romanceada como também um forte viés político e econômico, o qual, desde a colonização, traz na sua formação.

É nesse sertão que o sentido de lugar torna-se realmente intenso e, de certa forma, eterno; por isto Guimarães Rosa¹⁰ define o sertão como o lugar onde “o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar” (ROSA, 1979). A noção de lugar no pensamento roseano é tratada como um espaço caracterizado pelos paradoxos característicos da própria existência do homem no sertão; às vezes, feroz; outras vezes, poético. É por meio desse homem tão bem descrito por Guimarães Rosa que se vai, ao longo dos séculos, formando essa região de especificidade singular. Guimarães ainda descreve a geografia que forma esse sertão e a formação desse homem que traz consigo, ao mesmo tempo, a aridez desse sertão, mas que, por outro lado, se encanta com o sentimento de pertença que é inerente a ele, e a sensibilidade que o contato com a natureza lhes traz. Em *Grande Sertão: Veredas*, Rosa diz:

¹⁰ *Grande sertão: veredas*. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

Assim, pois foi, como conforme, que avançamos rompidas marchas, duramente no vale das chapadas, calcando o sapê brabão ou areias de cor em cimento formadas, cruzando somente com gado transeunte ou com algum boi sozinho caminhador. [...] E que, com nosso cansaço, em seguir, sem eu nem saber, o roteiro de Deus nas serras dos Gerais [...]. (ROSA, 1979, p. 235).

A descrição geográfica feita por Rosa fideliza, até hoje, como é o sertão, constituído posteriormente pela região Norte de Minas; como suas características se formam numa dualidade: ora de um vazio árido, ora com um homem forte que se expressa na sua organização ou no sentimento.

Percebemos que o lugar para o sertanejo toma dimensões que remetem a toda a extensão da sua vida; a sensação de um sertão que se multiplicava em diversas formas, mitos e sentimento; por isto o autor, repetidas veze, nos diz: “Sertão: estes seus vazios. O senhor vá. Alguma coisa ainda encontra.” (ROSA, 1979, p. 29). Para ele, mesmo sendo o sertão um vazio, não acabava em si mesmo, visto que, ao mesmo tempo em que descreve o sertão como um lugar possível, devaneava em sua imaginação, pois caracterizava e descrevia o ambiente no qual vivia o homem sertanejo. Diz ele: “Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinhozinho de metal.” (ROSA, 1979, p. 18).

É nesse jeito romanceado de Guimarães Rosa que a constituição dessa região, hoje denominada de Norte de Minas, mais fortemente se forma.

Dentre os fatores de constituição da região, destaca-se a inserção do Norte de Minas no denominado Polígono das Secas¹¹, na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

De acordo com Pereira (2006), na época da criação da SUDENE, em 1959, já havia algumas instituições federais no Nordeste, como o Departamento de Obras Contra a Seca – DNOCS –, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF – e o Banco do Nordeste do Brasil – BNB. O que comprova, segundo o autor, que os diversos problemas presentes na região não estavam necessariamente associados à falta de recursos públicos, mas principalmente à falta de um gerenciamento conjunto dos diversos órgãos públicos presentes na região, como também da atuação efetiva do Estado. No entanto, a SUDENE pretendia justamente resolver tal problema; por isso, um dos principais propósitos da

¹¹ Região reconhecida pela legislação como sujeita a períodos críticos de prolongadas estiagens. Fazem parte os estados do Ceará, Piauí Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia e Norte de Minas Gerais. Trata-se de uma divisão regional efetuada em termos político-administrativos, e não corresponde à zona semiárida, pois apresenta diferentes índices de aridez na sua geografia, com paisagem típica de semideserto a áreas com balanço hídrico positivo.

instituição era atacar exatamente estes pontos: “centralizar, orientar, disciplinar todas as ações do governo federal na região.” (PEREIRA, 2006, p. 48).

Com a concepção de desenvolvimento vigente nessa época, pouco se fez ou se pensou sobre a agricultura familiar, perpetuando, assim, um tipo de agricultura que pouco podia melhorar ou acrescentar nas formas de produzir; fato que estabeleceu uma relação de dependência ao governo e aos latifundiários que sempre tratavam os pequenos fazendeiros como “coitados”, como se fossem culpados pelo atraso que se manteve na referida região.

Essa forma colonial conformou a apropriação e a exploração do território Norte Mineiro, particularmente na segunda metade do século XX. Particularmente nas quatro últimas décadas, no intuito de atingir o desenvolvimento, o Estado adotou uma série de políticas de estímulo à produção agrícola e industrial na macrorregião do Nordeste, da qual o Norte de Minas é parte, foram os três elementos de transformação no cenário Norte-mineiro para a efetivação do modelo de desenvolvimento preconizado pelo Estado, para a região. (BRITO, 2006, p. 12).

De acordo com Porto Gonçalves (2000), o processo de desenvolvimento¹² regional introduzido no Norte de Minas, além da monoprodução de eucalipto, da queima do Cerrado para fazer carvão e dos projetos de irrigação, subordinou o agricultor familiar aos interesses das firmas; ou seja, não deixou alternativa ao pequeno produtor: para ser moderno, ele deveria ou vender sua terra ou aderir à presença avassaladora da monocultura, seja de algodão, como foi o caso da região de Porteirinha e de Riacho dos Machados, seja de uma fruticultura irrigada, como na região da Jaíba. Gonçalves (1999, p. 30) analisa o que era considerado moderno pelos políticos e empresários:

A partir de então, o moderno na região é o gaúcho, descendente de alemães ou de italianos ou, ainda, o japonês que vem fazer milagre. O moderno é a irrigação. O moderno é a monocultura. O moderno é o reflorestamento, eufemismo encontrado para a monocultura do eucalipto. O moderno é o carvão. O Geraizeiro, o Caatingueiro, o Varzanteiro são vistos como sinônimos de atrasado, de atraso a ser superado. (GONÇALVES, 2000, p. 30).

Segundo relatos de moradores locais, as veredas secaram e o pequi virou carvão. Os Gerais foram privatizados. O senhor Custódio, entrevistado em 17/10/2010, morador da fazenda Tapera, em Riacho dos Machados, afirma que “já não se pode ir no mato pegar um remédio ou procurar um pequi para pôr no arroz, o que era de todos foi

¹² Segundo o autor, forma implantada pelos governos para inserir a região na chamada modernidade, não levando em consideração as populações locais.

cercado, perdeu a vida”. Ainda de acordo com relatos de moradores, os brejos¹³ e os rios começaram a secar, as plantações de feijão, de milho, de mandioca e outras já não crescem como antes. Os “de fora”¹⁴ injetaram, na terra, veneno e agrotóxicos, ao invés de cuidar dela.

As várias empresas que se apossaram dos Gerais¹⁵ não estavam preocupadas com os ecossistemas locais; a única preocupação era com a acumulação de capital. Dessa forma, a dinâmica e os fluxos peculiares dos agricultores, os recursos hídricos – a água –, o solo, a fauna e a flora foram ignorados, como também o povo do lugar.

Uma pergunta tem sido feita pelos agricultores locais: será que o desenvolvimento foi alcançado para todos ao longo dos anos? Esta é uma questão facilmente respondida pela média dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipais – IDHM –, que se baseia em indicadores de renda, educação e expectativa de vida. As cidades do Norte de Minas possuem a terceira média mais baixa entre as 12 mesorregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, ficando à frente apenas do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha, regiões consideradas como as que possuem os maiores problemas sociais do Brasil.

De acordo com a tabela na Figura 6, a seguir, podemos constatar essa posição que ocupa o Norte de Minas, haja vista que é a maior mesorregião de Minas Gerais em termos de extensão territorial.

Mesorregião	IDH Médio	PIB	PIB <i>per capita</i>
Triângulo Mineiro	0,809	<u>R\$</u> 23.548.299.020,00	<u>R\$</u> 11.914,49
Metropolitana de BH	0,795	<u>R\$</u> 61.354.313.445,00	<u>R\$</u> 10.325,82
Oeste de Minas	0,789	<u>R\$</u> 5.374.969.057,00	<u>R\$</u> 6.084,22
Sul e Sudoeste de Minas	0,785	<u>R\$</u> 16.288.607.550,00	<u>R\$</u> 6.907,68
Campo das Vertentes	0,775	<u>R\$</u> 2.958.033.146,00	<u>R\$</u> 5.586,23
Zona da Mata	0,762	<u>R\$</u> 10.924.012.370,00	<u>R\$</u> 5.204,94

¹³ Áreas alagadas e úmidas próximas às margens dos córregos e dos rios.

¹⁴ A expressão refere-se aos políticos, às empresas e a todas as pessoas externas às comunidades e que, de forma bruta, interferem no cotidiano da população.

¹⁵ Áreas abertas nas quais a população criava gado à solta e que, historicamente, não tinham um só dono, pois pertenciam a todos das comunidades; porém, com o fator de desenvolvimento, muitas dessas terras foram registradas em cartórios de maneira ilícita pelas empresas; e as populações, que já ocupavam as terras, viram-se expropriadas.

Noroeste de Minas	0,757	<u>R\$</u> 2.484.234.085,00	<u>R\$</u> 7.180,28
Central Mineira	0,754	<u>R\$</u> 2.289.865.812,00	<u>R\$</u> 5.821,96
Vale do Rio Doce	0,736	<u>R\$</u> 10.554.853.410,00	<u>R\$</u> 6.824,70
Norte de Minas	0,691	<u>R\$</u> 5.666.984.737,00	<u>R\$</u> 3.676,13
Vale do Mucuri	0,677	<u>R\$</u> 1.283.176.438,00	<u>R\$</u> 3.417,83
Vale do Jequitinhonha	0,659	<u>R\$</u> 1.817.473.340,00	<u>R\$</u> 2.642,62

Figura 6: Tabela de indicadores sociais das mesorregiões de Minas Gerais
Fonte: PNUD (2008) e IBGE (2010). Org.: Fonseca (2010)

Mesmo se obtendo um IDH acima de 0,500, ele não reflete, em alguns municípios, a realidade vivida pela população; este IDH é elevado em alguns municípios por terem, em seu território, empresas pontuais de mineração ou de outra natureza, as quais elevam a renda municipal, mas uma renda concentrada. Para Pereira (2006):

A extensa região Norte de Minas é a parte de Minas Gerais que limita com o Nordeste Brasileiro, por isso a consideramos como uma área de fronteira, tanto do ponto de vista fisiográfico quanto socioeconômico. O Norte da pobreza e da opulência, do tradicional e do moderno, da riqueza cultural e da miséria social. Viajando pelo Norte de Minas não podemos deixar de dar razão a essa visão dualista da região, onde identificamos muita pobreza e nichos de riqueza, modernidade e tradicionalismo, produção e escassez, discursos e realidade. (PEREIRA, 2006, p. 4).

Nessa região, as áreas rurais apresentam uma dualidade. De um lado, encontramos regiões cujas terras não foram diretamente envolvidas nesse desenvolvimento e nessa mecanização, mas que, indiretamente, sofreram com o descaso governamental, como o encurralamento de suas terras, sendo que os diversos monocultivos foram afetando e agravando os problemas ambientais advindos das áreas que modernizaram suas terras. Nesta situação, encontramos as populações Geraizeiras, Caatinguias, Quilombolas/Varzanteiras e a área de agricultura familiar. Por outro lado, deparamos com áreas que modernizaram as suas terras e se integraram ao mercado consumidor.

Vale a pena retomarmos rapidamente o entendimento do que sejam as populações tradicionais e como elas se organizam no Norte de Minas Gerias. Existe, nessa região, uma diversidade de populações que, há muito tempo, reproduzem seus fazeres; porém, ao longo da história, essas populações não tiveram suas terras e nem o seu território

definidos; isto facilitou a grilagem das mesmas, pois o poder público não levou em consideração a população que ali já existia. Para Diegues (2008), as populações tradicionais existem numa simbiose com a natureza:

Na concepção mítica das sociedades primitivas e tradicionais existe uma simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico. [...] são descendentes dos grupos que durante o período da colonização do território se estabeleceram em regiões isoladas de centros econômicos e de desenvolvimento. Estes grupos constituíram um modelo de cultura diferenciado, baseado na relação intensa com o território habitado, na qual a exploração equilibrada dos recursos naturais possibilitou a sobrevivência dessas populações “através da observação e experimentação de um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais, [...]” (DIEGUES, 2008, p. 63).

É por meio dessa concepção que podemos observar a existência, no Norte de Minas, de uma diversidade de populações tradicionais que ali vivem e que lutam pelo seu autorreconhecimento. Para isso, o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, veio como forma de atenuar e de reconhecer essas populações, pois, como na região Norte mineira existe poucos estudos sobre esse assunto, ainda pouco se fala das populações lá existentes, se comparado ao autorreconhecimento das Quebradeiras de coco de babaçu ou dos Seringueiros da Amazônia. Na atualidade, essa população vem se organizando e discutindo suas possibilidades de autorreconhecimento. O decreto define o que é população tradicional:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

Esse decreto abriu possibilidades reais para essas populações. O Decreto ainda prevê o reconhecimento dos territórios dessas populações:

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (BRASIL, 2007).

Essas populações vêm se organizando para lutarem, agora, não por terras, mas por algo, segundo elas, mais amplo: o território.

Ressaltamos aqui que essas populações só vieram a ser reconhecidas como populações tradicionais recentemente; e isto se deu principalmente a partir da década de 1990, com o arranjo das mesmas como organizações sociais, com a ajuda de ONGs, de pesquisadores e em função também dos benefícios sociais do governo, uma vez que, em grande parte, a disponibilidade desses recursos ocorre por meio da associação. Para isso, eles se organizavam e discutiam assuntos comuns. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão ligado à igreja católica, teve papel fundante nessa organização. Segundo os geraizeiros, na pessoa de Seu Arcílio, morador da comunidade de Vereda Funda, ou os quilombolas, na pessoa de Deca, ou os caatingueiros, na pessoa de Lurdes, todos eles começaram a se reconhecerem como cidadãos capazes de lutar pelos seus direitos a partir das discussões observadas nos livros religiosos; estes, nas últimas décadas, se tornaram mais críticos, trabalhando, de fato, a realidade de cada um. Para eles, as novenas¹⁶ eram primordiais na valorização dessas populações.

Mas, ao retomar nosso objeto de estudo, que é a agricultura familiar e o que entendemos por essa categoria aqui, no Norte de Minas, lembramos que todos eles, antes de se reconhecerem como população tradicional, também se reconheciam como população organizada em bases familiares. Agricultura familiar é aqui pensada não como a que veio a se fortalecer com os projetos de Governo, mas como a diretamente relacionada com o pensamento de Altafim (2003), Wanderley (1999) e Lamarche (1998). Para Altafim (2003):

As transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. (ALTAFIN, 2003).

Nas diversas áreas de produção familiar no Norte de Minas, percebe-se claramente essa análise feita por Altafim (2003), na qual a adaptação ao mercado vem se dando gradativamente, sem perder a tradição de fazeres e saberes dos mais antigos, e, ainda, com a preocupação em cultivar dentro do limite possibilitado pela natureza, sem agredi-la diretamente. A preocupação com a recuperação das áreas desmatadas e com a

¹⁶ A novena na igreja católica é um encontro de nove dias para a oração e discussão de temas, que na atualidade eles além de rezar discutem a problemática da comunidade com base na religião, segundo os moradores a temática da Campanha da Fraternidade vem sendo cada vez mais atual e isso possibilita a discussão de problemas reais que envolve todos.

preservação da fauna, da flora e dos mananciais é constante. O pouco ou quase nenhum uso de agrotóxico reflete a tentativa de se adaptar aos novos moldes agroecológicos que, segundo moradores de diversas áreas rurais, nada mais é do que a agricultura praticada pelos seus pais e avós, e, até mesmo, por eles, cuja base é produzir alimentos sem contaminação por defensivos agrícolas, utilizando os recursos da natureza dentro dos seus limites. Para o senhor Arcilio, da comunidade de Vereda Funda Alto do Rio Pardo: “[...] essas novas formas de tratar os fazeres antigos por eles trabalhados só vêm dar nome bonito a práticas já executadas por ele.” (Entrevista realizada em 28/03/2011).

Para Wanderley (1999), a agricultura familiar guarda muito do seu traço camponês. Ainda para a autora, a agricultura familiar deve ser analisada como um conceito genérico que incorpora múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares. Essa relação com o campesinato e a sua diversidade, tanto na sua produção junto à família como no mercado que estava para além da unidade familiar, já era previsto nos estudos de Karl Kautsky (1980, p. 29), intitulados *Questão Agrária*. O autor coloca que “o camponês ia certamente ao mercado, mas unicamente para vender seu sobejo do que produzia”; isto caracterizado por ele nas famílias da Idade Média; portanto, esta multiplicidade dos fazeres agrícolas é antiga. Para Abramovay (1998):

O peso de a produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estructure-se (*sic*) tão fortemente em torno de vínculo de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante. (ABRAMOVAY, 1998), p. 209).

Nesse sentido, encontramos produtores que se inseriram nesse processo, agricultores com diferentes formas de desenvolvimento e modos de trabalhar a terra, como é o caso do Planalto Rural no município de Montes Claros, no qual os agricultores encontraram, principalmente no associativismo, uma forma vantajosa de organização e de desenvolvimento comunitários.

Nesse processo, também destacamos os colonos agricultores familiares do projeto Jaíba, cujas terras foram, em parte, utilizadas para a implantação do projeto, mas, posteriormente, foram nelas inseridos. Percebemos que, nas populações que se denominam de tradicionais, já citadas anteriormente, sua relação com o mercado tem certa rotina, pois vendem, segundo Kautsky, seu sobejo; no caso atual, o seu excedente, e compram o que não produzem nas suas comunidades. Portanto, não podemos definir as comunidades da

região Norte mineira como camponeses unicamente; podemos afirmar que não perderam suas práticas seculares, mas se inteiraram no mercado, não o tornando fator principal dos seus fazeres, mas parte da manutenção dessas famílias nas áreas rurais.

Para tanto, os estudos de Wanderley (2003) propõem o debate em torno de duas hipóteses, as quais se aplicam muito para o entendimento dessa região: a primeira trata-se da reprodução pura simples de um camponato tradicional; a outra, da emergência de um novo personagem na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado moderno, gestado pela ação do estado.

É preciso insistir que, pela sua própria natureza, o camponato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis. (WANDERLEY, 2003, p. 44).

Continuando a sua elucidação, fala-nos Wanderley (2003) a respeito do camponato como uma forma social particular de organização da produção, caracterizada por uma agricultura cuja base é dada por uma unidade de produção gerida pela família. A autora reconhece o caráter familiar dessa unidade, constituída nos elementos: patrimônio, trabalho e consumo. Como afirmado anteriormente, o agricultor tradicional não está isolado da sociedade globalizante, e sofre as mutações impostas ou desejadas, até mesmo para a permanência de valores culturais que somente a autonomia no trabalho lhe permite. Para tanto, adapta-se e supera desafios:

O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade. (WANDERLEY, 2003, p. 44).

É preciso ir a campo para compreender a dimensão das transformações em consequência dos serviços de assistência técnica, e o crescimento dessa procura fora da comunidade, mesmo daquelas identificadas como populações tradicionais. Diante disso, propõe-nos Wanderley:

Mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno”, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais. (WANDERLEY, 2003, p. 47).

Wanderley reconhece a existência do campesinato como categoria, entretanto, acima de tudo, não o coloca como simples objeto de intervenção do Estado, mas como ator social ativo, participando conscientemente dos processos de rupturas e de permanências.

A agricultura sempre fez parte dos fazeres dessa gama de população existente nessa região, seja de forma mais ancestral, ou seja, assumida, à forma moderna atual. O Norte de Minas tem, desde a sua origem, essa manutenção do modo de produção rural; mas, ao longo das últimas décadas, o rural vem passando por uma metamorfose na qual o espaço rural convive com o contraste entre as diversas populações que habitam este rural.

2 ORIGEM DA AGRICULTURA NO BRASIL E NO NORTE DE MINAS

Neste capítulo, reveremos a origem do termo agricultura e os conceitos de agricultura familiar no Brasil e no Norte de Minas, o que faremos numa rápida linha de tempo entre os períodos coloniais aos dias atuais.

A partir da criação das Sesmarias, em 1549, as terras litorâneas do Nordeste foram destinadas ao cultivo das grandes extensões de cana-de-açúcar, sendo explorada, nessa época, a mão de obra dos escravos africanos. Para Linhares (1981, p. 123): “[...] parece ter sido permanente a preocupação da coroa portuguesa em evitar a crise de abastecimento, na tentativa de corrigir a tendência para a monocultura de exportação”. Ainda segundo Linhares: “Para que não ocorresse uma crise de alimento interna, a coroa incentiva o plantio principalmente da mandioca para evitar a fome” (LINHARES, 1981 p. 124). De acordo com Sabourin (2009), a agricultura camponesa¹⁷ no Nordeste do Brasil tem três origens sociais e técnicas: a agricultura indígena, os trabalhadores da agricultura colonial e os trabalhadores ou pequenos colonos livres.

As técnicas de plantio praticadas por esses povos foram experiências adquiridas ao longo dos anos pelos seus antepassados e transmitidas de geração em geração. Sabourin (2009) afirma que a agricultura indígena desenvolveu-se no litoral ou nos vales dos rios, sendo praticada a agricultura itinerante de roça e queima, com práticas de consórcio de culturas, ou seja, plantio de mandioca, milho, fava, feijão etc.

Esse fato é confirmado por Carvalho (2005), quando afirma que o conhecimento dos povos indígenas transmitiu-se, em grande parte, para a sociedade sertaneja; as terras de cultura são manejadas com base na estratégia da roça de coivara e do pousio¹⁸ para a recomposição da fertilidade. As roças são arranjos combinados de diversas espécies, como milho, feijão, abóbora, guandu, quiabo e algodão. As áreas de pousio recebem usos não agrícolas, como a caça, as pastagens e as reservas de recursos naturais.

¹⁷ A agricultura camponesa é definida como uma das formas sociais da agricultura familiar. Mendras (1976, *apud* CARVALHO, 2005) identifica cinco traços característicos das sociedades camponesas, que são: uma relativa autonomia face à sociedade global, importância estrutural dos grupos domésticos, sistema econômico relativo, sociedade de interconhecimentos e função decisiva dos mediadores entre a sociedade.

¹⁸ “Descanso ou repouso dado às terras cultiváveis, variando esse descanso de um a três anos, interrompendo-se as culturas para tornar os solos mais férteis.” (VALE, 1983, p. 57).

A agricultura colonial das grandes áreas de produção sempre contou com o apoio dos meeiros¹⁹, responsáveis por garantir as culturas alimentares, ou seja, a cultura africana se fez presente na sociedade colonial, pois não era composta apenas por senhores e escravos. Segundo Bandeira (1991), o acesso de uma população livre à terra era permitido apenas pela estrutura do poder.

Diante da perversidade com a qual foram tratados, os escravos se organizavam em grupos e fugiam para comunidades conhecidas como quilombos, nas quais começaram a colocar em prática os conhecimentos trazidos da África. De acordo com Sabourin (2009):

[...] no século XVIII, a atividade mineira de Minas Gerais provocou um deslocamento do centro de decisão política para o sudeste (Rio de Janeiro) e da pecuária para as terras gerais da região das minas, criando um mercado de consumo de produtos agrícolas (animais e alimentos). Isto provocou a primeira crise das grandes fazendas de pecuária do sertão do nordeste, cuja falência ou divisão propiciou, por vezes, a instalação dos vaqueiros [...]. (SABOURIN, 2009, p. 34).

Os produtores livres, ou seja, os quilombos, os meeiros e os vaqueiros que ocupavam terras isoladas ou disponíveis nos interstícios das grandes fazendas constituíam a outra origem da agricultura camponesa. As comunidades camponesas possuem características singulares que, segundo Sabourin (2009), são expressas pelo grau de parentesco, pela localidade e pela reciprocidade. Este rico patrimônio sociocultural surgiu, por sua vez, a partir da mestiçagem que compôs o quadro étnico do país. Nesse sentido, o principal fator determinante de uma comunidade camponesa existe também em função de uma identidade coletiva e do compartilhamento de saberes, práticas e valores que a constituem. Carvalho (2005) postula que:

[...] o campesinato brasileiro tem características particulares em relação ao conceito clássico de camponês; o resultado do enfrentamento de situações próprias da história social e que servem hoje de fundamento a este “patrimônio sociocultural” com que deve adaptar-se às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna. (CARVALHO, 2005, p. 26).

Diante disso, observa-se que, historicamente, o camponês, no Brasil, configura-se como uma classe subalterna, tanto no que se refere ao acesso às terras quanto às políticas públicas. Segundo Almeida (2004), em muitos casos, o campesinato foi

¹⁹ Aquele que tem contrato, escrito ou verbal, com o proprietário da terra ou detentor da posse e, da mesma forma, exerce atividade agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira, partilhando rendimentos ou custos.

considerado como empecilho ao desenvolvimento, fato que não conseguiu deter a superioridade de produção agrícola no abastecimento interno do Brasil. Conforme afirmam Guanzirolí et al (2001):

Sem o apoio das políticas públicas, essas famílias cumprirão, de forma inexorável, o destino de crescente miséria a elas reservado pela herança histórica que marca a vida do país. Criar condições para superação da pobreza rural é um dos maiores desafios que a sociedade brasileira terá que enfrentar com determinação nos próximos anos. (GUANZIROLI et al, 2001, p. 7).

Entendemos que, no Norte de Minas, houve um campesino que foi deixado à margem do sistema e que, ao longo do tempo, se adaptou a agricultores familiares, pois, nessa região, eles não se reconhecem como campesinos, mas como agricultores familiares, os quais se inserem no mercado de formas diferentes.

Na atualidade, encontra-se, tanto no resgate da origem dessas populações quanto nos projetos do governo, uma busca por entender essa configuração que se deu nessa parte de Minas Gerais, a qual se difere das demais regiões buscar o reconhecimento da sua diversidade.

Então, temos, aqui, um desafio: como entender essas populações? E como essas populações se entendem? São fatores que nos permitirão refletir a tese que nos propomos a fazer. Ao longo da história, o Norte de Minas vai sendo formado por uma gama de pessoas que o pesquisador e antropólogo João Batista de Almeida Costa, em entrevista cedida ao CAA em 2010, assim define:

[...] em meados do século XVII, as bandeiras que ocupou o Norte de Minas, uma das funções delas foi de aprisionar os índios e exterminar com os quilombos que existiam na região, isso mostra que antes de 1660 já haviam negros aquilombados nessa área de caatinga arbórea; eles deram a essa área o nome de Jahyba que, em Tupi-guarani, há três possibilidades de classificação: água podre, prenhas do mata ou água ruim. O que eles queriam dizer com isso, na verdade, é que aquele lugar tinha malária. Branco e índios morriam e sofriam de malária; negros não, ele não pega malária; ele tem um anticorpo que ele já trouxe da África e possibilitou a eles; no caso do Norte de Minas, essa área é uma área que se podia dizer terra de ninguém, que era propícia à localização dos negros; era um espaço territorial livre onde eles construíram autonomamente a vida deles. Quando se fala dessa área, fala-se de uma área que, historicamente, foi construída pelos negros. Essa área começa a perder ou expropriada a partir de 1960, onde há um processo de desinsetização da mata e distribuição de remédios para as populações branca que vivem nos altiplanos e entorno do vale para combate à malária. Quando o Norte de Minas é anexado à SUDENE²⁰ e passa a

²⁰ Dayrell (2007, p. 8) reafirma essa preocupação com a chegada da SUDENE: “Assim, os programas de ‘ajuda ao desenvolvimento’ ocorridos no semi-árido norte-mineiro, desconsiderou (*sic*) por completo a existência de uma diversidade de populações rurais que, historicamente, desenvolveram estratégias sensíveis

financiar as fazendas de agropecuária. Quem pegou os recursos da SUDENE para essa transformação expropriou a terra e apoderou-se do gado dessas populações. Hoje, essas populações vivem encurraladas em pequenas áreas de terras e são mantidas como mão de obra barata para os fazendeiros.

Está contido na fala e nas pesquisas de Costa (2010) que a formação dessa região ocorre a partir da expropriação de uma população que já há alguns séculos se manteve nessa região. Ainda para o autor: “essa população tem seus direitos constitucionais éticos, que assim como os índios é um grupo étnico com direitos específicos resguardados na constituição”.

Mas, ao longo da história, outras populações foram se constituindo nessa região e, hoje, lutam também por um reconhecimento específico. Essas populações vêm adaptando o seu modo de vida e seus fazeres aos novos tempos, nos quais a visibilidade de cada uma começa a ser reconhecida e aprendem a acessar as políticas públicas que dão um aporte econômico a elas. Essas populações vêm se adequando a esses novos modelos sem perder suas tradições; reconhecem no governo e nas políticas públicas uma forma de acessar programas que lhes darão uma melhor qualidade de vida. Para Dayrell (2007):

A meso-região Norte de Minas se destaca como a região de maior participação da agricultura familiar na ocupação sócio-econômica, com algumas microrregiões e municípios se destacando como, por exemplo, o de Porteirinha, com uma concentração ainda mais elevada de agricultores familiares. (DAYRELL, 2007, p. 5).

Portanto, é difícil, na atualidade, diferenciar ou determinar aonde começa uma população tradicional e aonde ela se torna uma agricultura familiar. Entendemos que uma está inserida na outra. Mesmo os técnicos que trabalham com a agricultura alternativa reconhecem, nessas populações, os traços de tradicionalismo, juntamente com a busca de se manter na produção familiar como é reconhecida pelo governo. Para esses técnicos, o importante é que eles se tornem não somente agricultores familiares, mas que também não percam a essência de população tradicional. Para isso, a CAA/NM encontrou a opção de trabalhar de forma pragmática:

no manejo dos recursos naturais, como o aproveitamento das potencialidades de distintos habitats, o uso de variedades genéticas de plantas desenvolvidas e adaptadas aos diferentes agroambientes e no aproveitamento intrínseco da biodiversidade presente na flora nativa. Pelo contrário, afetou as bases de sustentação e de reprodução social dos grupamentos humanos.”

Tratava-se de resgatar experiências tradicionais, experimentar e validar propostas tecnológicas que pudessem sinalizar para a criação de uma nova perspectiva de produção. Neste sentido, “manteve-se a coerência entre as suas propostas técnicas e o projeto de construção de um modelo alternativo de produção centrado na agricultura familiar”. (DAYRELL, 2007, p. 36).

Ainda com base nesta soberania de conhecimento, mas sem descartar o conhecimento ancestral dessas populações, eles, os técnicos, não descartaram a possibilidade de: “Procurar experimentar sistemas de produção mais adaptados e não apenas tecnologias alternativas, baseando o trabalho num diagnóstico da agricultura familiar da região e testando as propostas técnicas em meio aos agricultores.” (PORTO; SABOURIN, 1996, p. 28).

Ao entendermos que existe uma aproximação entre os conceitos de agricultura familiar e populações tradicionais, reafirmamos, aqui, que, no Norte de Minas, encontramos esse dois modelos, sendo que características de uma estão inseridas na outra. Notadamente, o modo de produção de ambos está no caráter singular da base familiar, tanto nas populações tradicionais quanto nas populações que vivem do cultivo da agricultura e que mantêm muito do tradicionalismo ancestral de se trabalhar a terra; todas elas têm sua base na família, na qual o trabalho realizado é dividido entre os seus membros.

2.1 A manutenção da agricultura familiar

A agricultura familiar, nos moldes em que é discutida hoje, toma ares de novidade, porém, em uma rápida conversa com qualquer agricultor do Norte de Minas, percebemos que, secularmente, eles já estabeleciam sua convivência e a da sua família com base na retirada do seu sustento da terra.

Para reafirmação da nossa tese de que a agricultura familiar já faz parte da vida do rural Norte mineiro, utilizaremos, como metodologia, o estudo de caso; este será realizado em uma comunidade localizada na microrregião de Montes Claros, especificamente, no município de Montes Claros, lugar no qual vivem aproximadamente 130 famílias que exercem suas atividades e mantêm o seu cotidiano com base na agricultura familiar, mas que têm no seu interior a utilização e a organização de mecanismos modernos de gestão e de desenvolvimento.

Nesse sentido, preparamos questionários semiestruturados e algumas perguntas para que o entrevistado e o entrevistador pudessem dialogar e, ao mesmo tempo, para que o pesquisador pudesse comparar os dados e argumentos das respostas dos informantes, de forma que as respostas fossem expostas com coerência.

Partindo de um conceito em sentido lato de agricultura familiar, podemos dizer que esta se caracteriza pela produção com base na forma de manutenção das famílias nas pequenas propriedades, as quais, por ser uma área relativamente pequena, requerem atenção para a produção e a manutenção das famílias. Se, por um lado, a produção tem que atender principalmente aos critérios da natureza, pois a convivência com a mesma tem que ser de forma harmônica, por outro lado, a questão humana também está ligada à realização e à organização do trabalho. As tarefas, em sua maior parte, são distribuídas de forma a atender toda a família. Assim, a agricultura familiar materializa-se no trinômio homem/natureza/trabalho, crivado pelo sociocultural.

De tal modo, a agricultura familiar, na comunidade do Planalto Rural, é percebida em seus aspectos produtivo, organizacional, social e cultural. As famílias que ali estão há várias décadas têm o seu cotidiano voltado para o cuidado com a terra; isto pode ser comprovado pelos questionamentos propostos na entrevista, na qual, vários aspectos foram analisados e discutidos com as famílias locais, chegando-se ao entendimento de que a comunidade, em toda a sua extensão, tem forjado um modo de vida rural e com base na agricultura familiar.

Essa forma de trabalho tão antiga tem explicação na estreita relação dessas populações com a terra e a família. Por isso, ao analisarmos as diversas falas e as formas de se trabalhar a terra, foi possível inferirmos que os *ares de novidade acadêmicos* para o conceito de agricultura familiar, na verdade, referem-se a uma velha e bem praticada forma de vivência das populações rurais Norte mineiras. Mas, para melhor esclarecermos essas expressões, buscamos suas definições em autores já consagrados.

A agricultura familiar é passível de vários conceitos, tendo em vista que surgem teorias direcionadas às finalidades e às práticas de cada setor. Contudo, verifica-se que, em todas elas, a essência reside na gestão da propriedade e no trabalho em família. Segundo Guanzioli (2001):

O elemento-chave para caracterizar a agricultura familiar é a produção com base na mão de obra familiar em que as famílias não recorreram à mão de obra assalariada a não ser em quantidade inferior à mão de obra familiar. (GUANZIROLI, 2001, p. 113).

Com base na Lei 4.504/64, inciso II do artigo 4º, o Estatuto da Terra define propriedade familiar como imóvel rural diretamente explorado pelo agricultor e por sua família, absorvendo toda a mão de obra, garantindo-lhes o progresso social e econômico, com área determinada por região; além disso, o tipo de exploração, eventualmente, complementa o trabalho com a mão de obra assalariada.

A Organização das Nações Unidas à Agricultura e à Alimentação – FAO – e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – definiram agricultura familiar a partir de três características:

a) a realização de investimentos, com base na questão da unidade, por pessoas que mantêm laços de sangue ou de casamento entre si;

b) a predominância do trabalho fornecido pelos membros da família; os meios de produção pertencem a toda a família e, no seu interior, se realiza para outro membro da família;

c) essas características evidenciam que o trabalho familiar, estruturado na mão de obra familiar, é o maior responsável pela geração de renda no meio rural.

As características definidas pela FAO/INCRA para a agricultura familiar reforçam o nosso argumento e confirmam a análise proposta neste estudo. Percebemos, no grupo definido para esta pesquisa, a relação de organização econômica e financeira com base em cada unidade familiar; mas, ao mesmo tempo, as relações consanguíneas são muito comuns entre eles, e a perpetuação das famílias ocorre com o casamento entre parentes.

Percebemos que a forma familiar de trabalhar a terra tem propiciado a perpetuação desse modelo, pois a família não dispõe da diversidade de técnicas; portanto, é comum a compra de maquinários entre os membros, e todos são responsáveis pela manutenção dos mesmos. Esta corresponsabilidade faz com que as famílias tornem-se mais próximas, intensificando as relações humanas e familiares. A organização em torno do modelo de associação tem propiciado o fortalecimento das relações sociais e familiares, o qual é mantido nas reuniões e nas preocupações em comum.

Por ser mais um espaço homogêneo, o trabalho familiar é profundamente diferenciado do ponto de vista econômico, social e cultural, já que os agricultores familiares não vivem isolados, mas evoluem seguindo trajetórias diferentes; isto é, alguns passam pelo processo de acumulação de capital, enquanto outros passam pela

descapitalização, sendo que essas relações estão associadas à dinâmica das relações sociais nas quais eles estão inseridos. Guanzioli (2000) ensina que:

Os agricultores familiares são sensíveis aos estímulos do mercado, observam a tecnologia moderna e produzem eficientemente, podendo produzir alimentos e matérias-primas em quantidade e qualidade requeridas pela expansão do setor urbano-industrial.²¹ (GUANZIROLI, 2000, p. 33).

A agricultura familiar não é definida pelo tamanho da propriedade, mas pela extensão máxima do terreno que a família pode explorar, com base no seu trabalho desenvolvido com a tecnologia disponível. A dinâmica que comanda as relações sociais dos agricultores familiares possui modelos diferentes.

Ainda segundo Guanzioli (2000), o sistema de produção na agricultura familiar é entendido como um conjunto de atividades nas culturas e de criações dentro de uma unidade de produção. Em geral, as atividades desenvolvidas fazem parte de um sistema complexo no qual a produção serve tanto para o consumo da família (caráter de subsistência da produção) quanto para o mercado consumidor regional. Nesse contexto, a agricultura familiar adapta-se para usar os recursos mais escassos:

O produtor familiar procura diversificar sua produção, embora em sua origem a diversificação fosse determinada pelo caráter de subsistência da produção familiar, hoje é uma estratégia de redução de riscos e incertezas, sem dúvida um trunfo de muitos sistemas de produção explorados por produtores familiares. (GUANZIROLI, 2001, p.45).

A adubação orgânica, para Guanzioli (2001), é a maneira mais viável de preservar os recursos naturais; nos últimos anos, ela vem aumentando, de forma significativa, o valor agregado dos alimentos produzidos pelo sistema orgânico. Em diversas regiões do país, nos últimos anos, esse tipo de adubação vem crescendo por ser utilizado no cultivo de produtos que exigem mão de obra e cuidados intensivos. É exatamente nesse aspecto que os agricultores familiares possuem mais vantagens para competir com os agricultores patronais. Além disso, também favorecem o surgimento de possibilidades de expansão da agricultura e da geração de renda, já que os agricultores usam, de forma mais eficiente, os recursos *terra, trabalho e capital*. Com isso, irradia-se maior desenvolvimento local, uma vez que o uso dos produtos orgânicos faz com que

²¹ Idem, 2001, p. 16-17.

ocorra a redução e a conseqüente dependência por serviços e insumos disponíveis em mercados locais. Tais aspectos ocasionam menor custo da produção, aumentam a viabilidade e a sustentabilidade dos produtores familiares.

Para Abramovay (1998), a agricultura nos países capitalistas desenvolvidos estrutura-se em torno dos estabelecimentos familiares:

O peso da produção familiar na agricultura faz dela um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e gestão estrutura fortemente pelos de vínculos de parentesco e onde a participação de mão de obra não contratada seja tão importante. (ABRAMOVAY, 1998, p. 209).

A agricultura familiar desempenha um papel decisivo no processo de acumulação de capital, pois a desvalorização da força de trabalho torna-se a condição necessária para a formação de uma norma social de consumo. Sendo assim, o caráter familiar da produção abriu novos caminhos para que os alimentos pesassem cada vez menos no orçamento dos assalariados. Abramovay (1998) explica que:

À pequena produção mercantil foi progressivamente integrado a produção capitalista. Esta integração criou uma tendência permanente ao aumento da produtividade do trabalho na agricultura e provocou uma grande extensão da produção de meios de produção para a agricultura. Daí resultou uma forte tendência à baixa dos preços a que vieram fixar ao nível apenas necessário para fornecer a renda monetária que permitia a manutenção de uma família agrícola, mais a valorização do capital emprestado pelas firmas integradoras e os bancos. (ABRAMOVAY, 1998, p. 231-232).

A expansão da agricultura familiar moderna é a chance de países como o Brasil, potencializado por terras agricultáveis e clima tropical, superarem a pobreza, o desemprego e a exclusão social. Isto poderia ser viabilizado por meio de projetos alternativos que visassem à preservação do meio ambiente. Vale lembrar que investimentos nesse setor seriam inferiores a quaisquer outros utilizados para se oferecerem postos de trabalho urbano. Com a inserção de novas técnicas, a cada dia, mais aplicadas na agricultura, a pequena produção vem se destacando no cenário nacional entre os agricultores familiares, uma vez que eles são responsáveis pelo abastecimento de gêneros de primeira necessidade no comércio local; exemplo disto é a agricultura familiar na comunidade do Planalto Rural.

Essa modalidade de produção é responsável pela ocupação de um número significativo de trabalhadores nas áreas rurais, bem como pelo desenvolvimento de um

sistema sociocultural e econômico pautado na utilização da terra e na produção agrícola, no qual os princípios de respeito e de convivência têm se mostrado mais eficazes do que os percebidos nos grandes centros. Outro fator que faz essa população ter uma relevância social importantíssima é a relação homem/natureza. O homem não vê na terra só uma forma de produção, mas formas de convivência e de respeito múltiplos, pois é dela e de todo o seu ecossistema que ele depende para sobreviver.

O Norte de Minas Gerais está localizado na região semiárida do Brasil, e esta semiaridez, que é traduzida em climas bem adversos às formas de produção, faz com que os agricultores familiares locais conheçam e convivam com os biomas nos quais estão inseridos.

2.2 A modernização agrícola e suas implicações para a agricultura familiar na região Norte de Minas

A modernização agrícola brasileira está diretamente associada à expansão do capitalismo e à transformação dos latifundiários em proprietários capitalistas, sempre em busca de formas de melhorar as condições de rentabilidade de seus negócios. Neto (1985) nos diz que:

A modernização da agricultura brasileira não se explica somente pela sua lógica interna de acumulação. Mais importante que os condicionantes internos da agricultura é considerar a influência do setor industrial, especialmente daquele que produz a tecnologia com a qual se tem modernizado. (NETO, 1985, p. 40).

A modernização à qual se refere o autor teve seu processo acelerado a partir da década de 1940, com o advento das inovações tecnológicas, as quais foram inseridas na agricultura. Entretanto, essa modernização foi mais significativa na década de 1960, em decorrência das condições políticas dos períodos militares, favoráveis à concentração fundiária. Como afirma Neto (1985): “Ao mesmo tempo (*sic*) que vai se consolidando o progresso técnico, a agricultura vai modificando a organização da produção, no que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção.”

A utilização da tecnologia na agricultura gerou a demanda pela mão de obra especializada no campo, trazendo profundas transformações sociais na estrutura agrária e no meio ambiente, e conduzindo a um acelerado crescimento do êxodo rural, o qual levou os trabalhadores a migrarem para as cidades em busca de novas alternativas de trabalho e

de renda. Por outro lado, o investimento na modernização da agricultura familiar não ocorreu na mesma proporção da do campo, o que aumentou a distância entre o campo moderno e o campo agrário familiar, como nos mostra Martim (1985):

A chamada “modernização” da agricultura brasileira modificou a fisionomia, a cultura, o semblante e a vida da nação. Criou o país da miséria no meio da riqueza e da fartura, agravou a fome. É um Brasil que as estatísticas retratam, mas não revelam. (MARTIM, 1985, p. 11).

Durante séculos, a terra, o trabalho e o capital foram os fatores primordiais de produção agrícola, porém, com a incorporação da ciência, da tecnologia e da informação, a agricultura passou por processos jamais imaginados antes do período técnico-científico-informacional. O acesso às tecnologias foi:

Instrumento primordial para a modernização da agricultura, o amplo emprego de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos, fornecidos pela atividade industrial, provocando notáveis metamorfoses, seja na atividade humana voltada para a transformação da natureza, que sofreu intenso processo de divisão do trabalho, seja na terra, transformando cada dia mais terra-matéria em terra mercadoria. (ELIAS, 2003, p. 60).

A estrutura agrícola é extremamente dependente de fatores naturais, representando limites para a acumulação ampla no setor; o que representa, em parte, um ganho ambiental, porém, diante do acesso à tecnologia e ao capital, passa a subordinar a própria natureza, reproduzindo artificialmente condições favoráveis às produções agrícolas capazes. As pesquisas tecnológicas, conforme Elias (2003):

Desenvolveram uma gama incontável de novos produtos químicos na tentativa de suprir as deficiências do solo, prevenir as doenças das plantas, combaterem as pragas das plantações, aumentarem o rendimento por hectare, produzir no laboratório sementes mais produtivas, de construir máquinas para semear, cultivar, colher, irrigar o solo, proporcionando maior rendimento por hectare. (ELIAS, 2003, p. 61).

Associados ao desenvolvimento econômico e à incorporação de tecnologias na agricultura surgem problemas sociais e ambientais decorrentes da exploração intensiva dos bens naturais. Sobre este desenvolvimento, Elias (2003) postula que:

As transformações foram substanciais quanto à forma, ao tipo e à intensidade das relações de toda natureza, metamorfoseando o espaço antigo e criando um novo, no campo e na cidade, caracterizado pela grande quantidade e diversidade de fixos artificiais e fluxos de todos os tipos e intensidades. (ELIAS, 2003, p. 54).

A estrutura agrária do Norte de Minas configura-se por uma concentração de terras e um elevado número de pequenas propriedades agrícolas. O quadro natural apresenta diversos dados, como a irregularidade climática, o solo pouco fértil e, em sua maior parte, de má qualidade, predominante ácido, arenoso e carente em relação aos recursos hídricos.

A agricultura, o uso da terra no Norte de Minas e os modelos de exploração não são muito diferentes daqueles adotados no restante do país, pois o que se observa são as intensas concentrações fundiárias e as dificuldades de redistribuir as terras que permanecem devolutas desde o processo de ocupação da região.

A agricultura mineira caracteriza-se pela dualidade entre a agricultura familiar e a modernização dos meios de produção. Tradicionalmente, baseia-se na pecuária de corte e na grande propriedade agrícola. Diversos são os tipos de ocupação do solo no Norte de Minas, predominando as pastagens naturais e as áreas plantadas.

O aspecto que caracteriza a região como eminentemente pecuarista é o desmatamento das coberturas vegetais do cerrado, da caatinga e das matas secas para a formação de pastagens, além do uso de insumos químicos que transformam radicalmente as paisagens naturais do sertão mineiro, comprometendo a produtividade e causando problemas ambientais. Como ensina Neto (1985):

Os adubos químicos são pouco assimilados pelas plantas; os agrotóxicos mostram-se ineficientes; a mecanização compacta os solos; as sementes e variedades selecionadas são pouco rústicas; os métodos de preparação do solo causam sua destruição; as monoculturas propiciam o aparecimento de pragas e doenças; o desmatamento generalizado altera o clima e o regime de chuvas. (NETO, 1985, p. 129).

As diversas formas de uso da terra no Norte de Minas (IBGE, 2006) classificam-na como uma região que está passando pelo processo de modernização e de crescimento da agricultura. Os investimentos técnicos estão sendo agregados à agricultura, alterando as características do solo, elevando a produtividade e contribuindo para o crescimento da mecanização do campo. Entretanto, mesmo diante dos mecanismos de modernização agrícola, a região ainda mantém baixos índices de produtividade, predominando a lavoura de subsistência. Corroborando essas assertivas, Lemos (1990) afirma que:

A pequena produção mineira de subsistência é a mais tradicional das agriculturas tradicionais do país. Constituindo o que conhecemos hoje como o interior de Minas Gerais, que por sua vastidão, heterogeneidade e riqueza cultural vem sendo escrito e contado em prosa e verso. (LEMOS, 1990, p. 70).

A modernização da agricultura no Norte de Minas vem sendo desenvolvida a custos ambientais, sociais e econômicos elevados, alterando substancialmente as condições de acumulação da produtividade agrícola, a qual varia em grau, intensidade e tempo no espaço regional mineiro.

Nos últimos anos, a crise da agricultura convencional tem levado à busca de outros modelos de desenvolvimento para a agricultura. Assim, observam-se, no Brasil, avanços nos estudos rurais sobre as formas familiares de produção e sobre suas relações com os processos de desenvolvimento rural.

Dessa forma, a projeção social e política da agricultura familiar no país, nos últimos anos, pode ser compreendida como expressão de reconhecimento e de legitimação; o que demandou ampla capacidade de mobilização, encetadas por meio dos movimentos sociais no campo, protestos e ações dos próprios agricultores. Esses movimentos tiveram como resposta as políticas governamentais cada vez mais identificadas com o território rural.

Da parte do governo, incentivos e financiamentos vêm sendo disponibilizados para a melhor estruturação desse setor; como exemplo disso, citamos a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF –, formulado no ano de 1996, e que seria uma forma de atender às pressões dos movimentos sociais rurais com a finalidade de promover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que se encontravam em dificuldade para se manterem na atividade.

A agricultura passa por momentos, às vezes, localizados, às vezes, generalizados, de saída do campo, quando as famílias abandonam as atividades agrícolas e partem em busca de outra forma de vida nas cidades consideradas socialmente mais atrativa.

A agricultura familiar baseia sua produção de alimentos em produtos utilizados no dia-a-dia para a sua alimentação, como arroz, feijão, milho, mandioca, hortaliças e, na região, com produtos geradores da maior parte da renda, café ou leite. Esta é a produção que garante o alimento e que permite a comercialização do excedente em feiras livres,

verdureões, supermercados etc. Na ausência dessas condições de vida e de trabalho, o homem do campo, da agricultura familiar, migra para os grandes centros.

2.3 O meio físico e a agricultura familiar no Norte de Minas Gerais

Quem percorre o Norte de Minas Gerais depara-se com uma extensa região de paisagens variadas, nas quais se pode observar a presença de chapadas, veredas, matas, cerrados e uma transição do cerrado já para a caatinga nordestina. São nessas áreas que os agricultores familiares se estabelecem; eles configuram uma população de proprietários ou posseiros que, dificilmente, atingem o limite máximo dos quatro módulos fiscais estabelecidos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); como pode ser observado no mapa da Figura 7. Segundo AB' SABER (1965 – 1977), essa região encontra-se sob o domínio morfoclimático dos chapadões interiores, com cerrados, florestas, galerias e, em amplas áreas de transição, com o domínio das depressões intermontanas e interplanálticas semiáridas.



Figura 7: Mapa de Minas Gerais - vegetação
Fonte: Adaptação de Fonseca, A. I. A

O relevo do Norte de Minas, segundo o Instituto de Geografia Aplicada – IGA (1998) –, é marcado pela presença da Serra do Espinhaço, a qual atravessa toda a região central na direção Norte/Sul; e se caracteriza por topos de serras, chapadas e planícies, apresentando altitudes de 750 a 1200 m, com extensas áreas de terras planas ou levemente onduladas, de solos geralmente pobres e profundos com coberturas vegetais constituídas, predominantemente, pelo cerrado. Nos anos de 1970 e 1980, tal vegetação foi rapidamente substituída pelas pastagens artificiais e pela monocultura de eucaliptos, segundo Chagas (1999, p. 38). Para Cordeiro (2003):

[...] representados por um relevo predominante de depressão com superfícies de aplainamentos e formas residuais, clima quente e semi-úmido, a vegetação com grande área de Cerrado em chapadas de topo aplainado e uma rede hidrográfica representada principalmente pela Bacia do São Francisco, condicionaram e favoreceram, em grande parte, as atividades humanas e econômicas. (CORDEIRO, 2003, p. 67).

Esse modelar de relevo faz com que as agriculturas atuem de forma diferenciada e singular, considerando as características geomorfológicas. O relevo do Norte de Minas Gerais constitui-se de seis grandes unidades (CORDEIRO, 2003), e são nestas unidades, descritas a seguir, que estão localizadas as populações e suas formas de atuar.

1) Superfícies de aplainamento, de níveis elevados, representados pelo Planalto do São Francisco e pelo Planalto de Conquista. O Planalto do São Francisco, situado no Centro-oeste, constitui um conjunto de plataformas aplainadas, com níveis de chapadas em amplos degraus tabulares, com altitudes variando de 500 a 1200 m; cobertas, geralmente, por cerrados, em latossolos com litologias da formação Urucuia e do grupo Bambuí. Podem ser observadas nas regiões de Pirapora e de Montes Claros. Nas porções Nordeste e Leste, o Planalto de Conquista, com altitudes variando de 700 a 1.050m, aparece na região de Salinas e de Taiobeiras; também aparecem latossolos cobertos por cerrados e floresta subcaducifólia. Nessas áreas, a agricultura apresenta-se de forma bastante variada com áreas mecanizadas e com grandes fazendas de gado; entretanto, nas encostas dos morros e nas áreas mais baixas, a agricultura familiar se organiza, apresentando grande produção de variados produtos que vão desde milho, arroz, feijão e hortaliças diversas à cana-de-açúcar para a fabricação de rapadura e cachaça; esta é o carro-chefe da economia, principalmente dos municípios do Salinas e de Taiobeiras. Entre os municípios de Montes Claros e de

Pirapora, são muito comuns veredas, tipo de vegetação que oferece uma paisagem bucólica.

2) Topos do Espinhaço - correspondem às superfícies de aplainamentos que se destacam nas serras do Espinhaço, constituindo verdadeiros chapadões, como ocorre na região de Grão Mogol e de Espinosa; são cobertos por cerrados, com variações para a caatinga e o aparecimento de campos rupestres. São nessas áreas que estão localizados os geraizeiros e sua diversidade de produção, com base na agricultura familiar e com fortes características para a agroecologia. Também nessas áreas, o uso monocultivo, de eucalipto, do solo é intenso, como podemos observar na Figura 8, o que gera grandes conflitos entre as empresas e as comunidades locais.



Figura 8: Plantio de eucalipto – Alto do Rio Pardo
Fonte: Fonseca (2010)

3) Superfícies de aplainamento da Depressão Sanfranciscana - constituem grandes superfícies rebaixadas ao longo dos rios, com relevo plano ou suave ondulado, variando de 450 a 750 m. Os solos são os latossolos, cambissolos e areias quartzosas cobertos por cerrados, caatinga e matas ciliares, sendo observados na região de Várzea da Palma e de Porteirinha. Essas áreas apresentam características bem próprias; ora com cerrado típico intenso, ora com a caatinga predominante. No município de Porteirinha, as características da caatinga são tão intensas que o homem do campo se autointitula

caatingueiro, com um modo muito próprio de trabalhar a terra. A paisagem é um misto de frutos específicos da caatinga, como o umbuzeiro e o juazeiro, dentre outros tipos vegetacionais (CORDEIRO, 2003).

4) Terraços e planícies aluviais - correspondem aos níveis mais baixos entre 430 a 450 m. Possuem relevo plano com sedimentos aluviais ao longo do rio São Francisco, do rio Verde Grande, do rio Gorutuba e do rio das Velhas, apresentando solos aluviais, cambissolos e solos hidromórficos, com vegetação de caatinga e florestal, destacando-se nas regiões de Manga e de Januária, dentre outros municípios (CORDEIRO, 2003).

5) Encostas e desníveis de planaltos - constituem superfícies enrugadas com altitudes de 550 a 950 m, em rochas do grupo Bambuí e Espinhaço à Leste, evidentes nos municípios de Monte Azul e de Bocaiúva, como mostra a Figura 9. Nesses desníveis de planaltos, a encosta faz um contraste com a agricultura familiar, criando uma paisagem rural belíssima.

Os mercados e as feiras recebem grande parte dos produtos, o que fortalece a agricultura e a sociabilidade dessas populações. Sobre feiras e mercados, escreveremos uma subseção específica (CORDEIRO, 2003).



Figura 9: Produção familiar na encosta
Fonte: CAA MN (2010)

6) A Serra do Espinhaço - com forte relevo ondulado e montanhoso, com altitudes de 600 a 1200 m e de formação geológica do grupo Espinhaço (quartzitos, filitos e xistos); recebe a denominação de Serra Geral. Em muitos trechos, apresenta topos planos, como o do Chapadão do Catuni, nas imediações de Francisco Sá. Essa forma de relevo pode ser também observada nos municípios de Grão Mogol e de Espinosa.

O bloco-diagrama apresentado a seguir contém aspectos de parte do quadro natural do Norte de Minas, e foi elaborado por Valadão (1997)²². Nele, percebem-se depressões e planaltos destacando-se na morfologia da região, a qual se constitui de formação geológica antiga, representada pelos calcários e siltitos da formação Jacaré, mais o subgrupo Paraopeba Indiviso, formado basicamente de siltitos, que são datados do Proterozoico Superior. Os arenitos são da formação Urucuia, datados do Mesozoico. Já no Planalto do Espinhaço, aparece o grupo Macaúbas, também do Proterozoico Superior, formado por quartzitos, metapelitos e metadiamicititos (CORDEIRO, 2003), conforme ilustra a Figura 10.

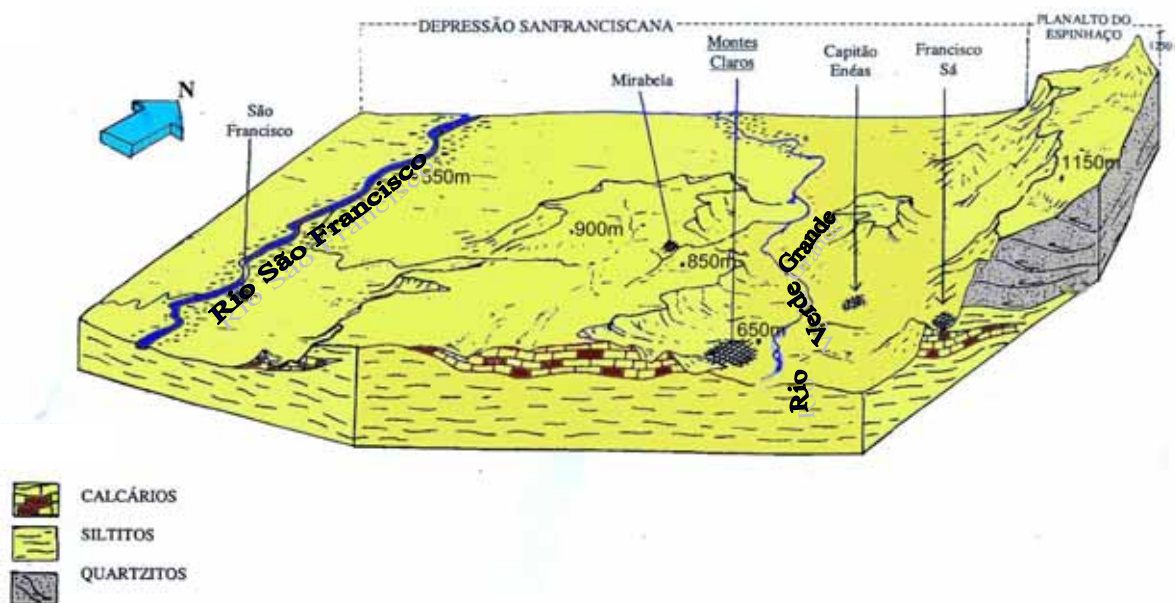


Figura 10: Norte de Minas: aspectos da Depressão Sanfranciscana
Fonte: Valadão (1997)

²² Roberto Célio Valadão, professor da UFMG, ministrou a disciplina “Geografia Regional do Brasil II”, no 3º módulo do curso de Especialização *Lato Sensu* em Geografia Regional do Brasil e de Minas Gerais, na UNIMONTES, em 1997.

As cotas altimétricas variam de 550 m, na planície aluvial do São Francisco. Nessas planícies, concentram-se os varzanteiros, representados, nesta pesquisa, pela bela comunidade do Quilombo da Lapinha; nesse grupo, podemos identificar as características de quilombolas, varzanteiros e veredeiros, além dos ilheiros, pois eles têm suas características nos fazeres cotidianos dessas populações. A cidade de Montes Claros está situada na bacia hidrográfica do rio Verde Grande, numa altitude aproximada de 650 m, e é um centro polarizador no qual a agricultura se encontra bem delineada; os agricultores se organizam em maior grau e fazem uso de todos os financiamentos governamentais.

Leite, Santos e Souza (1999) caracterizaram assim a região:

Esta área possui uma topografia aplainada, clima seco, vegetação de Cerrado hoje substituída pelo reflorestamento de eucalipto e do pinus, a pecuária de corte ainda é uma importante atividade econômica da região. (LEITE; SANTOS; SOUZA, 1999, p. 37).

Para Cordeiro (2003), o processo de ocupação da depressão levou ao desaparecimento da vegetação original, fato que contribuiu, em parte, para o aparecimento de voçorocas (Figura 11), resultantes do pisoteio do gado e também do processo inadequado do escoamento das águas das estradas. A pobreza do solo e a deficiência hídrica (muitos rios intermitentes) impedem uma agricultura mais expressiva, feita com a irrigação, mas, em muitos casos, descontrolada.



Figura 11: Processo de voçorocamento
Fonte: Isabel Brito (2006)

Nesse ambiente, as áreas que se encontram mais preservadas são exatamente as da agricultura familiar, pois os agricultores trabalham levando em conta o potencial natural. Como essa população é grande conhecedora dos fenômenos naturais e do potencial das suas áreas, com pequenas extensões, eles procuram trabalhar de forma a não provocarem tantos danos ambientais. Os voçorocamentos são mais perceptíveis nas grandes fazendas de criação de gado, nas quais, em sua maioria, a vegetação nativa foi substituída pelas pastagens e pelo superpastoreiro. Os agricultores familiares trabalham de forma a fazerem a rotatividade de cultura e com características de policultura, o que agrega ao solo uma maior aderência e uma recuperação das áreas plantadas.

É sobre esse relevo que se encontra a interface dos biomas cerrado e caatinga, submetidos a um rigoroso processo de formação físico/climático e local no qual a agricultura familiar se desenvolve convivendo com o rigor da natureza, ora com secas que duram de seis a nove meses, ora com período de chuvas torrenciais. Na interface do cerrado e da caatinga, é que essa modalidade de trabalhar a terra perpetuou-se de formas diferenciadas, mas, de forma homogênea, no que tange ao entendimento das pessoas dessas

populações. Entre eles, há unanimidade no que tange à sua profissão: são agricultores familiares, pois é disto que vivem; é ali que vivem e constituem suas famílias.

3 A CIDADE E A COMUNIDADE

3.1 Montes Claros: centro polarizador e dispersor

A cidade de Montes Claros, localizada ao Norte do estado de Minas Gerais, polariza os demais municípios Norte mineiros. Constitui um centro dispersor de diversos produtos (OLIVEIRA, 2000) cuja concentração se deve a uma maior capacidade de suporte do seu núcleo urbano, devido à falta quase absoluta de infraestrutura nos demais municípios, sendo o principal abastecedor do comércio local e o principal centro de compras varejistas da região.

A formação de Montes Claros remonta a 1768, e a Sesmaria que deu origem à atual cidade foi concedida a Antônio Gonçalves Figueira, que pertencia à bandeira paulista de Fernão Dias Pais Leme, a qual procurava encontrar pedras preciosas na região de Montes Claros (OLIVEIRA, 2000). A origem das cidades no Norte de Minas, segundo Gomes (2007), remete sempre aos locais de repouso dos tropeiros que utilizavam o mesmo espaço para seu descanso quando ali passavam; com a cidade de Montes Claros, a história não foi diferente. Nesses locais, normalmente, formavam-se as primeiras feiras para a troca de produtos.

Os aglomerados formavam-se, assim, por força da constância da utilização do local: as casas de oração se formavam e, depois, eram elevadas à categoria de igrejas, o mesmo acontecendo com as feiras que, com o aumento da circulação de pessoas no espaço, passavam a ser mercados de constantes vendas de mercadoria; em seu entorno, constituíam-se as casas e, desse modo, se formava o povoado.

Segundo Gonçalves (2000), os vales férteis do sertão mineiro atraíam os bandeirantes para a constituição de fazendas de agropecuária que serviam principalmente para a manutenção das regiões mineradoras de produtos alimentícios, principalmente a carne bovina. Assim, constituíram-se as primeiras fazendas, entre elas, a de Montes Claros, a qual deu origem à Vila das Formigas (Figura 12). Por ocasião da colonização, os tropeiros eram as figuras mais importantes da colônia (COTRIM, 2010).



Figura 12: Sede da fazenda dos Montes Claros
Fonte: Secretaria da Cultura de Montes Claros

A elevação da Vila à categoria de cidade ocorreu no dia 03 de julho de 1857; a partir desta data, a cidade assume seu papel centralizador na região. Um momento importante para o crescimento da cidade foi a sua ligação com outros locais pela linha férrea. Gomes (2007, p. 90) comenta que “o primeiro salto de crescimento demográfico deu-se após a década de 1930, com a chegada da ferrovia em 1926”.

Mas foi a partir da década de 1960, com a chegada dos primeiros investimentos do governo federal e estadual, que a cidade teria o porte e o dinamismo de uma cidade com todos os aparatos urbanos. Esse destaque para a cidade de Montes Claros é analisado por Pereira (2007), que afirma que esse desenvolvimento fazia parte de um projeto maior dos governos que, para levar o desenvolvimento às regiões mais distantes da capital, executou, assim, vários projetos desenvolvimentistas.

O crescimento econômico da região, inclusive de Montes Claros, foi fortemente influenciado pelos incentivos estatais. As políticas regionais, implementadas pelo Estado brasileiro no período pós-guerra, faziam parte de um projeto nacional de desenvolvimento. A prática de incentivos aos investimentos no Nordeste, através da SUDENE, é um dos exemplos dessa tendência. (PEREIRA, 2007, p. 39).

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – veio proporcionar uma série de transformações na economia local e regional, devido à sua inserção na área de atuação da SUDENE; aliadas a esse desenvolvimento, mudanças

significativas contribuíram para aumentar o êxodo rural, caracterizando a transição da cidade agrícola para a urbano-industrial.

Outro momento importante foi a partir de 1970, período no qual a cidade foi beneficiada com o Programa Nacional de Apoio à Capital de Porte Médio – PNCCPM. Sobre esse momento, França (2007) ensina que:

Na década de 1970, o governo federal, por meio de políticas públicas de ordenamento territorial, começa a incentivar a criação de novos pólos de desenvolvimento em regiões periféricas, a fim de frear a migração rumo às metrópoles e incentivar o desenvolvimento de cidades de porte médio. Essas medidas governamentais eram de cunho desenvolvimentista e visavam a políticas de regionalização para o país. (FRANÇA, 2007, p. 6).

Os estudos realizados por esta política de ordenamento territorial apontaram que Montes Claros era a única cidade da região do Norte de Minas passível de receber os recursos do programa. A expressão “Cidade de Porte Médio” é definida por França (2007) como um conceito que:

[...] remete aos estudos de pesquisadores, órgãos governamentais e planejadores urbanos. Do ponto de vista do nível hierárquico das cidades, uma cidade média é aquela que se localiza entre a grande cidade e a pequena cidade, tendo, dessa forma, uma posição intermediária. (FRANÇA, 2007, p. 3).

Os recursos disponibilizados nesse programa deram um dinamismo e uma característica muito própria à cidade de Montes Claros: ela passa rapidamente a ser a principal cidade e a polarizar as demais; sendo, esta polarização, estendida até o sul da Bahia. A execução desses projetos ficou a cargo da Secretaria de Planejamento de Montes Claros, e o capital era oriundo do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD – e do Governo do Estado, segundo Pereira (2007). Ainda sobre esses investimentos Gomes (2007) esclarece que:

Um dos principais itens discutidos nesse programa foi o papel assumido por Montes Claros no contexto regional e sua importância econômica, reforçada com o contínuo aparecimento de indústrias atraídas pelos benefícios da SUDENE, favorecido pela recente implantação do Distrito Industrial. (GOMES, 2007, p. 138).

A cidade de Montes Claros destaca-se por ter maior dinâmica regional e por possuir todas as condições de infraestrutura necessárias para tal; condições estas não

oferecidas, até o momento, por outras cidades da região. Leite (2003) explica assim essa dinâmica:

A infra-estrutura criada para a industrialização passa a ser utilizadas por outros setores econômicos. Assim, embora o ritmo de desenvolvimento tenha diminuído para o setor secundário, o que se percebe é que Montes Claros, nas últimas décadas, tem-se firmado como centro comercial de prestação de serviços principalmente no que se refere ao setor educacional e saúde. (LEITE, 2003, p. 124).

Em termos numéricos, Montes Claros insere-se em uma mesorregião com aproximadamente 1.610.413 habitantes (IBGE, 2010) e que, de acordo com o Censo Agropecuário (2006), possui 18.702 pequenos estabelecimentos agrícolas, o que corresponde a uma área de 38.336 hectares. Esses estabelecimentos são os responsáveis por boa parte do abastecimento do município, no qual o mercado possui destaque como centro de comercialização e de socialização. A posição geográfica da cidade exerce um papel importante nesse processo de desenvolvimento, como podemos observar na Figura 13.

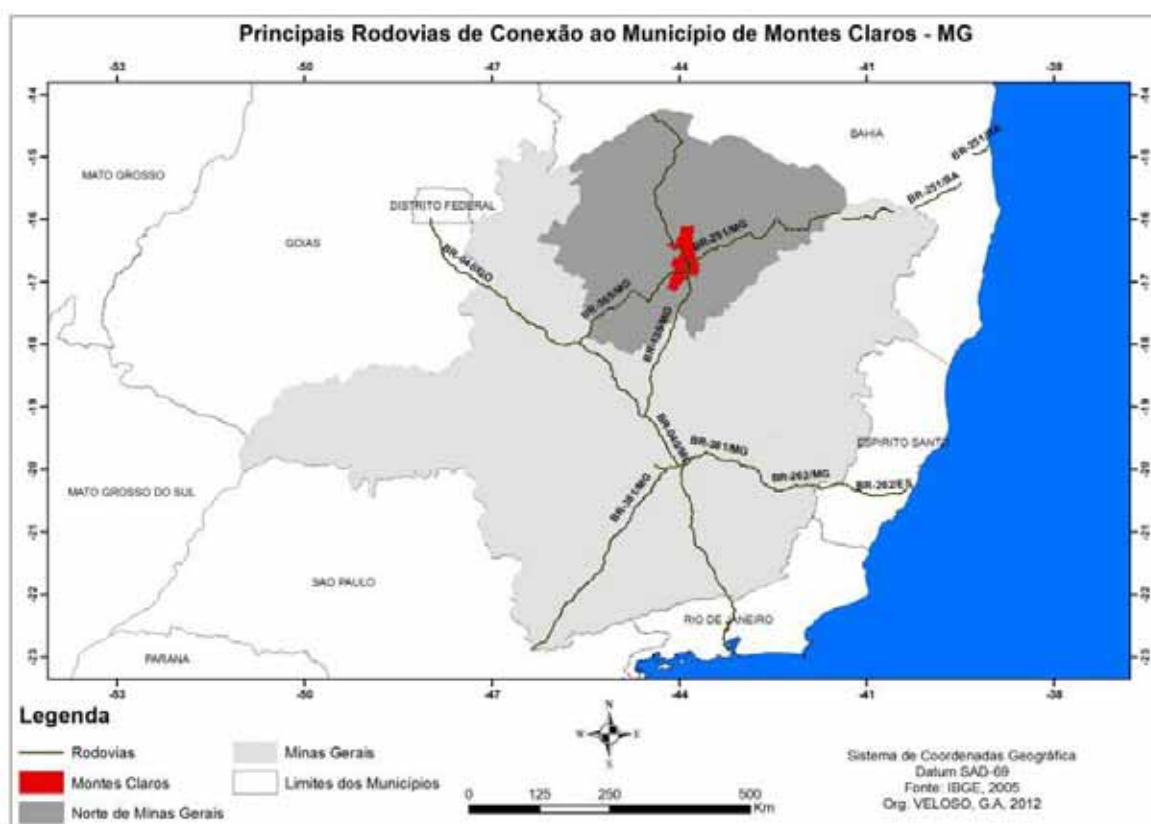


Figura 13: Ligação rodoviária da cidade de Montes Claros
Fonte: Prefeitura Municipal de Montes Claros

O fácil acesso da cidade ao restante do estado e do país proporciona à região logística rápida para o escoamento dos produtos, o que beneficia os vários setores.

Os investimentos na região vieram em forma de projetos e em vários setores, como as indústrias, por meio das quais se formou o Distrito Industrial de Montes Claros, o qual conta com indústrias diversas e de variados portes. No tocante à agropecuária, vários projetos foram executados, sendo o Jaíba considerado o principal deles, por ser o maior projeto de irrigação da América Latina. Esses projetos deram origem a outros que contribuíram para complementar a infraestrutura da região; entre eles, o da ligação entre as rodovias e o da sua pavimentação.

Para a logística e a distribuição dos produtos da agricultura, foi instalada, na cidade de Montes Claros, a CEANORTE, única central da mesorregião Norte que atende a 89 municípios, e cujo objetivo é a comercialização dos produtos dos agricultores da região. A CEANORTE exerce papel primordial no fomento da agricultura familiar, pois sua relação de comércio com o Centro Econômico de Abastecimento da Sociedade Anônima – CEASA –, na capital mineira, facilita o escoamento e a distribuição dos produtos.

Foram feitas entrevista, por esta pesquisadora, com cerca de 70 frequentadores da Central²³, cujo objetivo era analisar até que ponto a Central era realmente utilizada pelos agricultores familiares e qual o grau de satisfação deles em relação a ela. Para procedermos à entrevista, usamos dias alternados, e escolhemos os entrevistados aleatoriamente entre cerca de 390 frequentadores. Entrevistamos 70 pessoas, e esta amostra foi considerada suficiente para fazermos nossa análise, a qual se encontra disposta na Figura 14.

Quando detectamos quais eram os frequentadores da Central, percebemos que a maioria era oriunda da agricultura familiar, porém, entre eles, havia os que são conhecidos como atravessadores; isto é, aqueles que se utilizam da Central, mas que não possuem vínculo algum com a agricultura. Eles compram produtos de outros e os revendem no local; figura que se faz presente cada vez mais na região e na Central.

²³ Segundo a administração da CEANORTE, estão cadastrados 856 produtores rurais, mas, semanalmente, os frequentadores ficam em torno de 420 produtores.

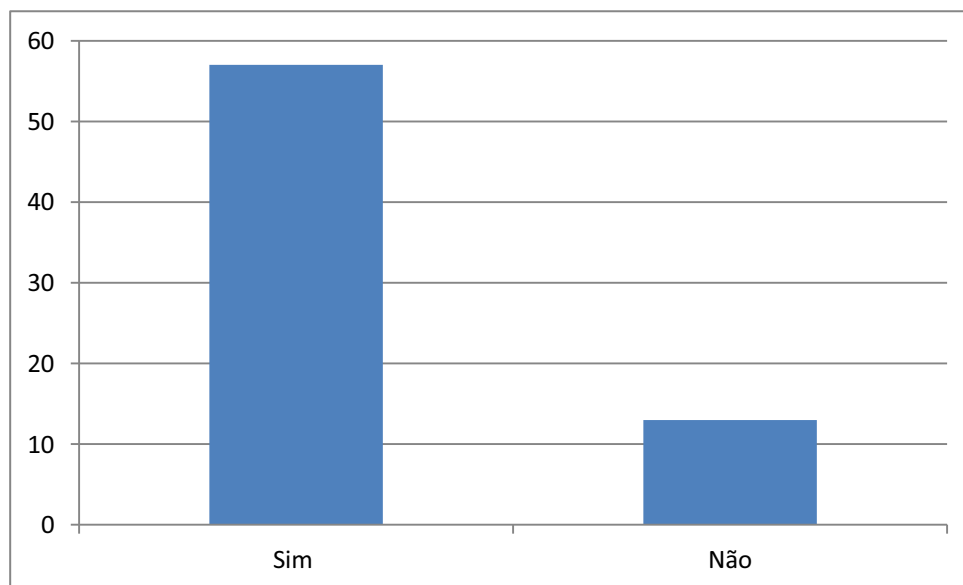


Figura 14: Número de frequentadores que se autointitulam agricultores familiares
 Fonte: Pesquisa direta (FONSECA, 2011)

Ao entrevistarmos os agricultores da CEANORTE, constatamos uma diversidade de pontos de venda para seus produtos. Segundo eles, além da Central, mercados, feiras e outros estabelecimentos comerciais são locais para a venda dos seus produtos. Essas estratégias propiciam-lhes uma rede de comércio durante alguns dias da semana. Seus dias de comercialização são alternados, o que os permite trabalhar nas propriedades e vender seus produtos. A CEANORTE funciona como ponto de comercialização as segundas e quintas-feiras, a partir das 14 horas. Para os mercados de Montes Claros e de Bocaiúva, os melhores dias para a venda dos produtos são as sextas-feiras e os sábados; já as feiras dos bairros da cidade de Montes Claros, normalmente, funcionam no domingo, sendo a feira do bairro Major Prates a mais organizada delas. Trataremos deste assunto com mais detalhes em uma subseção no Capítulo 4.

3.2 A pesquisa e a comunidade

A comunidade do Planalto Rural está inserida no município de Montes Claros, no qual desenvolvemos nossa pesquisa.

Durante a pesquisa, para melhor conhecermos os agricultores rurais, realizamos reuniões, aproveitando os encontros mensais dos trabalhadores rurais na sua Associação dos Hortifrutigranjeiros da Região do Pentáuria – ASPROHPEN –, pois

entendemos que, nesses momentos, eles tinham interesses diversos e estavam mais propícios a nos receber e a responder às nossas indagações. Expusemos aos associados os objetivos da nossa pesquisa e combinamos que iríamos visitá-los em suas propriedades.

Os questionamentos foram feitos em forma de entrevistas semiestruturadas, nos moldes dos instrumentos da pesquisa quantitativa e qualitativa, na tentativa de melhor entender as comunidades, foco de análise deste trabalho. Os mesmos instrumentos de pesquisa foram utilizados quando da visita à comunidade, na primeira etapa do trabalho. Posteriormente, algumas perguntas que não atingiram os objetivos propostos pela pesquisa foram substituídas por outras. Também nas propriedades dessa comunidade, foram feitas entrevistas. A comunidade do Planalto Rural é composta por cinco comunidades: Comunidade de Lagoinha, Olhos D'água, Santa Rita, Barroção e Água Santa (ver Figura 15), as quais integram um núcleo central que se denomina Planalto Rural.

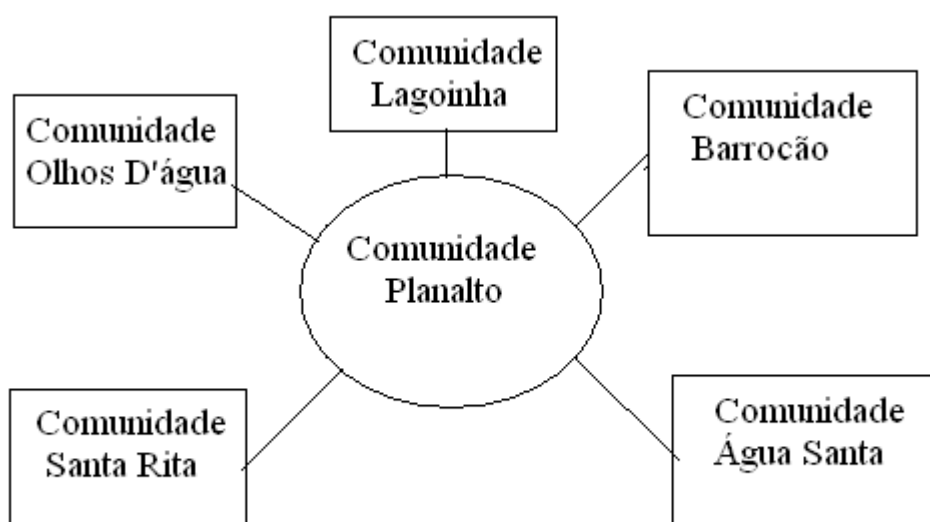


Figura 15: Disposição das comunidades
Fonte: Pesquisa direta (FONSECA, 2011)

A disposição dessas comunidades em torno de um núcleo central facilita o contato social das mesmas, o que se reflete em outros setores, como na associação, a qual mantém uma regularidade das reuniões; na colheita e no escoamento da mercadoria para o consumidor; e na reprodução cultural baseada nas manifestações da igreja católica. Tudo isto permite uma unidade na organização.

3.3 A comunidade de Planalto Rural, de Montes Claros

A comunidade do Planalto Rural, conforme identificada pela Prefeitura de Montes Claros, situa-se a aproximadamente 20 km da cidade de Montes Claros, às margens da BR-135, integrando a região da Serra Velha, área conhecida pela intensa exploração de areia para a construção civil; atividade esta que gera conflitos entre a população local e a empresa que explora a extração e a utilização da areia da região e que, segundo os moradores, remontam aos anos de 1970, quando começaram as primeiras explorações da areia na região, como pode ser observado na Figura 16, a qual representa uma areeira. Segundo Medrado (2009), o solo arenoso fino é encontrado em abundância no Norte de Minas Gerais.

A comunidade do Planalto Rural fica localizada em uma área de recarga de água, a qual vai se percolar, depositar-se nos lençóis freáticos e alimentar os rios do entorno que formam, no Norte de Minas, os principais tributários do rio São Francisco; este conhecido como “rio da unidade nacional”, o qual exerce um papel fundante por percorrer a região do semiárido brasileiro. Os rios Pacuí e Verde Grande são os principais afluentes e têm suas nascentes na região do Planalto Rural.



Figura 16: Ilustrativa de uma areeira na região do Planalto Rural
Fonte: Fonseca, 2011

Na Figura 17, podemos detectar as nascentes dos rios Verde Grande, Pacuí, São Lamberto, do Peixe e Guavinipã, entre outros.

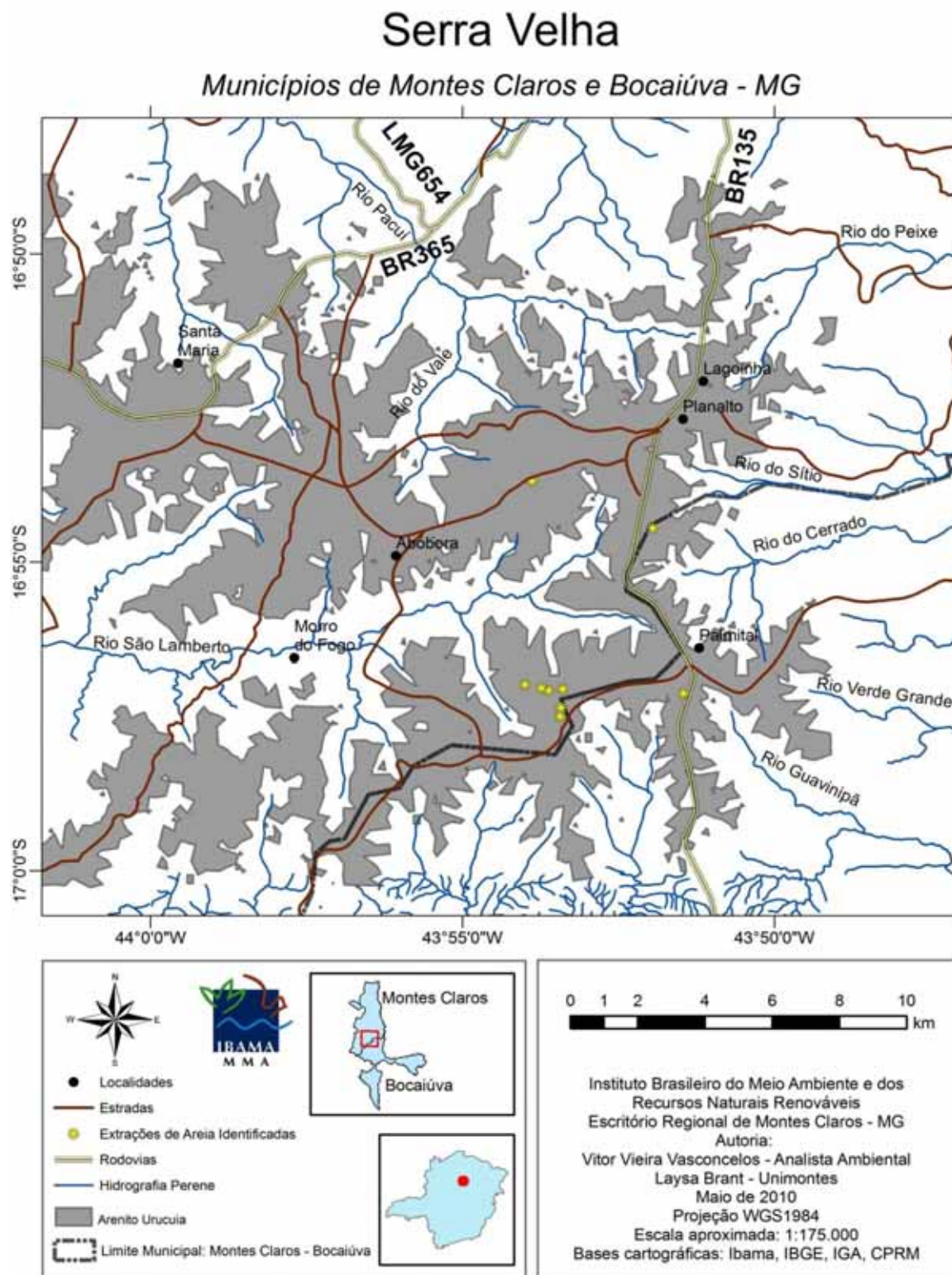


Figura 17: Mapa ilustrativo da Serra Velha - municípios de Montes Claros e de Bocaiúva

Fonte: IGA

Segundo moradores antigos da região, no passado, esses rios tinham peixes e um volume d'água considerável, mas, hoje, parte deles está assoreada. Para o senhor Braulino Caetano, antigo morador da região:

Nos últimos 30 anos, a intensificação da exploração das areiras veio minguar a água nos rios; o problema começa quando foi fazer o asfalto; eles discavavam o morro para fazer a BR, o antigo DER²⁴; ao tirar o cascalho, apareceu a areia e, a partir daí, começou a exploração da areia. Os prejuízos é muito: as pequenas propriedades não pode fazer irrigação pois as bomba só puxa areia; não tem mais peixe e os dono da areira não entende que o rio seve para todo mundo, e os peixe vão povoar o rio São Francisco. O lençol d'água secou, não abastecendo mais os pequenos córregos e barrocas; a criação não pode mais bebê água, pois a água nos córregos não dá nem para tirar um chapéu cheio. (Entrevista realizada em 17/01/2012).

Outro fator que levou a um assoreamento forte nas áreas de agricultura familiar foi a construção da BR-135, que não levou em conta a preservação do topo do morro, de onde é carregada grande parte dos sedimentos que vão ser depositados nos rios, como se pode observar na Figura 18, tirada com a utilização da ferramenta *Google Earth* (2005). Nela, podemos observar o corte da estrada no sentido Leste/Oeste do município, a qual liga o interior da Bahia ao estado de Minas Gerais e ao restante do país.

Podemos observar também a existência, na comunidade, de escola, clube, associação, campo de futebol e posto de gasolina. São nesses locais que alguns dos produtores rurais conciliam suas atividades rurais a outras atividades, atribuindo à comunidade um caráter de atividade plural.

²⁴ Departamento de Estradas e Rodagem.



Figura 18: Visualização da comunidade Planalto Rural e suas principais localidades
 Fonte: *Google Earth* (2005). Org.: Oliveira (2010)

O solo dessa região é tipicamente arenoso, vermelho/amarelo, pobre em compostos orgânicos e propício ao voçorocamento, quando utilizadas técnicas indevidas, como as aplicadas nas areiras, nas estradas de asfalto e em suas vicinais; estas, quase sempre, são construídas sem a utilização de técnicas de engenharia adequadas, ocasionando o aumento do assoreamento e o voçorocamento das áreas, o que levou aos conflitos e às lutas dos pequenos proprietários por uma melhor qualidade do meio ambiente. Hoje, já vêm sendo aplicadas, nas propriedades, várias técnicas de recuperação das nascentes dos rios, dos topos de morros e das estradas vicinais. Mas é esse solo que vem permitindo à comunidade a prática da agricultura como modo de produção da maioria da população residente. Isto fomentou, na região, a criação da Associação dos Produtores Rurais de Hortifrutigranjeiros da Região do Pentaúria - ASPROHPEN.

3.4 O associativismo e o fortalecimento da agricultura familiar no Planalto Rural

As associações começaram a fazer parte da vida das comunidades a partir das transformações ocorridas no campo; com o processo de modernização da agricultura, novas formas de organização foram surgindo no espaço rural brasileiro. Os pequenos produtores, sem meios de competir de forma igualitária com os grandes empreendimentos, começaram a se organizar e a reivindicar do Estado os meios que garantissem sua permanência e sua sobrevivência como moradores rurais. Desse modo, o associativismo rural tornou-se uma das formas de organização que vem se consolidando no espaço agrário do país. Sobre esse tema, Neves (2008) ensina que:

No bojo do processo de redemocratização da sociedade brasileira, expressivo de diversos modos de encaminhamento de conjunto de reivindicações advindas principalmente de segmentos populares, sobressai-se a luta pelo acesso à terra e por modos de organização de interesses coletivos, constitutivos dos agentes políticos então emergidos. Para dar corpo ao encaminhamento dessas duas demandas sociais, um dos modelos institucionais encontrados foi o associativismo. Ele foi reconhecido como a forma mais legítima de comunicação delegada e de intervenção nos modos de constituição do Estado de direito. (NEVES, 2008, p. 180).

O associativismo torna-se um expoente para os produtores rurais da região. Com o sonho de ver prosperar a comunidade de Planalto Rural, com sua agricultura familiar, fonte de trabalho e de renda para a população local, os agricultores viram a possibilidade de realizar a ideia da criação de uma associação que os atendesse. A partir daí, eles, juntamente com lideranças do Banco do Nordeste do Brasil e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER –, passaram a buscar recursos e apoio para a concretização desse sonho. Iniciaram-se, então, ações conjuntas entre as entidades interessadas e os agricultores locais. A primeira iniciativa foi obter conhecimento para a criação dessa associação, fazendo visitas a outras associações e a outras instituições cujas experiências já haviam notoriamente se tornado sucesso. Tais visitas foram feitas por líderes da comunidade de Planalto Rural, e tinham por objetivo buscar conhecer sua estrutura de funcionamento, a administração e os benefícios de uma associação de tal tipo.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais, Silva e Barone (2009) ponderam que:

Os pequenos produtores rurais estão inseridos em um ambiente em constantes mudanças, dificultando muitas vezes a reprodução social e econômica de suas unidades de produção. Assim, a união destes produtores em organizações associativas representa uma importante opção estratégica para juntos enfrentarem as dificuldades que lhes são constantemente impostas. (SILVA; BARONE, 2009, p. 353).

A princípio, a comunidade não acreditava no projeto da associação; havia uma descrença por parte das pessoas, o que exigiu um esforço dos atores do projeto, visto que, entre os mais carentes, há uma cultura de resistência a mudanças. Mas, em 1996, foi fundada a Associação do Planalto Rural, com aproximadamente 80 associados e que contava com o apoio de técnicos da EMATER/MG, os quais se responsabilizavam por auxiliar os produtores na elaboração de projetos para conseguirem investimentos do Governo Federal para desenvolverem sua agricultura familiar. A Associação passou a ocupar uma sede com 24 mil m², situada no Km 20 da BR-135, localização que foi fundamental para a organização dos produtores. Os maquinários e equipamentos foram adquiridos por via de parcerias e são, hoje, utilizados pelos agricultores associados para aumentarem a sua produtividade. A Associação também conta com dois carros provenientes de emendas parlamentares de um Deputado Estadual para o transporte de pessoas necessitando de tratamento de saúde.

Para o senhor José Maria Leal, morador da comunidade, a grande importância da Associação foi que ela “facilitou o acesso ao crédito, podendo acionar diversas linhas de créditos e os juros são baixos. Esse fato gerou um movimento na comunidade, tanto de dinheiro quanto de melhoria na qualidade de vida.” (Entrevista realizada em 17/12/2011). Já para Seu Adriano, outro morador da comunidade, a facilidade de crédito propiciado pela Associação “com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF –, principalmente com a linha de custeio, pode até melhorar as estruturas das casas.” (Entrevista realizada em 10/12/2011).

Com o apoio e o esforço de todos, os resultados começaram a aparecer imediatamente. O sonho de gerar emprego e aumentar a renda por meio da Associação, a partir do aumento da produção e da conquista de novos mercados, começava a se concretizar. Nos anos subsequentes à fundação da Associação, conseguiu-se a aprovação de financiamento entre R\$ 5.000,00 e R\$ 15.000,00, o que permitiu um aumento na produção familiar. Podemos observar, na Figura 18, a seguir, a colheita de chuchu na propriedade do senhor José Maria para ser entregue na Central de Abastecimento do Norte de Minas - CEANORTE.



Figura 19: Plantio de chuchu na comunidade de Planalto Rural
Fonte: Pesquisa direta (FONSECA, 2011).

A CEANORTE é uma central de abastecimento que permite aos agricultores familiares da região comercializar, ali, os seus produtos, sem quaisquer ônus. Por isso, há que se fortalecer esse agricultor no sentido de melhorar sua antiga forma de fazer agricultura, pois, a cada momento, podem surgir novas tendências e técnicas agrícolas; conseqüentemente, essa agricultura familiar pode perder suas características próprias, o que seria de se lastimar e que poderia jogar por terra o trabalho de todos pela manutenção desse tipo secular de agricultura.

É unanimidade entre os moradores que, antes da criação da Associação, os agricultores deparavam com diversas barreiras para vender seus produtos em maior escala. Um dos maiores problemas era a concorrência entre os próprios agricultores que, para conseguirem fazer suas vendas nas feiras de Montes Claros ou da cidade de Bocaiúva, vendiam seus produtos a baixo preço, por vezes, tentando ganhar a concorrência com o próprio vizinho, disputa que forçava a queda drástica dos preços. Durante muitos anos, essa produção foi vendida também a preço irrisório para os atravessadores que vinham de diversos locais. Carentes de organização e de estrutura, os agricultores familiares ficavam nas mãos dessas pessoas que exploravam o comércio na região. Sobre este assunto, o senhor Simael, morador da região e presidente da Associação, conta que:

Nesse período, o maior problema para a melhoria do preço dos produtos era causado pelos próprios moradores que, na vontade de vender toda a sua produção, concorriam com seus próprios vizinhos. A Associação veio unir os produtores em torno de um objetivo e, principalmente, veio fortalecer e valorizar os produtos locais; ao invés da concorrência entre eles, passou a ter uma maior organização, ocorrendo uma manutenção e elevação dos preços dos produtos. Com a Associação, veio a possibilidade de novos mercados. (Entrevista realizada em 10/12/2011).

Portanto, com a implantação da Associação na comunidade, esses problemas foram sendo, aos poucos, sanados.

A renda mensal desses agricultores varia de acordo com a quantidade de produtos que fornecem para a Associação, para a Central de Abastecimento do Norte de Minas – CEANORTE – e também para as feiras livres nos mercados de Montes Claros e de Bocaiúva (MG). Quanto mais produzirem e entregarem, maior será a sua renda. Segundo o senhor Antônio Borges (Toni) e o senhor Simael, “existem associados que conseguem atingir uma renda anual de 120.000 reais.” (Entrevista realizada em 12/12/2011). Vale lembrar que esses agricultores fornecem seus produtos para a Associação (para serem vendidos para a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB – e para a Styllus), para a CEANORTE e para as feiras livres dos mercados centrais de Montes Claros e de Bocaiúva.

No decorrer do ano, as safras vão sendo intercaladas entre o tomate, o chuchu, o maxixe, o pimentão, a abóbora, a vagem, o coentro e o milho verde. Há uma variedade de produtos que pode ser entregue na Associação, o que garante uma renda segura para os associados durante todo o ano.

A CONAB veio agregar valor à produção dos pequenos agricultores e faz parte de uma política do Governo Federal que veio fortalecer a compra dos produtos da agricultura familiar por meio da Associação; pois esta compra parte dos produtos a ela entregues e os fornece para escolas do município, possibilitando, dessa forma, uma merenda escolar nutritiva e, ao mesmo tempo, valorizando o trabalho e favorecendo a fixação do homem no campo. Essa ação trouxe resultados positivos para a região, pois beneficiou o agricultor, privilegiando a agricultura familiar. A nova Lei Federal 11.947/2009 exige que pelo menos 30% dos produtos adquiridos para a alimentação dos estudantes com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – sejam provenientes da agricultura familiar. A compra também fica dispensada de licitação, desde que os preços sejam compatíveis com os do mercado local e os produtos atendam às normas de qualidade. Com tal medida, cerca de R\$ 600 milhões por ano reforçarão a

agricultura familiar em todo o país, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (2010). Além do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA –, da CONAB, para o qual cada pequeno produtor pode vender até R\$ 3.500/ano, a merenda escolar torna-se um importante mercado institucional, possibilitando o comércio de até R\$ 9.000/ano, sem a intervenção de atravessadores.

A empresa Stillus Alimentação, que compra os produtos fornecidos pela Associação e tem sua sede em Belo Horizonte, ganhou a licitação da Prefeitura de Montes Claros para fornecer a merenda escolar para o município. Além da merenda escolar, a Stillus também é responsável pelo restaurante popular de Montes Claros, desde o ano de 2009. A merenda é distribuída a 112 instituições de ensino municipal, entre escolas da cidade e da zona rural, creches, centros de convívio e outros. O pagamento dos produtos é considerado bom pelos produtores; e é feito mediante depósito na conta da Associação, efetuado num prazo de 30 dias a partir da entrega do produto para a empresa Stillus e de, aproximadamente, 60 dias após a entrega à CONAB. A parceria entre a Associação dos Produtores do Planalto Rural e empresas como a Stillus e a CONAB vem beneficiando os sócios da Associação, já que a ação conjunta entre tais empresas garante a entrega e o recebimento dos seus produtos para as escolas e as entidades públicas de assistência social, assegurando, assim, a renda do agricultor.

A criação da Associação valorizou o produtor rural e trouxe desenvolvimento socioeconômico para as famílias envolvidas. Segundo o senhor Simael, “os associados têm condição de fornecer quase 100% das hortaliças, legumes e verduras para a alimentação escolar”. A Associação tem alcançado também outros mercados, pois fornece, semanalmente, quase 25 toneladas de produtos agrícolas para o estado de São Paulo.

Para o senhor Simael Leal, presidente da Associação:

[...] a tendência é aumentar essa produtividade, incluindo novos produtos às suas lavouras anuais e inserindo frutas como a laranja, a banana e a melancia. O que se procura, na Associação, é melhorar a situação econômica dos agricultores, visto que está sendo possível proporcionar trabalho e renda através da produção agrícola familiar. (Entrevista realizada em 12/12/2011).

Essas ações têm gerado empregos e a abertura de oportunidades para todas as famílias comprometidas com a sobrevivência no campo por via da agricultura, que viabiliza também o aumento da produtividade. Sobretudo, o trabalho desenvolvido pela

Associação tem sensibilizado a população para a preservação ambiental da região e motivado as tomadas de decisões em conjunto.

A partir das entrevistas realizadas com os agricultores envolvidos, verificamos que eles demonstram ter estreita relação com a terra, por ser ela sua principal forma de geração de renda e de sustento de toda a sua família.

Ao analisarmos a Figura 20, a seguir, constatamos que aproximadamente 73%, dos entrevistados são donos de sua terra, seja por herança, ocorrência muito comum no Norte de Minas, seja por junção das terras dos cônjuges, já que, normalmente, os casamentos são realizados entre parentes ou vizinhos, ou seja por aquisição, por meio da compra de terras, ocorrência menos corriqueira. Galisoni (2000, p.10) confirma esses fatos quando afirma: “Assim o dono da terra é antes de tudo um herdeiro e a terra é principalmente um patrimônio formado pela família”. Portanto, é comum a permanência de membros da família na unidade familiar.

Outro fato que corrobora essas assertivas é que, quase sempre, na divisão das terras, a sede da fazenda fica para o filho, o qual, ao longo da vida, permaneceu próximo aos pais, os proprietários majoritários das terras, o que garante uma não ruptura do sentido de família e de pertença daquele lugar para os demais membros da família.

Nessa linha de pensamento, para o senhor Antônio, agricultor da comunidade que tem sua construção ao lado da casa da mãe: “É importante a proximidade da sua casa com a da mãe, pois ela representa a unidade da família. Em data comemorativa, onde eles iram encontrar-se, se não na casa da mãe?” (Entrevista realizada em 10/12/2011).

Entretanto, esses agricultores também trabalham com o sistema de parceria da terra, mas é um evento pouco frequente, pois representa apenas 5% dos entrevistados. Tal parceria acontece principalmente entre os jovens que ainda não possuem sua propriedade, por isso, eles cultivam parte de um terreno dividindo os lucros com os proprietários das terras.

Tal modalidade de trabalho é vantajosa porque, na divisão dos lucros, o interesse mútuo é que haja uma boa colheita. Ela traz a figura do meeiro, mas com ocorrência apenas em torno de 11% dos entrevistados. Normalmente, a figura do meeiro, o qual utiliza o sistema de metade ou de meia, configura as pessoas que não possuem propriedades ou que, quando as possuem, se constituem em pequenas porções de terras, nas quais o cultivo é mínimo. O valor a ser percebido pela parceria é pré-estipulado junto com o proprietário da terra. No Norte de Minas, a figura das terras comunais é muito

comum nas áreas de terras de populações tradicionais, mas, nessa comunidade específica, os agricultores não possuem essa modalidade de uso das terras. Em todas essas áreas, geralmente, produzem-se milho, chuchu, pimentão, hortaliças, abóbora, mandioca e, principalmente, tomate. Os agricultores, no entanto, afirmaram que pretendem diversificar ainda mais a produção com o plantio de árvores frutíferas. Eles declararam ainda que empregam práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, além da diversificação dos cultivos, e fazem um menor uso de insumos industriais. No que tange à criação de animais – como o gado bovino, os suínos e as aves –, é geralmente feita para o autoconsumo.

Retomando aquele sentido de pertença à terra e ao lugar no qual eles moram, vemo-lo bem refletido na fala do senhor José Maria Leal, agricultor local: “Toda a vida moro aqui, tenho raiz plantada no lugar e não tenho vontade de sair.” Para comprovar este apego do agricultor à terra, no quadro dado a seguir, inserimos o gráfico com os percentuais demonstrativos das respostas à pergunta estampada no alto da Figura 19.



Figura 20: Nível de propriedade da terra
Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Um dos fatores que podem apontar a manutenção e a permanência de um grande número de pessoas na região é o fato de a população, em sua maioria, ter a posse da terra; evento que lhes possibilitou criar, na Unidade Familiar – UF –, não só o sentido de produção, mas também o de vida em comum.

Segundo o agricultor local, o senhor Adriano Dias da Rocha, sua família já está nessa comunidade há aproximadamente 200 anos. Por isso, elaboramos, com base nas informações e nos dados da família, uma árvore genealógica que nos permitiu visualizar e comprovar a permanência da família na região. Utilizamos, para confeccionar a árvore, o programa Genopro, o qual nos permitiu visualizar todo o tronco familiar a partir de um casal central (Figura 21). Tomamos como base a família do senhor Adriano Dias da Rocha e a de sua esposa, dona Maria de Jesus Alves Rocha, moradores da comunidade. A escolha dessa família ocorreu devido aos relatos dos próprios moradores da região, que afirmaram serem eles, possivelmente, o grupo familiar mais antigo da comunidade. Outro fator que motivou a escolha dessa família foi a sua permanência e manutenção na região; visto que encontramos filhos do casal que já se casaram, mas que continuam morando na comunidade, reproduzindo o modo de vida e dando continuidade à família. Vejamos como esses fatos se comportam no gráfico a seguir.

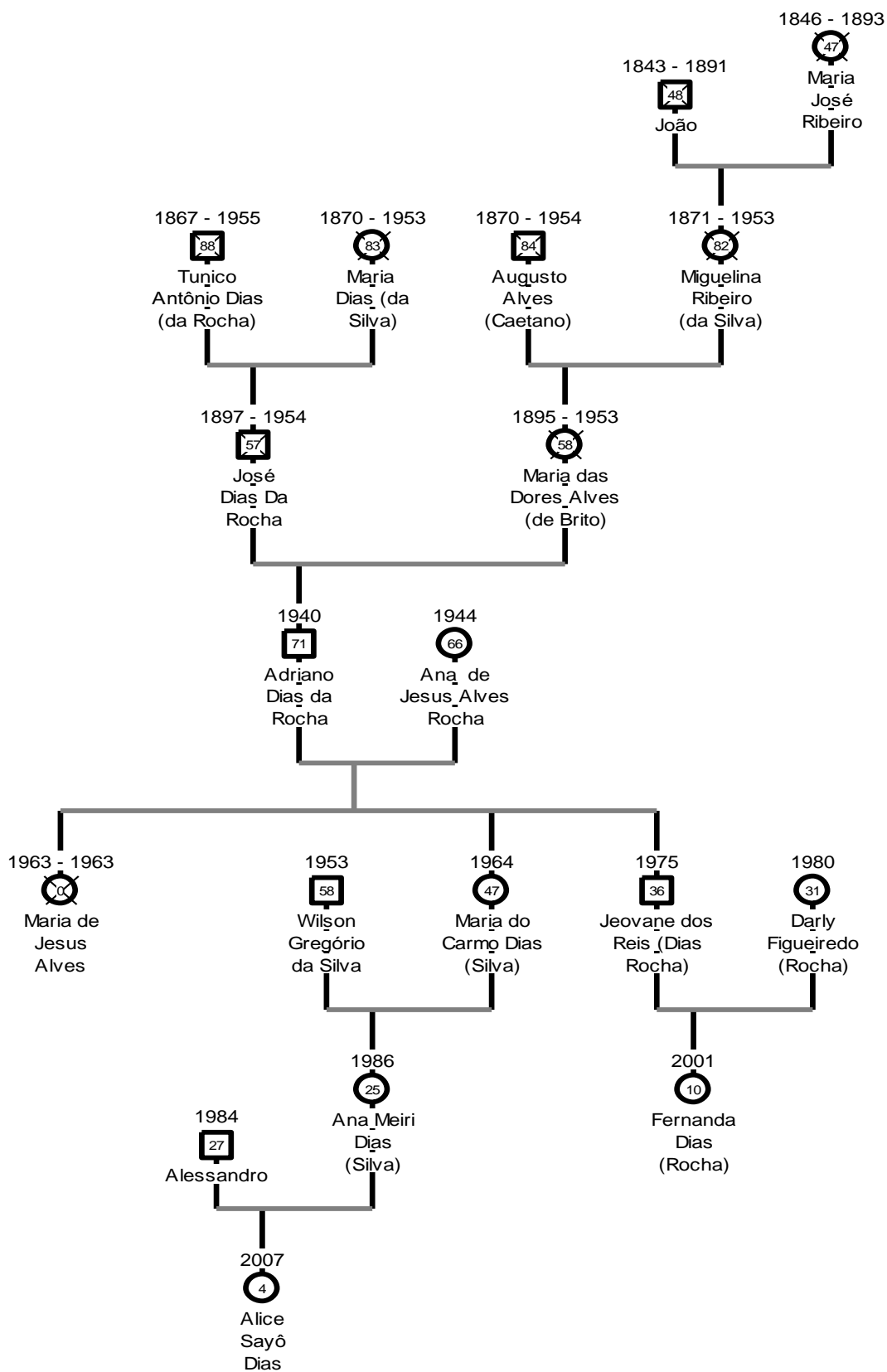


Figura 21: Árvore genealógica da família Dias da Rocha
 Fonte: Figura/estruturação: programa Genopro (2011), e entrevistas com integrantes da família.
 Org.: Fonseca (2011)

3.5 A comunidade e sua estreita relação com a água

Ao longo das seis últimas décadas, a inserção de modelos de desenvolvimento que não levaram em conta as questões ambientais locais e nem as globais tem provocado a degradação ambiental. Na comunidade em questão, não foi diferente: na região, o desmatamento ocorreu principalmente pelo monocultivo de eucalipto para o abastecimento dos fornos da siderurgia da região metropolitana de Belo Horizonte e pela transformação do ecossistema natural em lavoura e pastagens, sem a utilização de tecnologia adequada. Para a Embrapa (2006), a falta de tecnologia adequada e a ausência de preocupação com o meio ambiente resultaram num dano irreversível para a natureza. No caso específico do Planalto Rural, além dos fatores já citados anteriormente, outro agravante foi o alto teor de arenito que tornava o terreno mais susceptível à degradação rápida. Acresça-se a isto que, já na década de 1970, as primeiras empresas de exploração de areia instalaram-se na região. Esses fatores vão resultar na seca das nascentes, em número bastante significativo na área em questão, fato que é um divisor de águas de várias pequenas microbacias que vão abastecer o rio São Francisco.

Por ser uma área de clima semiúmido para o semiárido, com uma média anual de chuvas de 1070 mm, como se pode observar nas figuras 22, 23, 24, 25 e 26, que revelam o índice pluviométrico do município de Montes Claros no período de 1964 a 2010, a região requer que se atente para a manutenção e a recuperação de suas áreas verdes e de seus mananciais; pois a população rural, que tem uma estreita relação com a agricultura, demanda atenção especial para com o meio ambiente.

Os gráficos de precipitação revelam uma oscilação na quantidade de chuvas e uma variação dos meses mais chuvosos, ocorrências que refletem diretamente nas pequenas propriedades, pois a relação com os ciclos da natureza é muito próxima, tanto que tange ao prolongamento dos meses secos quanto aos meses chuvosos. Todos esses fatores acarretam perdas na produção.

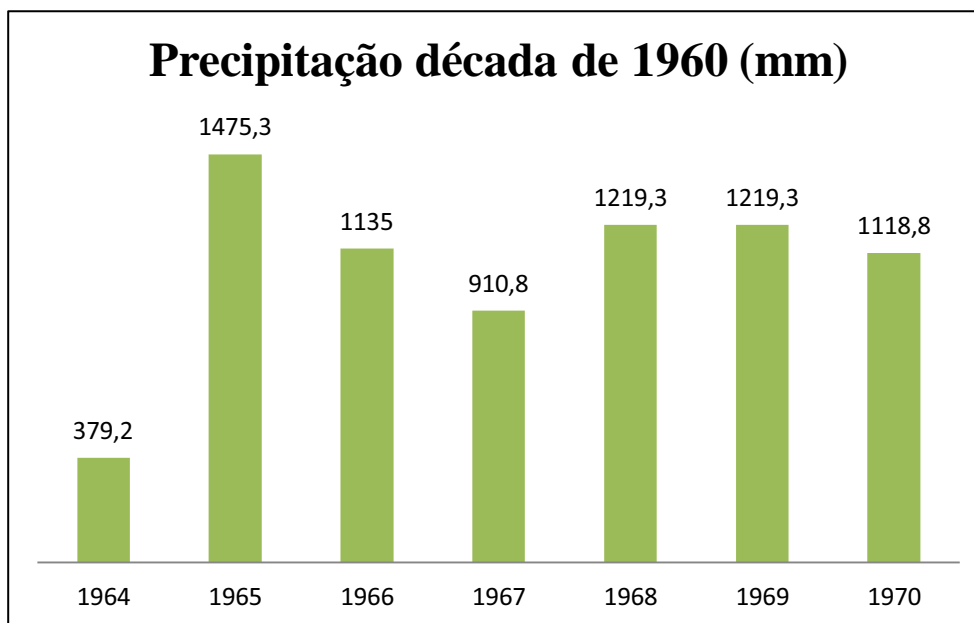


Figura 22: Gráfico do índice pluviométrico no período de 1960, do município de Montes Claros
Fonte: SUDENE. Org.: Fonseca (2010)

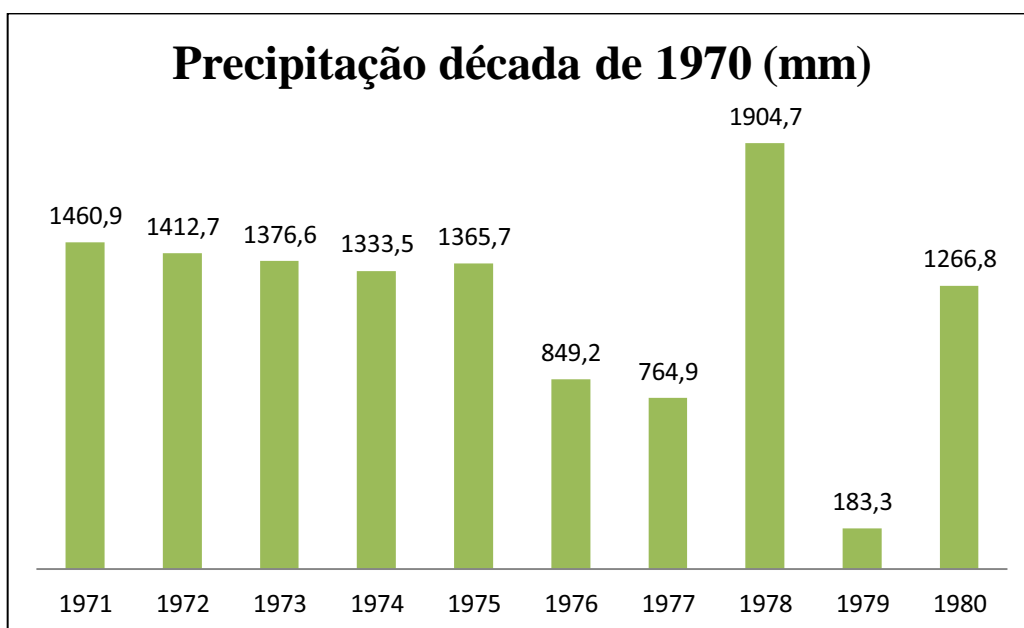


Figura 23: Gráfico do índice pluviométrico no período de 1970, do município de Montes Claros
Fonte: SUDENE. Org.: Fonseca (2010)

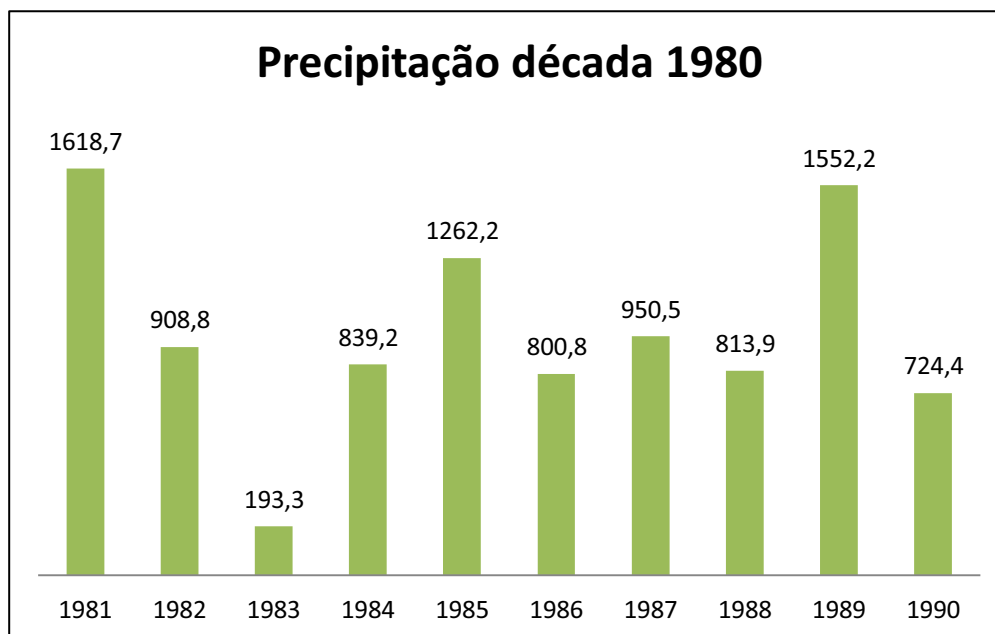


Figura 24: Gráfico do índice pluviométrico no período de 1980, do município de Montes Claros
Fonte: SUDENE. Org.: Fonseca (2010)

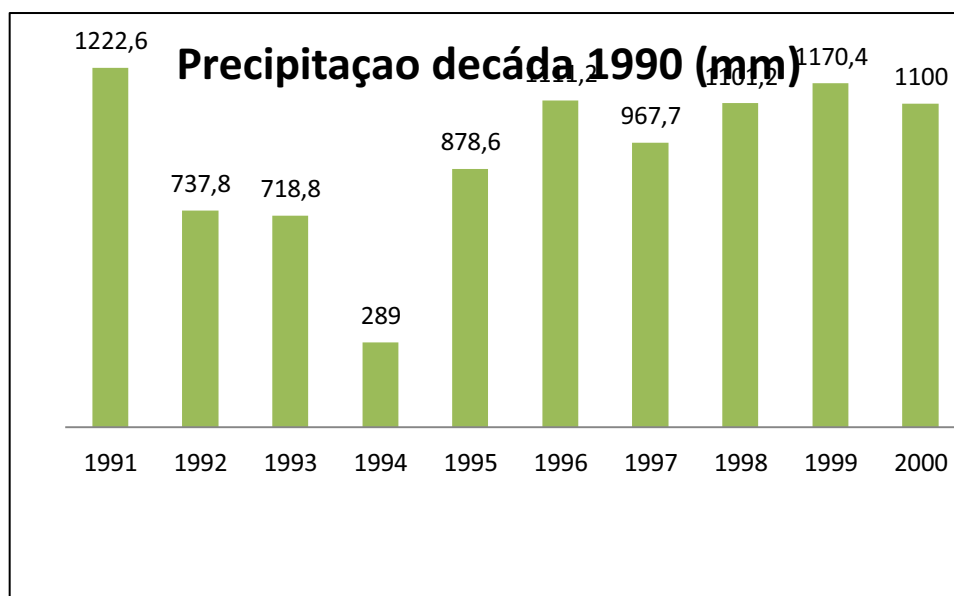


Figura 25: Gráfico do índice pluviométrico no período de 1990, do município de Montes Claros
Fonte: SUDENE. Org.: Fonseca (2010)

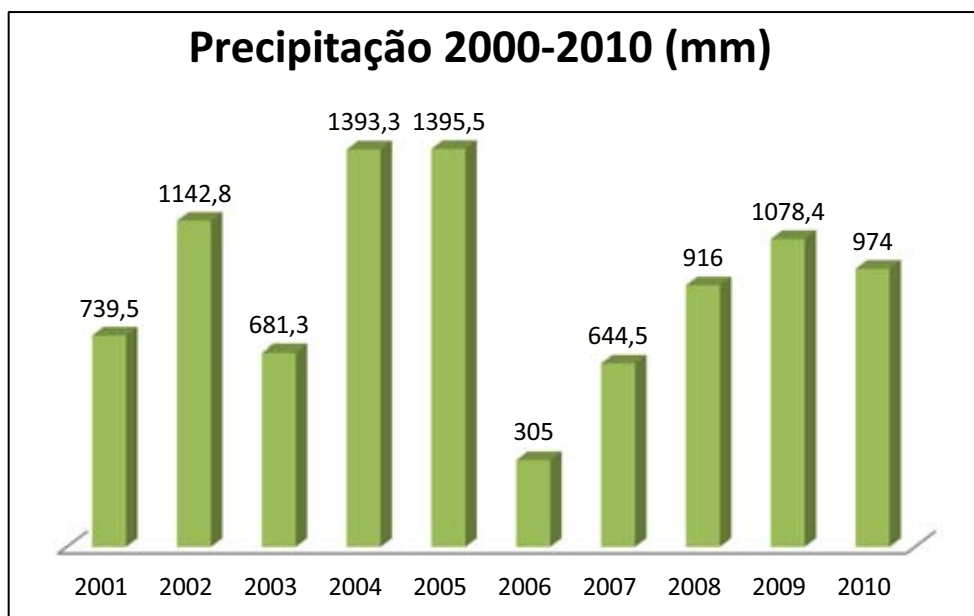


Figura 26: Gráfico do índice pluviométrico no período de 2000 a 2010, do município de Montes Claros
Fonte: UNIMONTES - Departamento de Geociências. Org.: Fonseca (2010)

Para Martinez (2007), na região Norte mineira, ocorre uma grande concentração de chuva no verão e escassez no inverno. Podemos acompanhar, no Quadro 1, da precipitação das chuvas e sua concentração em alguns meses do ano.

Mês	Índice	Mês	Índice
Janeiro	80,0	Julho	0,0
Fevereiro	202,0	Agosto	0,0
Março	171,0	Setembro	0,0
Abril	0,0	Outubro	18,0
Mai	0,0	Novembro	369,0
Junho	0,0	Dezembro	230,0
		Total	1.070 mm

Quadro 1: Índice pluviométrico médio no município de Montes Claros (mm/Mês) (2000)
Fonte: SEBRAE. Org.: Fonseca (2010)

Essa média anual de chuvas possui fatores agravantes, pois as estações são definidas em basicamente duas: estação das chuvas e estação da seca, sendo que, em alguns anos, a estação da seca é mais prolongada, provocando ainda mais o agravamento

dos problemas da seca na região. Por outro lado, no período das chuvas, que caem de forma torrencial, essa quantidade excessiva de água facilita o voçorocamento mais grave dos terrenos da região, uma vez que elas têm como base de formação o arenito, o que facilita o carreamento e a lixiviação dos solos.

Um ponto positivo, no entanto, apresenta-se: a facilidade da percolação de água nesses terrenos, facilitando a manutenção dos lençóis freáticos. Nesse sentido, a tecnologia de convivência com a seca, pesquisada pela Embrapa e disseminada pela Articulação do Semiárido – ASA –, vem alcançando excelentes resultados.

Inicialmente, a Embrapa estabeleceu, em 1995, uma área experimental na cidade de Sete Lagoas, Minas Gerais, onde foi criada uma unidade demonstrativa dessa nova tecnologia, que teve como base inicial a microbacia do Ribeirão do Paiol (EMBRAPA, 2002), na qual foram construídas cerca de 70 barraginhas. A função delas era conter a água da chuva no continente para evitar que escorresse toda para os rios e, posteriormente, para o oceano, e se perdesse toda, em vez de ter uma utilização eficaz. As barraginhas são utilizadas de duas formas: a primeira, para conter a velocidade da água próxima às estradas vicinais, local no qual o correamento de detritos é muito grande, indo direto para assorear a contenção de material e diminuir sua emissão nos rios (Figura 27).



Figura 27: Barragem de contenção às margens da estrada vicinal no Planalto Rural
Fonte: Pesquisa direta: Fonseca (2011)

A outra forma é o uso das barraginhas no entorno dos córregos e dos riachos para a manutenção dos lençóis freáticos. Essa tecnologia tem se mostrado eficaz em toda a comunidade, na qual rios que já haviam secado voltam a correr criando, assim, uma nova paisagem no semiárido. Tecnicamente, para a Embrapa:

A utilização dessa tecnologia força a recarga das reservas subterrâneas pela elevação do lençol freático, armazenando água de boa qualidade na esponja porosa do solo através da infiltração, revitalizando mananciais e rios, e ainda, amenizam os efeitos da seca e dos veranicos em lavouras localizadas nas partes baixas das propriedades. Cada Barraginha recarrega 80 m³, de 10 a 15 vezes ao ano, transferindo um volume de 800 a 1200 m³ ao lençol freático, ao custo de R\$ 0,03/m³ (três centavos cada m³ no primeiro ano) e R\$0,01/m³ acumulado em 3 anos. (EMBRAPA, 2010, p. 14).

Essas barraginhas tornaram-se uma realidade na comunidade. Para o senhor João Simael Ferreira, produtor local, a maior vantagem é “ver a água correr nos rios o ano inteiro e observar a mudança da paisagem, que antes era seca quase todo ano; agora, tem pequenas lagoas formadas.” (Entrevista realizada em 12/10/2011). Para ilustrar essa fala, observemos a Figura 28 da referida propriedade.

Com essa nova técnica, foi possível conciliar a preservação ambiental e a produtividade; no terreno antes degradado, hoje, há uma produtividade maior e mais diversificada do que havia antes. As barraginhas, para o semiúmido com transição para o semiárido e, principalmente, para as pequenas propriedades do Planalto Rural, têm significado a redenção dos agricultores que, antes, pensavam em migrar para a cidade de Montes Claros. Hoje, eles veem a manutenção de suas famílias e o retorno de outras que haviam migrado entre as décadas de 1970 e 1990.

A produtividade tem sido alta. Em uma propriedade de 65 ha, são produzidas 3000 mil toneladas por semana, entre chuchu, tomate, quiabo, pimentão e outros. Essa produtividade tem tido um aumento na renda e uma diminuição dos custos; isto apenas utilizando pequenas áreas para o plantio. Tal fato ocorre em dois sentidos: o aumento da produtividade por meio da rotação de cultura e um meio ambiente mais favorável. O resultado é uma diminuição nos custos, pois, segundo o produtor, ele vem diminuindo o gasto e a aplicação de insumos agrícolas, afinal, as áreas do entorno da plantação, antes degradadas, hoje, possuem mata abundante. Esse fenômeno acontece principalmente devido à construção e à manutenção das barraginhas, que têm como principal função reter a água da chuva que, por sua vez, mantém as áreas úmidas, propiciando uma recuperação rápida da vegetação. Todos esses fatores refletem na forma de cultivo que não tem mais

tanta necessidade de defensivos agrícolas. Neste sentido, os produtores veem uma diminuição no gasto com a produção. Grosso modo, e conforme o conhecimento empírico da população local, as pragas que atacam as plantações, na verdade, não teriam como foco o ataque à produção; porém, isto acontece devido à falta de vegetação nativa, alimentação natural dessas pragas.

Outro papel importante das barraginhas é a contenção das areias que iriam se depositar nas lavouras localizadas nas áreas mais baixas ou nos leitos dos rios, as quais ficam retidas. Tanto o volume quanto a velocidade da água são diminuídos, o que propicia um assoreamento menor ou quase inexistente. Foi-se percebendo um aumento gradual das águas nos rios, o que vem permitindo o seu uso na irrigação por gravidade, isto é, a captação da água nas áreas mais altas é canalizada para irrigar as culturas que estão nas áreas mais baixas, diminuindo, assim, o gasto com energia elétrica. Essa área destaca-se pela grande quantidade de mata nativa em processo de regeneração; nela, os produtores, tradicionalmente, procedem ao desmatamento para investir na agropecuária. Segundo os moradores, é possível perceber a intensa recuperação da fauna e da flora (Figura 27). Ainda segundo relatos orais, as nascentes haviam secado junto com o desmatamento, e os rios, que se tornavam intermitentes durante parte do ano, hoje, passaram a ser perenes.

Para João Simael, “tudo que a gente faz para a natureza, ela agradece; se fizer o bem, ela dá o retorno; se fizer o mal, o retorno também é imediato.” (Entrevista realizada em 10/09/2011). Essa fala é indício do nível de conscientização do agricultor.

João Balaio, um ambientalista que acompanhou a construção das varraginhas, vê, nesse modelo de preservação ambiental, “uma forma de produzir mais, com a consciência social de que os recursos naturais são para todos e com a proteção do meio ambiente.” (Entrevista realizada em 10/09/2011).



Figura 28: Barraginhas de armazenamento de água de chuva – Comunidade do Planalto Rural
Fonte: Pesquisa direta: Fonseca (2011)

A tecnologia em pauta tem recuperado, além do lençol freático e do meio ambiente, a autoestima dos moradores que, antes, não dispunham de água para as suas propriedades durante quase todo ano; hoje, já percebem um novo cenário e uma beleza cênica incomparável. Segundo eles, seu papel vai para além do de plantadores; é, principalmente, o de cuidadores da água, a qual não vai apenas beneficiá-los, mas também a todos os outros nas áreas mais baixas da bacia hidrográfica. Apontam ainda, como fator extremamente relevante, o crescimento das matas ciliares e o retorno da fauna e da flora da região, as quais já se encontravam praticamente em fase de extinção.

A comunidade possui quatro fontes de água, o que, para a região Norte mineira, constitui um fator bastante expressivo, pois o rigor da seca e a subsequente falta de água são sempre citados como um empecilho para a sobrevivência e a produção na região, principalmente para culturas que têm demandas hídricas elevadas. As quatro fontes de água são: cisternas, poços artesianos, nascentes e rios. Todas essas fontes têm propiciado água de qualidade e em abundância para o uso doméstico e para a produção de uma diversidade de produtos agrícolas.

Na Figura 29, percebemos como a comunidade diversifica o uso da água. Conforme relatos, até a década de 1990, a água utilizada era basicamente a proveniente do

rio e de suas nascentes, mas ela foi diminuindo nos rios e secando nas nascentes, devido ao desmatamento para usos diversos. Os moradores contam que tiveram que buscar alternativas para suprir as necessidades e, dentre essas alternativas, vieram, primeiramente, as cisternas, forma barata de se ter água na residência. No entanto, o maior problema do uso das cisternas é o tempo gasto para a captação, e ainda tem de se ter, segundo dona Zu, moradora da comunidade, “braços fortes”, pois a força humana é o principal motor dessa técnica. Outro aspecto negativo é a não possibilidade de utilizá-la na irrigação, pois seria necessário comprar uma bomba; porém, no rigor da seca, a cisterna secava. Hoje, na comunidade, essa fonte d’água é utilizada em poucas propriedades. Após a década 1990, a comunidade e toda a região Norte mineira começaram a receber investimentos para a perfuração de poços artesianos, por meio da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF. Hoje, na comunidade, a perfuração de poços tem sido a principal fonte de captação, por ser uma tecnologia relativamente barata, depois de implantada, e por seus gastos iniciais terem sido custeados pelo poder público. Outro ponto positivo dessa forma de captação é que ela, diferentemente das cisternas, não é tecnologia passível de secamento da água.

Após 2004, com a implantação das tecnologias de convivência com a seca, propagadas por diversos órgãos governamentais e, principalmente, incentivadas pela Prefeitura de Montes Claros e pelas Organizações não Governamentais – ONGs –, as barraginhas recuperaram as nascentes e, conseqüentemente, os rios. Hoje, a comunidade faz múltiplas captações de água.

Vale ressaltar, a esta altura, o processo de conscientização pelo qual passaram os produtores com relação ao meio ambiente e ao seu uso mais sustentável. Eles passaram a ver a natureza como aliada, e não mais como concorrente, quando a seca era apenas um empecilho ou uma incógnita; pois não sabiam o ano no qual iria chover muito ou pouco e, no ano em que chovia em abundância, não sabiam armazenar água para o período de seca.

A água da chuva na comunidade é armazenada tanto nas barraginhas quanto na captação das cisternas de calha, que armazenam até 16 mil litros de água para o uso doméstico. A implantação dessa técnica de coletar água das chuvas ocorre principalmente devido aos esforços das ONGs, mais especificamente, aos da Articulação do Semiárido – ASA –, e que beneficiam principalmente as famílias de baixa renda da comunidade. Vejamos um gráfico de captação de água.



Figura 29: Tipo de captação de água na comunidade
 Fonte: Pesquisa direta (2011). Org.: Fonseca (2011)

A forma de irrigação, durante muitos anos, foi o sistema de aspersão tradicional, que gasta mais água, pois molha uma grande área na qual a planta não se encontra, isto é, molha a terra ao redor da planta também, o que seria um desperdício de água. Para diminuir esse consumo, os produtores vêm substituindo gradativamente o modelo de aspersão pelo de gotejamento, técnica que consegue a otimização do recurso hídrico porque a água é colocada diretamente na raiz da planta.

Segundo o senhor Antônio, agricultor da comunidade:

Para a implantação e troca do sistema tradicional de irrigação existe um custo, pois é preciso fazer a substituição de todo o sistema; porém, a economia com a irrigação e o gasto de água suprem, num curto espaço de tempo, esse valor gasto. (Entrevista realizada em 12/10/2011).

Para Teles e Domingues (2006), o método de irrigação por gotejamento é pouco utilizado no Brasil, mas é um dos mais eficazes no sentido de economia de água.

A prática familiar na comunidade segue o modelo convencional, com o uso mínimo de agrotóxicos, os quais, infelizmente, ainda são utilizados. Entretanto, os produtores já demonstram ter um novo olhar para os produtos orgânicos que vêm, cada vez mais, ganhando espaço e preço no mercado. Por isso, eles já estão cientes de que precisam recriar um ambiente favorável para entrar nesse nicho de mercado. Partindo dessa

percepção, a recuperação das águas é fundamental para que, num futuro próximo, eles consigam se inserir nesse modelo de produção.

A comunidade de Planalto Rural vem se tornando autossuficiente em vários setores, dada a sua organização e, principalmente, a relação da comunidade com os seus membros e com o mercado, levando em conta principalmente o respeito ambiental. No próximo capítulo, trataremos da sua relação com as feiras e os mercados, os quais propiciam a manutenção dessa população rural.

4 AS RELAÇÕES CULTURAIS, FAMILIARES E COMERCIAIS NA VIDA DA POPULAÇÃO RURAL DO NORTE DE MINAS

No quarto capítulo, diante dos caminhos percorridos na pesquisa, destacaremos a manutenção e as estratégias dessa população que tem sua base familiar no Norte de Minas Gerais e, sobretudo, tem as feiras e o mercado como lugares de convivência social, nos quais processam e desenvolvem sua economia. Para tanto, intensificamos o trabalho de campo junto à comunidade para melhor entender sua realidade. Percebemos que as relações de pertencimento perpassam por uma relação de vizinhança e de ajuda mútua muito forte, o que se reflete nas suas manifestações culturais e no modo de trabalhar a diversidade dos seus produtos. A organização familiar fica clara a partir da organização do trabalho familiar, sendo esta a manifestação cultural mais comum entre eles.

Para melhor subdividir este capítulo, fazemos uma discussão sobre as relações da família com sua cultura mais representativa, que é a Folia de Reis, e como essa cultura serve de unidade familiar. Posteriormente, analisamos as feiras e o mercado como lugares de comércio e de sociabilidade dos seus frequentadores para melhor explicitar a importância da feira nessa região, e da mesma com os agricultores. Visitamos algumas feiras e os mercados mais representativos das cidades Norte mineiras e colhemos dados sobre eles, sendo este estudo importante na conclusão da Tese, uma vez que a questão inicial toma o formato não mais de um questionamento ou de uma interrogação, mas de um encaminhamento para a comprovação da mesma. Lembramos que a questão inicial era se a agricultura familiar no Norte de Minas exerce um papel fundamental para a economia local e para a manutenção das populações na área rural.

Para buscar o entendimento, as relações e a importância das feiras e dos mercados, fizemos visitas às cidades, em dias de feiras e de maior movimentação nos mercados pelos agricultores familiares; visitamos os principais locais de feiras e os mercados nos quais melhor pudéssemos analisar essas relações. Assim, visitamos os mercados de Varzelândia, Riacho dos Machados, Porteirinha, Montezuma, Mirabela, Glaucilândia, Rio Pardo de Minas, Salinas, Jaíba e Janaúba, como podemos observar na Figura 30.

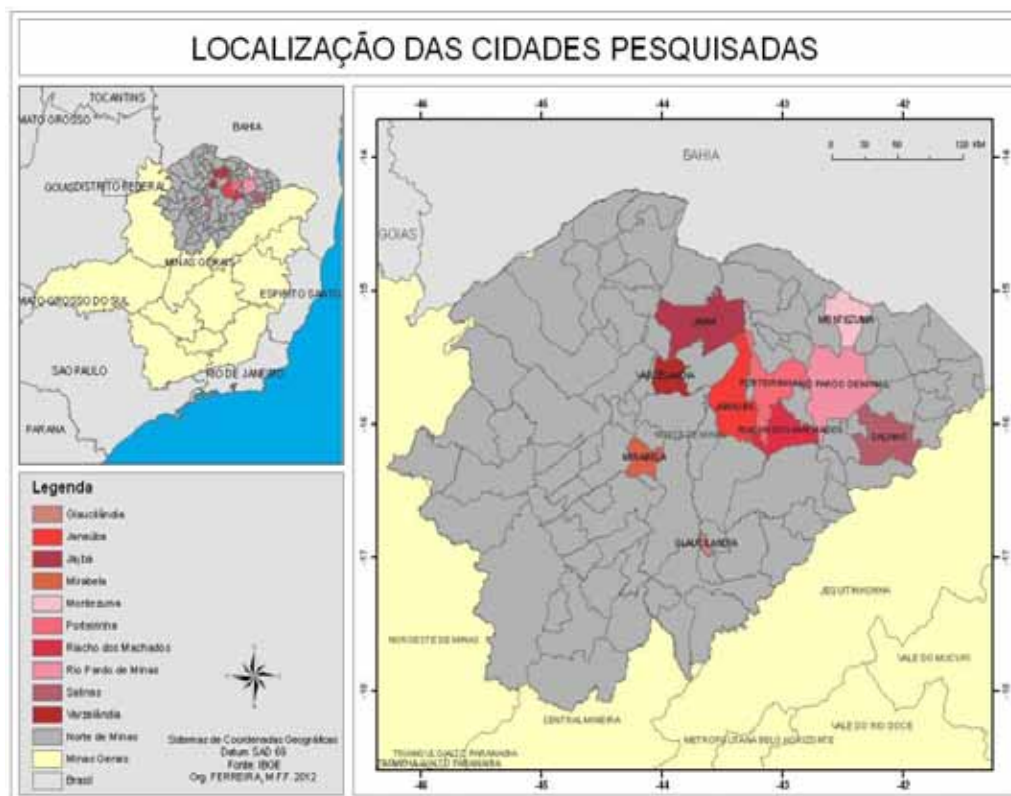


Figura 30: Mapa da localização dos municípios com as principais feiras e mercados no Norte de Minas Gerais

Fonte: GEOMINAS

Inicialmente, a metodologia era aplicar 10 entrevistas semiestruturadas para feirantes/agricultores e 10 entrevistas para os consumidores; estas entrevistas tinham como principal foco entender as diversas relações entre os mercados e os agricultores, e dos mesmos com os consumidores, além de entender a importância dessas relações, quer sejam comerciais, de lazer ou sociais. No entanto, em cidades como Riacho dos Machados, não foi possível entrevistar os 10 feirantes, dado o número reduzido dos mesmos no mercado. Em contrapartida, encontramos mercados nos quais a amostra foi suficiente, e percebemos que, na maioria das cidades, os mercados/feiras possuem um movimento pujante, refletindo uma relação construída durante décadas.

No tocante aos consumidores, a ideia era entender qual a relação desses com o agricultor; percebemos que, na maioria das vezes, essa relação ia além da compra cotidiana da semana. Outro questionamento era se os mesmos sabiam diferenciar os produtos da agricultura familiar dos demais produtos, e qual a importância dessa relação. No total, foram efetuadas cerca de 110 entrevistas com agricultores familiares e 110 com consumidores, distribuídos nas referidas cidades, sendo utilizados dois critérios: o

primeiro, pela importância econômica dos mercados/feiras, tanto no quesito econômico como no número de frequentadores; neste quesito, enquadrados as cidades de Montes Claros, Porteirinha, Bocaiúva, Janaúba, Jaíba e Salinas.

No segundo critério, levamos em conta as cidades com mercados/feiras menores, sendo que, historicamente, os municípios têm, na agricultura familiar, sua maior concentração; neste quesito, elegemos as cidades de Riacho dos Machados, Varzelândia, Mirabela e Juramento. Neste segundo caso, algumas das cidades não têm um lugar permanente para os agricultores, e os mesmos fazem a sua comercialização na rua, demonstrando características de feiras, e não de mercados.

4.1 O contexto da família e da religiosidade no cotidiano rural Norte mineiro

Para entendermos toda essa singularidade e, ao mesmo tempo, as diversas relações do cotidiano do agricultor familiar, achamos, por bem, analisar os aspectos da constituição familiar e suas manifestações culturais. As famílias, no geral, são numerosas, com média de 4 a 6 filhos por casal; ainda é pouco comum nessa área a formação familiar que não seja baseada nos moldes tradicionais, ou seja, o casal representado por um homem e uma mulher que são constituídos em matrimônio, com base na formalização da igreja católica. Outras religiões são pouco perceptíveis nessas áreas.

Esse levantamento da religião foi feito em cinco comunidades distintas, com cerca de 20 famílias em cada comunidade, o que nos levou a observar que as formas comportamentais familiares são muito parecidas em todas elas; a hierarquia familiar ainda é mantida, de forma a nos remeter aos tempos dos nossos avós, quando se dava muita importância aos mais velhos, e o respeito a eles era a base familiar. Os filhos mantêm um respeito quase religioso para com os pais, e o tratamento dispensado a eles é ainda aquele que remonta à doutrina católica; isto ganha importância na manutenção cultural dessas famílias, pois, em todas as casas, se percebe a manutenção da simbologia católica, seja em forma de um quadro com a imagem de um santo de devoção na parede, como na Figura 31, na qual a imagem do santo contrasta com as fotos da família, seja nos dizeres e no tratamento entre a família.



Figura 31: Quadro de santo
Fonte: CAA (2010)

As manifestações religiosas, como as novenas e os terços, são bastante comuns, havendo momentos de encontros e de reflexões das famílias, sendo, aqui, considerada realmente toda a família, pois todos participam: o pai, a mãe e os filhos; são nesses encontros que vários aspectos da comunidade são discutidos. Segundo os moradores da comunidade de Vereda Funda, que tiveram suas terras de uso comunal tomadas pela empresa de monocultivo de eucalipto na década de 1980, foram nessas reuniões promovidas pela Comissão Pastoral da Terra – CPT –, nas quais as abordagens tratavam principalmente de problemas atuais, como a exclusão, que os moradores começaram a refletir a sua realidade e que se permitiu a organização dos mesmos para pensar a sua própria realidade. Segundo os moradores, eles tomaram consciência da importância de lutar pela retomada dessas terras; hoje, mais ou menos 11 mil ha voltaram a pertencer à comunidade e serão utilizados de forma comunal.

A junção da igreja, sociedade civil e escola foi extremamente benéfica para a comunidade, pois, a partir dessa organização, foi possível pensar as estratégias de lutas, as quais resultaram em grandes conferências, como podemos observar na Figura 32 – a organização ocorreu no interior das comunidades; a estrutura foi montada a partir de suas realidades e, no lugar no qual o problema era mais detectado, o local do encontro simbolizava também a luta.

As conferências como forma de organização e de formalização da resistência têm surgido como um importante instrumento na tentativa de preservar os modos de vida e a cultura, dando visibilidade para o povo geraizeiro que, durante muito tempo, teve suas “vozes silenciadas” pelos grandes latifúndios. Várias dessas conferências foram realizadas nas áreas rurais Norte mineiras com o intuito de organizar e de mobilizar as comunidades.

A 1ª Conferência Geraizeira realizou-se em novembro de 2006, no assentamento Tapera, no município de Riacho dos Machados; a 2ª Conferência aconteceu no assentamento Vale do Guará, município de Vargem Grande do Rio Pardo, em janeiro de 2007; e a 3ª Conferência Geraizeira²⁵ aconteceu na comunidade de Vereda Funda, no município de Rio Pardo de Minas, e teve como tema “Terras públicas e Território Geraizeiro: juntos na defesa de território”.

Esta última conferência tornou pública a tentativa de retomada do território da comunidade de Vereda Funda, que virou marco na luta geraizeira. Nela, foram discutidas várias propostas, dentre estas, uma educação diferenciada para as áreas rurais e a constituição de reservas extrativistas – RESEX’s²⁶. Sobre as RESEX’s, ficou firmado o processo de definição de três reservas extrativistas nos municípios de Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo e Montezuma.

Atualmente, a comunidade detém aproximadamente 5000 ha de RESEX’s, todavia, a comunidade pleiteia cerca de mais 10.000 ha, os quais se encontram em processo de negociação com o Governo Federal, tendo, por finalidade, a reocupação e a utilização de áreas antes ocupadas por monoculturas. Na ocasião, diversas comunidades tradicionais e instituições²⁷ estiveram presentes com o objetivo de fortalecer, divulgar e contribuir na luta e na reapropriação dos territórios. A religião, ao longo da história, tem tido o papel de agregação, no sentido de os moradores se manterem dentro de uma ética religiosa e de uma luta, mas de lutas da igreja, como a CPT.

²⁵ Aconteceu, entre os dias 31 de agosto e 02 de setembro de 2007, na comunidade Vereda Funda, no município de Rio Pardo de Minas/MG, com o tema “Terras públicas e Território Geraizeiro: juntos na defesa de território”.

²⁶ As reservas agroextrativistas têm como principal objetivo conciliar a inclusão de populações tradicionais e a conservação da natureza (DAYRELL, 2000).

²⁷ O PRONERA/UNIMONTES (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), CAA/NM (Centro de Agricultura Alternativa Norte mineiro), CPT/BA (Comissão da Pastoral da Terra), FEAB/UFMG (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil), FUNORTE (Faculdades Unidas do Norte de Minas), Grupo Teatral Pirraça em Praça, Nascer/UFMG (Núcleo de Agricultura Sustentável no Cerrado), Rede Cerrado, Rede Deserto Verde, STR’s de Fruta de Leite e de Rio Pardo de Minas (DAYRELL, 2000).



Figura 32: Conferência geraizeira
Foto: CAA (2006)

Outra manifestação do catolicismo presente na família é que, ao levantar pela manhã ou ao sair de casa, e também na hora de dormir, os mais novos pedem bênção aos pais, e só saem depois de ouvir um sonoro “Deus te abençoe”. Na época na qual estávamos hospedados na casa do senhor Arcílio, ouvimos, da sua filha de 16 anos, a qual cursa o 2º ano do ensino médio na escola localizada na cidade de Rio Pardo de Minas, ao se levantar, às 4 horas da manhã, para pegar o ônibus que a conduziria até a escola, o sonoro som da sua voz a cortar o silêncio da madrugada e dizer: “bênça, pai, bênça mãe”; e, como em um coro musical de proteção, veio um “Deus te abençoe, minha filha.” (Relato obtido no dia 10/06/2011, na casa de seu Arcílio, comunidade de Vereda Funda, Rio Pardo de Minas).

Essa relação religiosa ocorre também com a terra e com os fenômenos da natureza, sendo comum rezar pedindo chuva na época da seca intensa. Para isto, há o ritual de carregar água em vasilhame na cabeça para molhar o cruzeiro, que é o lugar considerado sagrado por eles; normalmente, essa penitência é feita por volta do meio dia, horário de maior insolação, o que torna seu feito mais valoroso. Durante todo o percurso, são cantadas músicas religiosas e é rezado o terço; por fim, a água é derramada no cruzeiro. O cruzeiro tem toda uma simbologia; segundo os moradores lá, é um lugar sagrado, o qual liga a terra com o céu; essa manifestação ainda é mantida, principalmente na comunidade do Rabelo, município de Bocaiuva; normalmente, o cruzeiro se encontra na

área mais alta, simbolizando, ali, a igreja e a presença de Deus. Essa manifestação é mantida principalmente pelos mais velhos, como podemos verificar na Figura 33; percebemos também que o recipiente de levar a água mudou: o que, no passado, foi uma cabaça²⁸, um pote²⁹ ou utensílios feitos pelas mãos dos moradores, hoje, também se utiliza a garrafa *pet*. Dona Tereza resalta a simbologia da cruz, que serve de ligação entre o céu e a terra; dessa forma, seus pedidos seriam levados ao céu. Esse relato ganha importância a partir do momento em que muitas comunidades do Norte de Minas têm seu plantio por época das chuvas, e, se ela não vem na época certa, isto vai prejudicar a safra que irá sustentar as famílias.



Figura 33: Reza ao pé do cruzeiro
Fonte: Fonseca (2012)

Um relato que caracteriza a importância da chuva na região foi feito por dona Didi, da comunidade de Vereda Funda. Chegamos lá dias depois de uma chuva, segundo eles, fora de tempo, pois já era mês de maio e, normalmente, nessa época, não chove na região; encontramos a família trabalhando no seu cotidiano e, no meio da conversa, perguntamos sobre a importância da chuva na época, ao que dona Didi respondeu: “a chuva é melhor que dinheiro”. (Relato obtido na comunidade de Tapera, Riacho dos

²⁸ Utensílios muito utilizados nas áreas rurais; recipiente para armazenar água, colhido do fruto da cabaceira.

²⁹ Utensílios feitos de barro para armazenar água.

Machados, em 10/05/2012). Percebemos que a religiosidade faz parte intensamente do cotidiano dessas famílias, e que, na concepção delas, a fé interfere nos fenômenos.

A família, a agricultura e a religiosidade no Norte de Minas estão intimamente ligadas, pois o cotidiano rural tem uma representatividade nesses três aspectos; a família ocorre no sentido mais amplo, o qual as relações no interior das casas e da comunidade estão ligadas aos tratamentos familiares; é comum o compadrio nessas regiões e é muito corriqueiro os filhos casarem e morarem próximos à casa dos pais, tornando-se uma extensão familiar, e não uma divisão sofrida pelo casamento.

4.1.2 A concepção da agricultura familiar a partir da diversidade da população

Historicamente, as comunidades, em sua formação, eram e são configuradas por agrupamentos familiares nas vizinhanças das fazendas, em relação às quais eram agregados os sitiantes, constituindo unidades sociais discretas e fluídicas; agrupando-se e se reagrupando obedecendo a critérios de parentesco ou geográficos, com o objetivo costumeiro das rezas, das festas e para a feira (NOGUEIRA, 2009). Essa formação permitiu que as famílias sempre mantivessem uma base de organização cotidiana pautada na família, e a agricultura não fugia a essa regra. Na discussão atual em torno do conceito de agricultura familiar, em nível de governo, universidades e movimentos sociais, tem que se levar em conta essa organização, a qual é anterior ao conceito abordado atualmente.

A agricultura, ou seja, o modo de trabalhar a terra é feito basicamente na extensão familiar, o que permite uma proximidade de todos. É comum também, nessas áreas, as crianças terem suas rocinhas³⁰ ou começarem o seu quintal agroecológico.

Não há pretensão, neste estudo, de discutir os diferentes grupos que compõem as populações do Norte de Minas, mas se faz necessária uma abordagem dessas populações do ponto de vista do que chamamos, aqui, de agricultura familiar. Segundo Cunha (2012, p. 129), essa região está composta por diferentes atores; “relaciona-se à sua apropriação por grupos diferenciados que forjaram identidades que os vinculam ao meio físico em que se encontram”. É o território apresentado na sua dimensão econômica, cultural e social.

³⁰ Roça – referência feita às áreas rurais que têm pouca extensão de terra, ou seja, não chegam a ser uma grande fazenda, de proporções maiores de terra. A palavra roça também é utilizada para denominar área de plantio por parte da família. Rocinha é uma maneira que as crianças chamam as áreas cultivadas por elas.

São populações possuidoras de conhecimentos sobre o ambiente e seu manejo racional caracterizado por práticas tradicionais. São comunidades vazanteiras, geraizeiras, caatingueiras, veredeiras, quilombolas que elaboraram suas vidas num território específico e criaram estratégias de reprodução social. (CUNHA, 2012, p. 129).

Esses conhecimentos traçam um perfil diferenciado dos agricultores que compõem essa região; portanto, não teríamos como descrever tal região sem analisar, mesmo que rapidamente, essa composição diversa no modo de trabalhar a terra.

No alto da Serra Geral, que corta o Norte de Minas, encontramos os quintais agroecológicos, os quais são muito comuns nessa região e em muitas áreas do Norte de Minas; são as áreas que estão próximas das casas ou, às vezes, um pouco distantes, mas que têm como base o plantio consorciado entre as diversas espécies frutíferas, hortaliças, grãos e árvores nativas; encontramos quintais com mais de 100 anos de produção, segundo os moradores da região.

Outro fazer muito comum dos geraizeiros³¹ é o de cultivar de hortaliças. As mães são quem, normalmente, ficam com a função de fazer um canteiro³² para os seus filhos pequenos; com isto, por época do plantio ou da colheita, todas as formas de conhecimento e de cultivar a terra são passadas para os filhos menores. Observamos, na Figura 34, as hortas, juntamente com a mata nativa; e, na Figura 35, observamos o filho mais novo brincando em uma árvore próxima. As brincadeiras de criança ocorrem junto com os ensinamentos de como preparar e cuidar a terra.

O modo de produção enquadra-se perfeitamente nos princípios agroecológicos; mas este fazer perpassa pela relação homem/natureza, compondo, assim, um conjunto multifuncional da agricultura familiar; com destaque, neste estudo, para as funções sociais, ambientais, econômicas e culturais, ensejando, assim, estratégias de territorialidade, cuja reprodução está ancorada na manutenção dos quintais ecológicos, dos Sistemas Agroflorestais – SAF's – e da agrossilvicultura, os quais permitem a manutenção dessas famílias.

³¹ A respeito da origem do termo genérico “gerais”, do qual, possivelmente, surgiu a denominação de geraizeiro em relação ao indivíduo que, no passado, se fixou nas extensas terras devolutas, remanescentes das antigas Sesmarias, Nogueira (2009, p. 43) informa que: “sendo de uso corrente desde o Brasil Colônia, o termo “Gerais” designava, a grosso modo, as vastas paisagens de campos do interior do país. De forma genérica, campos extensos, inaproveitados e desabitados eram *campos gerais*.”

³² Forma de cultivar hortaliças no Norte de Minas.



Figura 34: Horta agroecológica
Fonte: Fonseca (2011)



Figura 35: Criança da comunidade
Fonte: Fonseca (2011)

O conceito de quintal agroecológico, quanto à sua estrutura, pode sofrer variações, no entanto, sua função tem um ponto de convergência. Florentino, Araújo e Albuquerque, em seu trabalho *Contribuição de quintais agroflorestais na conservação de plantas da Caatinga, Município de Caruaru, PE, Brasil* (2006), definem quintal agroecológico como “quintais agroflorestais”. Analisando esse trabalho, percebe-se que as estruturas e as funções são as mesmas; percebemos que todas as áreas rurais do Norte de Minas visitadas têm uma característica de formação desses quintais, como podemos observar na Figura 36.

Os quintais agroflorestais representam uma unidade agrícola de uso tradicional do solo, e são considerados como uma das formas mais antigas de uso da terra, promovendo a sustentabilidade para milhões de pessoas no mundo (NAIR, 1986, *apud* FLORENTINO et al, 2006, p. 38).



Figura 36: Explicação sobre quintais agroecológicos
Fonte: Fonseca (2011)

Conforme nos informaram os proprietários desses quintais, esse modelo de plantio vem sendo repassado por gerações, e permite um uso otimizado da terra, pois a variedade no plantio evita o ataque de pragas e, conseqüentemente, o uso de defensivos agrícolas químicos; possibilita ainda esse modelo de plantio o sombreamento do cafezal; conserva melhor o solo, impedindo o processo erosivo e uma melhor permuta de elementos; permite um melhor aproveitamento dos recursos hídricos e melhor aproveitamento do espaço disponível para cultivo, além da pouca necessidade de investimento em insumos e maquinários, promovendo uma menor dependência de capital para custeio, como podemos analisar na Figura 37. “O manejo nessas práticas é simples e de baixo custo, uma vez que envolve práticas tradicionais de cultivo de plantas.” (ALBUQUERQUE, 2005, *apud* FLORENTINO et al, 2006).



Figura 37: Prática de agroecologia da comunidade
Fonte: Fonseca (2011).

Além do já citado, fornecem madeira para construções, lenha e plantas medicinais. Os quintais agroecológicos de Vereda Funda apresentam, como destaque, o cultivo tradicional do café sombreado³³, pois os quintais visitados demonstraram estocar, em média, 300 a 400 quilos de café por ano, sendo o quilo beneficiado (torrado e moído) vendido a R\$10,00. Isto apenas demonstra o excelente aproveitamento do espaço e dos recursos naturais propiciados pelo saber geraizeiro, o qual é aplicado nos seus quintais agroecológicos. A criação de animais também está presente nos quintais agroecológicos; em todas as amostras, foram encontrados suínos e aves; apenas em dois de sete quintais, aparece a criação de gado leiteiro, em média, com oito cabeças.

Os quintais agroecológicos, em uma de suas funções ambientais, reduzem a pressão predatória sobre o cerrado, uma vez que, desse espaço, se retira a lenha. O modo ancestral de cultivo dessa população evita o envenenamento do solo e dos recursos hídricos. Para a população, o cerrado deve ser preservado, eles o conhecem como nenhum outro povo; nele, forjaram seu modo de vida e, dele, retiram o seu sustento. O geraizeiro não é um produtor convencional; além dos quintais agroecológicos, atua como agroextrativista.

³³ Esta técnica de plantio consiste no cultivo de café debaixo de grandes ingazeiras ou de outras árvores, evitando a perda de umidade, produzindo um fruto com menor acidez e com menor perda de peso durante o processo de torrefação (Fonte: Pesquisa direta).

Além das populações geraizeiras, os varzanteiros e os quilombolas fazem parte do cenário rural do Norte de Minas; nas margens do rio São Francisco, várias comunidades quilombolas fixaram moradias que, ao longo da história, exercem, nesse lugar, suas atividades agrícolas. Dentro dessa diversidade de população quilombola, destacaremos a comunidade do Quilombo da Lapinha, localizado no município de Matias Cardoso, às margens do rio São Francisco. Segundo os moradores, eles vêm sofrendo com o encurralamento³⁴; isto ocorre frente aos grandes fazendeiros, aos projetos de irrigação e, mais recentemente, às Unidades de Proteção Integral. Tendo em vista a pressão ambiental, o Norte de Minas passou a receber projetos de criação de parques de conservação ambiental. De acordo a CEDEFES³⁵ (2012), próximo às áreas dos quilombolas, especificamente nas proximidades do Quilombo da Lapinha, foi criado o “Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro, juntamente de outros parques na região – parque da Mata Seca e parque do rio Verde Grande – foram criados em decorrência do grande impacto ambiental causado pelo projeto Jaíba”. A criação de parques e de unidades de preservação afetou diretamente o modo de vida e de produção dessas populações, mas, mesmo sofrendo por causa do encurralamento, essas populações ainda reproduzem seus fazeres culturais e produzem nas pequenas áreas que lhes foram concedidas, muitas delas, com base em lutas e conflitos junto ao governo e aos fazendeiros.

A inerência da produção com base familiar é percebida no conjunto da produção; a família é vista como um elo indissolúvel e necessário para a sua manutenção. O desenvolvimento com base na agricultura familiar tem muito das características da agroecologia, ficando, assim, evidenciado, no Quilombo da Lapinha, que muitas famílias já praticam a agroecologia, baseadas no saberes, nos métodos e nas técnicas antigas; são esses métodos que têm possibilitado a sua sobrevivência, tendo, no plantio de vazantes, uma das estratégias encontradas para o correlacionamento com a natureza e para o provento de suas famílias, além de modo de resistência ao encurralamento dos mesmas. Por época da cheia do rio São Francisco, que corta as terras dos quilombolas, a comunidade dispõe de sementes que, plantadas nas beiradas do Velho Chico sem fazer usos de agrotóxicos e fertilizantes industriais, encontram solos férteis originados pelo rio

³⁴ Encurralamento: Termo utilizado por Elisa Cotta de Araújo, em sua Dissertação de Mestrado em 2009, para definir o processo de retirada das comunidades tradicionais no Quilombo da Lapinha, em Matias Cardoso norte de Minas Gerais.

³⁵ CEDEFES (Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerias - acessado em 14/04/2012), em sua página da internet.

que vem descendo Brasil adentro, trazendo consigo minerais, matéria orgânica e vida, movidos pelas suas águas.

Para essas populações, não só a produção da agricultura é suficiente; eles exercem também as práticas do extrativismo da pesca, na maioria das vezes, para o consumo das famílias na subsistência diária, contribuindo para a fixação das pessoas nessa região. Dependendo do que sobra depois de atender as necessidades da comunidade, o restante é vendido na cidade de Matias Cardoso.

Também ficou notória a força que o processo agroecológico familiar mantém junto à coletividade no Quilombo da Lapinha. Neste, plantam-se produtos variados, como maxixe, quiabo, mandioca, feijão, milho, alface, pimenta, abóbora e cana-de-açúcar, utilizando do rio e também em hortas comunitárias, de acordo com falas e fotos extraídos da pesquisa, como se vê nas figuras 38 e 39.



Figura 38: Plantação de horta
Fonte: Fonseca (2012)



Figura 39: Plantio às margens do rio
Fonte: Fonseca (2012)

Os saberes, os métodos e as técnicas de coletividade do Quilombo da Lapinha vêm passando de geração em geração dentro da vida cotidiana das populações, como lugar, espaço, território e paisagem humana. Percebemos que os fazeres agrícolas, juntamente com a cultura, têm papel fundante para a manutenção e a resistência dessa comunidade.

4.2 Manifestações culturais: terno de Folia de Reis

As manifestações dos ternos de Folia de Reis são tão presentes nas comunidades que, aqui, merecem um relato próprio. As manifestações culturais de um povo refletem uma série de características de organização social de uma região ou de uma comunidade. Para Wagner (2007):

A noção de cultura considera não indivíduos isolados ou qualquer (*sic*) características pessoais que possam possuir, mas comunidades de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente contínuo, além das numerosas características de crenças e características comuns aos membros de tais comunidades. (WAGNER, 2007, p. 28).

Esse entendimento de cultura permite-nos analisar a comunidade existente no Planalto Rural e em demais áreas do Norte de Minas, pois é no campo da cultura que mais percebemos a manutenção desses fazeres na comunidade; são as lembranças dos idosos que nos permitem analisar o espaço e o tempo vividos com tanta sabedoria. É a cultura manifestada por essas pessoas que nos leva a entender as diversas relações traçadas por eles. Ainda em Wagner (2007):

[...] o conceito de cultura oferece um meio para a classificação dos seres humanos em grupos bem definidos, de acordo com características comuns bem verificadas, e também um meio para classificar a área de acordo com as características dos grupos humanos que as ocupam. (WAGNER, 2007, p. 28).

Os grupos humanos que se manifestam nas diversas áreas rurais do Norte de Minas trazem consigo uma série de marcas e traços de um passado, além de fazeres inerentes a uma região. A repetição cultural, para eles, serve como uma possibilidade de unidade e de manutenção do seu modo de vida. São nos encontros culturais que eles realizam que é permitido a cada membro da comunidade construir a proximidade com seus vizinhos. Para Corrêa e Rosendabh (2007): “As festas e as músicas populares estão, entre outras manifestações, entre aquelas práticas merecedoras de atenção”.

A relação da cultura com os demais elementos geográficos locais permite-nos uma leitura muito mais completa, e são nas áreas rurais que essas manifestações culturais ocorrem ainda de forma muito original. É no campo da cultura que o pequeno agricultor se manifesta, manifesta sua crença, seus festejos, seus agradecimentos por um ano bom de

colheita e seus pedidos. Para a comunidade do Planalto Rural, a manifestação cultural mais expressiva são os ternos de Folia de Reis³⁶.

Segundo Vieira (1989), as Folias de Reis tiveram sua origem em Portugal, festejos que aconteciam próximos às vésperas do dia dos Reis Magos. No Brasil, foram introduzidas no século XIX. As Folias de Reis, aqui, no Brasil, tomaram novas formas de serem festejadas; esses festejos acontecem por época do Natal, e celebram o nascimento de Jesus Cristo. Os foliões cultuam a viagem dos três Reis Magos, que saíram do Oriente e seguiram a estrela-guia, criando, assim, a natureza devocional. No Brasil, as folias ganham notoriedade principalmente nas áreas rurais e nas cidades interioranas, e, apesar do processo dos movimentos migratórios no sentido campo-cidade, ainda há grande incidência nos dias atuais. A Folia de Reis é uma manifestação intrinsecamente da igreja católica, a qual ainda conserva seus rituais na região; esta manifestação ocorre entre os dias 24 de dezembro e 06 de janeiro. Para o senhor Manoel e a sua esposa, que estão casados há aproximadamente 55 anos e que viveram e ainda vivem participando anualmente dessa manifestação, essa cultura não tem uma origem específica; eles se lembram, desde crianças, dos seus pais participando das Folias de Reis e recebendo as folias em suas casas.

Segundo os seus relatos, assim que se inicia o mês de dezembro, têm início os preparativos para receber os foliões. Esses preparativos, às vezes, começam meses antes, com a escolha do porco que será morto para ser servido aos foliões, a criação de galinhas em número suficiente para alimentar os foliões e toda a vizinhança; tudo isto tem um significado muito específico para eles. Ao ser perguntado sobre quando começou a participar das folias, o senhor Manoel sorriu como quem relembra um tempo bom e disse: “Comecei como fura-saco, ou seja, quem vai para as folias para comer e beber” (Relato obtido no dia 23/02/2012). Mas, segundo ele, as crianças que iam e vão até hoje com os pais, furando o saco, são muito importantes, porque é aí que ocorre a formação de novos integrantes da Folia. Turino (2000) relata-nos que as habilidades instrumentais são apreendidas assistindo às apresentações nas festas e praticando durante essas festas.

Em louvor e fé, os seus devotos organizam-se em grupos de 10 a 15 pessoas, aproximadamente, sob a denominação de folias, ternos, rancho e companhia, conforme a região, saindo todas as noites, visitando, de porta em porta, as casas que possuem presépios, grutas ou lapinhas, diante dos quais apresentam diversos cânticos (VIEIRA, 1989).

³⁶ Terno: nas manifestações locais, servem para designar o mesmo grupo de foliões.

Segundo os moradores mais antigos, as folias sofreram com o avançar do tempo; elas já não são tão animadas como eram no passado, mas muitas se mantiveram, como podemos observar na Figura 49; e isto é possível de analisar, pois as folias, via de regra, levam o sobrenome do seu chefe ou da família à qual pertencem. Neste sentido, é possível confirmar que os nomes das folias do passado praticamente se mantêm; hoje, este nome, além de uma referência, é também uma homenagem a essas famílias.



Figura 40: Terno de Folia de Reis dos Ferreiras
Fonte: Fonseca (2011)

Segundo a tradição, aqueles que saem numa Folia por uma vez têm que participar por sete anos seguidos. Mas a maioria passa a sair todos os anos, e como dizem eles: “Até a saúde aguentar” (Relato de um grupo de foliões da comunidade do Planalto Rural, 27/12/2011).

As principais folias se mantiveram durante os últimos 50 anos e até mesmo anteriores a isso, pois os foliões mais velhos remontam aos seus avós nas suas lembranças dessas manifestações. Em um grupo de cinco foliões, e num relato oral com senhores entre 70 e 90 anos, foi possível levantar os principais nomes de folias e suas histórias, como: Folia dos Theodoro Cachoeira, Folia dos Ferreira, Folia do Luís Cândido, Folia do Pereirão, Folia de Mané de Foloizina, Folia de Anjo Cari (Figura 41).



Figura 41: Foliões mais antigos da comunidade
Fonte: Fonseca (2011)

Em entrevista com esses foliões, eles relataram que essa manifestação cultural é tão antiga na região que não lembram mais de onde vêm as letras das músicas cantadas; elas foram passadas de geração em geração, sem nunca ter sido feito o levantamento sobre a sua escrita, a quem pertence, ficando, assim, um cântico de domínio público. Cada tronco familiar de Folia pode ter uma letra diferente, mas todas elas têm o mesmo ritmo musical e os mesmos oferecimentos.

Em cada casa visitada pelos foliões, são cantados pelo menos quatro cânticos de Folia, com a duração de 40 a 50 minutos cada. O primeiro é o de saudação, que é cantado fora das casas, ainda com as janelas e portas fechadas; supostamente, o dono da casa estaria dormindo e acorda com o repicar dos instrumentos musicais. Para quem recebe a Folia, esse é um dos momentos mais bonitos, pois a música corta o silêncio da noite como um som de boas novas e alegrias. Como essa manifestação ocorre por época do Natal, as casas estão enfeitadas com presépios, luzes e bolas coloridas; a canção de chegada é um dos momentos mais solenes da manifestação. Quem deve recebê-los, normalmente, é o dono da casa; aqui, quase sempre caracterizado pelo homem, que é o chefe da família, pois as famílias rurais do Norte de Minas ainda se caracterizam pelo

patriarcado; é a ele que cabe abrir a porta e dar o “viva a Santos Reis³⁷”. A esposa vem logo em seguida, e, posteriormente, os filhos.

A festividade prolonga-se durante o tempo no qual eles se mantêm na casa; quando na casa tem um presépio³⁸, a canção do presépio é entoada e, posteriormente, acontece a saudação das flores, momento no qual as mulheres da casa jogam nos foliões flores perfumadas; esta parte da Folia, em algumas troncos de folias, está caindo em desuso. Por fim, ocorre o cântico de despedida, que é o momento de deixar aquela casa e ir para outra.

4.2.1 Os símbolos da Folia

Os foliões levam consigo alguns símbolos aos quais eles fazem referência e tratam com respeito, ou por serem considerados sagrados ou por serem considerados um símbolo de poder. A toalha que o folião traz no pescoço representa uma hierarquia no grupo; significa que quem a usa não é mais um seguidor qualquer, mas sim um folião de respeito, que é um membro efetivo daquela Folia. No passado, essa toalha significava, para as mulheres, momentos de união, pois cabia a elas a lavagem das toalhas na casa na qual a Folia estivesse pousado³⁹. Segundo dona Socorro, esposa do senhor Manoel, o momento de lavar as toalhas, normalmente no rio, eram momentos de risos; as mocinhas da casa escolhiam o rapaz que as interessava para lavar a sua toalha; havia, ao passar a ferro de brasa as toalhas, todo um ritual no qual as dobras seguiam o sentido do corpo do folião, e todas tinham que ser muito bem passadas. Segundo dona Socorro, ela gostava da Folia, mas dava muito trabalho.

Durante a caminhada, o pavilhão da Folia ou o quadro de santo, que é mais usado na comunidade de Planalto Rural, é levado pela bandeira que, nas paradas, o entrega ao dono da casa, como observamos na Figura 42. O dono da casa tem sua guarda durante toda a função dos foliões até o canto de despedida, quando é devolvido ao seu portador. Atrás da bandeira ou do quadro de santo, vão os foliões e os fura-sacos, pessoas que não

³⁷ Gritar o “Viva Santos Reis” é uma forma de demonstrar alegria pela chegada do santo e dos foliões.

³⁸ Altar feito em um canto da casa, normalmente, de papelão pintado com carvão, que representa a manjedoura na qual são colocados: um berço pequenininho com a representação de um bebê, que seria a representação de Jesus Cristo, José e Maria, os três Reis Magos e os anjos, em forma de imagem, representando o momento do nascimento de Jesus Cristo.

³⁹ O pousar significa a casa que foi escolhida para os foliões deixarem os instrumentos e o santo para passar o dia, pois a Folia só acontece quando a noite chega.

fazem parte da Folia. O quadro de santo, na região, é o símbolo máximo da Folia; normalmente, quem o carrega é uma criança ou alguém que fez alguma promessa e participa da Folia pagando a referida obrigação, ou então um folião que não toca nenhum instrumento ou que não canta na Folia. O respeito para com o quadro de santo vai desde a referência católica de fazer o sinal da cruz no momento que se encontra com o quadro até o deixar na melhor parte da casa.



Figura 42: Quadro de santo
Fonte: Fonseca (2011)

A Folia de Reis, em Portugal, tinha como finalidade a diversão das pessoas, mas, com a vinda para o Brasil, tomou diferente conotação, transformando-se em um ato de cunho religioso. Neste sentido, os símbolos, para a Folia, mantêm sempre a tradição católica. Existe uma proibição quanto ao uso de bebida alcoólica, mas, como as noites são frias, segundo os foliões, eles têm que “tomar uma para o santo” (Relato obtido em 26/12/2011).

Toda Folia tem seu mestre que, além de entoar a maioria dos cantos, lidera o grupo, determinando e organizando o roteiro e as demais manutenções da cultura. Os instrumentos musicais mais utilizados nas folias na comunidade de Planalto Rural são: viola, violino, pandeiro, caixa, violão e rabeca. Precisam ser acertados⁴⁰ antes, para que, no

⁴⁰ Acertado, no linguajar dos foliões, é ser afinado para sair um bom som.

momento de serem usados, eles estejam prontos e afinados para dar um bom som. É necessário que os foliões estejam atentos e concentrados na hora das manifestações por eles realizadas, para não se perderem e nem atrapalharem os companheiros, como podemos analisar na Figura 43.



Figura 43: A Folia e seus foliões
Fonte: Fonseca (2011)

A organização da Folia é feita por dois mestres, para melhor tomar as decisões. Nos momentos de dificuldades, eles devem se reunir e, juntos, descobrir a melhor maneira de corrigir os problemas existentes na Folia. Quanto ao folião que comete algum erro, não pode ser chamada a sua atenção junto ao grupo, isto deverá ser feito de forma particular, procurando orientá-lo sobre a responsabilidade de um folião. Para uma Folia dar exemplo de inculturação⁴¹, os mestres precisam estar atentos em todas as casas que visitam: canto, terço, guaiano⁴², lundu, fandango⁴³ e outros. Assim, estarão agradando o dono da casa e seguindo as normas da Folia.

⁴¹ Inculturação é uma palavra relativamente recente e talvez difícil; mas a verdade é que já se impõe no vocabulário teológico e se refere a uma realidade bem comum e sempre vivida na história da Igreja: a relação da fé com a(s) cultura(s), num diálogo de enriquecimento recíproco (NUNES, 2008).

⁴² É uma dança rítmica que representa a Folia de Reis e a mais repetida; basta que uma pessoa peça para os foliões tocarem e dançarem. Normalmente, em um pouso, o guaiano é repetido de 12 a 15 vezes.

Segundo o senhor Adriano, um dos mais antigos foliões da região, “a caminhada de uma casa para outra deve ser em silêncio” (Relato obtido em 23/04/2012), porque os Reis, quando andavam, precisavam se esconder do Rei Herodes, o qual queria matar o menino Jesus. Para tanto, os Reis Magos andavam à noite e se escondiam durante o dia para não serem encontrados. A Folia de Santos Reis, no Planalto Rural e em várias outras regiões do país, também tem essa mesma dinâmica. Durante o dia, os foliões voltam para suas casas e passam a pessoas comuns, que realizam os trabalhos do cotidiano.

Dar o pouso na casa significava que o dono assumia toda a alimentação dos foliões e dos fura-sacos, assim como a da vizinhança que vinha festejar com eles. Além da alimentação completa, café, almoço dos foliões que ficarem na casa e jantar, ocorre a reunião de todos em torno das rezas e das cantorias. O que se percebe é que a Folia de Reis é tradicional e inculturada, passada de pai para filho e de família para família na região do Planalto Rural.

4. 3 Feira e mercado, espaço e relações sociais

Genericamente, as cidades são conhecidas como o lugar do encontro. Não existe cidade sem espaços de uso comum. Os espaços públicos são lugares privilegiados para o embate dos diferentes interesses e das necessidades sociais. Percebe-se, porém, que os espaços públicos das cidades são distinguidos por diferentes grupos sociais. Dentro dessa grande diversidade, as pessoas buscam, no interior dos espaços, uma identidade diante das possibilidades; cada grupo social procura uma forma de sobrevivência, os limites, as formas de obtenção de lucro ou até mesmo uma identidade cultural que preencha o anseio de cada pessoa. São, pois, determinantes para a identificação da pessoa com o seu espaço.

Considerando todas essas possibilidades, nas quais cidades e pessoas recriam, em seu interior, espaços de uso comum nos quais possam acontecer os eventos e a interação entre as pessoas, pode-se apresentar o espaço da feira do Mercado Municipal como ambiente de interação e integração social entre as pessoas que dela participam.

A feira e o mercado fazem parte da história das cidades do Norte de Minas. Discutir sobre os mesmos e não pensar no significado desses espaços para as pessoas que

⁴³ O fandango, normalmente, é cantado à noite, pouco antes da despedida; este momento é muito esperado por todos, pois representa a união dos foliões; é um cântico muito bonito e, na região, é sempre o mesmo. Nesse cântico, retrata-se a vida de um folião.

os utilizam, principalmente para a agricultura familiar dos municípios, seria descartar parte dessa história e das relações que se inscrevem nesse ambiente.

Os mercados urbanos destinados à comercialização de produtos, entre eles, os de origem agrícola, não devem ter sua importância analisada apenas no que diz respeito ao seu papel de abastecer a cidade com produtos das áreas rurais; também deve ser visto como uma alternativa, tanto para o agricultor como para o comerciante, no que tange ao seu potencial econômico e social.

Desse modo, ao tratarmos da feira do Mercado Municipal como espaço social, buscamos também uma análise do cotidiano das pessoas que formalizam as relações sociais existentes nesse ambiente; assim, buscamos uma melhor caracterização e definição de espaço. Nessa busca pela definição e pela percepção do sentido de espaço na vida e no cotidiano das pessoas, Santos (2001, p.153) exprime: “o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos”. O espaço é, portanto, um conjunto de coisas, objetos geográficos, naturais e artificiais. Alguns autores afirmam que o “espaço é apenas um reflexo da sociedade, uma tela de fundo onde os fatos sociais se inscrevem à vontade na medida em que acontecem” (SANTOS, 2001, p. 158-159).

O mercado constitui um local no qual vão sendo escritas várias histórias, tanto do agricultor familiar que o utiliza quanto da sociedade que mantém, na feira do mercado, além de relações comerciais, laços de sociabilidade e de convivência. A feira é uma antiga instituição presente, principalmente, nas cidades do interior de Minas Gerais, nas quais se mantém o seu tradicionalismo; cada feira apresenta-se de forma diferente, de acordo com o local no qual esteja estabelecida e a cultura da localidade.

Os espaços das feiras e dos mercados são lugares de identidade e de tradições de determinados grupos sociais; na realidade, misturando-se entre trabalho e entretenimento, mas, sobretudo, como lugares propícios aos encontros e à convivência entre as pessoas que deles participam. Assim, Barbosa (2001, p. 8) analisa que “neste espaço há, sobretudo, democracia, pois se entrelaçam urbano e rural, onde as pessoas oriundas desses dois universos, de diferentes classes sociais, entrecruzam-se no ambiente da feira e tecem relações de amizade”.

Desse modo, não se pode falar de feira e de mercado sem estabelecer os vínculos e as relações sociais e culturais existentes no interior desse espaço; assim,

enquanto as cidades vão crescendo e oferecendo às pessoas cada vez mais modernidade, as feiras e os mercados vão permanecendo ali no mesmo local, sem sofrer muitas alterações, mas mantendo, em seu interior, os mesmos fluxos de amizade e as relações que estão entrelaçados no cotidiano das pessoas que participam da feira.

No caso das cidades Norte mineiras, as feiras são caracterizadas por serem reuniões que ocorrem, geralmente, nas sextas-feiras e nos sábados; às vezes, realizadas ao ar livre ou no interior dos mercados, utilizam a estrutura física do mercado e os seus arredores para a exposição e a comercialização dos produtos que são de agricultores de localidades rurais próximas à cidade e até mesmo de outros municípios. A feira é representada, em parte, por comerciantes com bancas fixas ou móveis, e até mesmo com mercadorias colocadas no chão ou em cima de caixas; ali, os agricultores trabalham durante todo o ano com a revenda de produtos de origem agrícola, como podemos analisar na figura 44.



Figura 44: Banca no mercado de Porteirinha
Fonte: Fonseca (2012)

Embora a agricultura familiar brasileira ainda não tenha alcançado força suficiente, do ponto de vista de influenciar as instituições governamentais que tomam as decisões de política agrícola, as instituições vêm, com o decorrer dos tempos, conseguindo

manter um jeito próprio de produzir e de influenciar social e economicamente em seu espaço interior.

A constatação da importância da agricultura familiar no Brasil tem ampliado o leque de discussões sobre suas peculiaridades, sua organização e sua produção. As particularidades desse modelo acontecem de acordo com cada local, no qual, cada grupo, apesar de se tratar de um modelo social com boa identificação, se mistura e utiliza estratégias de sobrevivência e de produção de acordo com os interesses particulares.

A geografia permite-nos buscar alguns conceitos que têm maior aproximação com esse tema, não nos esquecendo de que buscaremos o que melhor se identifica com o grupo, objeto desta pesquisa; e que, apesar de tratarmos de modelos semelhantes entre si, cada um detém suas formas de sobreviver, de organizar e de manifestar sua cultura.

As diversas correntes teóricas que tratam do tema e buscam definições mais sucintas a respeito trazem conceitos de como está descrito esse modelo sob as diferentes óticas. Pela concepção de Guanzaroli (2001, p.113): “as unidades de produção familiar, trata-se (*sic*) daquelas que não recorrem à mão de obra contratada, a não ser de forma ocasional”. Denardi (2001, p. 57) classifica a agricultura familiar com duas características principais: “todo empreendimento é administrado pela própria família; que nela trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros; o trabalho e a gestão são predominantemente familiares”. Ele ainda considera que o “estabelecimento familiar é ao mesmo tempo uma unidade de produção e reprodução social”.

Ao contrário do que se pensava e era atribuído na visão de muitas instituições, o modelo de agricultura familiar detém forças suficientes e capacidade produtiva para competir e integrar nos mercados; uma vez que esse modelo emprega e mantém suas heranças cravadas na existência das suas famílias de forma efetiva e singular, e ainda, mantendo certo equilíbrio entre produção e preservação ambiental. Neste sentido, Abramovay (1997, p. 74) pontua que “a agricultura familiar deve ser entendida de uma maneira mais ampla, como segmento que detém poder de influência econômica e social”.

O conceito de agricultura familiar no Brasil é relativamente recente. O agricultor familiar, antes mesmo de ser assim conhecido, empiricamente, dizia respeito apenas àquele de pequena produção, e até mesmo se utiliza o termo camponês. A partir da década de 1990, ocorreu um crescente interesse na agricultura familiar, desencadeado por movimentos sociais e organizações de defesa dos interesses dos trabalhadores do campo, que reivindicaram, junto ao governo, a criação de políticas públicas voltadas para a

agricultura familiar. Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), foram criadas linhas de crédito específicas para a agricultura familiar: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Outra conquista foi o reconhecimento dos direitos do agricultor familiar à previdência social e, recentemente, a criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), em parceria com a Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB), que compra parte da produção de origem familiar.

Apesar de o país não manter uma política agrícola e agrária mais efetiva e eficaz, do ponto de vista de programas, projetos e assessoria técnica capazes de contribuir de modo significativo na produtividade e na melhoria da gestão das entidades familiares, os estudos em torno do tema vêm demonstrando que, ao longo de todo esse processo, a imagem, antes pobre, a qual achatava o potencial e as possibilidades que esse modelo reproduzia, vem sendo retomada, em função do importante papel que o agricultor familiar tem desempenhado em termos produtivos e de abastecimento do mercado interno.

Nesse contexto de definições de agricultura familiar no Brasil, reconhecemos que essas definições também se aplicam aos agricultores familiares do município de Bocaiúva e região, de modo especial, àqueles que participam da feira do Mercado Municipal de Bocaiúva. Têm, esses agricultores familiares, ali, a oportunidade para vender toda ou parte de sua produção, e assim abastecerem a cidade com a sua diversidade de produtos que, geralmente, trazem para a feira.

4.4 A importância da agricultura familiar para as feiras e os mercados municipais no Norte de Minas Gerais

Ao longo da história, as feiras e os mercados têm sido conhecidos como locais reservados para as relações comerciais e venda de mercadorias. Durante a Idade Média, na Europa, com o forte crescimento do comércio, houve a necessidade de se criar um local próprio para que os mercadores⁴⁴ pudessem vender e/ou trocar seus produtos. É comum se confundir feira e mercado, como se significassem a mesma coisa. Para o mercado, torna-se necessária uma estrutura, um local certo que possa abrigar os comerciantes que expõem

⁴⁴ Entende-se por mercadores, comerciantes varejistas instalados no mercado durante todo o ano, trabalhando com revenda de produtos.

suas mercadorias de forma fixa, no qual sempre haverá produtos à espera de compradores. Já nas feiras, a situação é diferente; não requer um lugar criado somente para essa finalidade, sendo que, em qualquer lugar apropriado, elas podem acontecer: rua, quarteirão, galpão, etc. No Norte de Minas, é comum a feira acontecer nas proximidades dos mercados.

4.3.1 A feira, o mercado e sua relação com as cidades Norte mineiras

Na busca de diferenciação entre feiras e mercados, Barbosa⁴⁵ (2002) descreve: “Os mercados eram pequenos comerciantes negociando com os produtos locais, em sua grande maioria (*sic*) agrícola. As feiras, ao contrário, eram imensas, e negociavam mercadorias por atacado, que provinham de todos os pontos do mundo conhecido”. Barbosa (2002), em sua dissertação *A feira, a cidade e o turismo*, baseado em Lessa, destaca que a principal característica de um mercado é o lugar certo, a periodicidade, o horário; isto posto como instrumento de comércio. E explica:

A diferença entre o mercado e a feira está no tempo que decorre a realização de cada um. O mercado se refere a encontros que se repetem a curtos intervalos, diários, semanais, isto é, fazem parte de curtos ciclos de troca. Quando os períodos são de três, seis ou doze meses, chamamos feiras. (BARBOSA, 2002).

O entendimento de feira vem desde a antiguidade; as feiras causavam maior envolvimento entre a sociedade e, além do caráter comercial, era um local de aprendizado e de trocas culturais. As feiras, no Brasil, constituem modalidades de comércio varejista de produtos de vários gêneros, ao ar livre, de periodicidade semanal.

O estado de Minas Gerais possui uma tradição na manutenção e na permanência das feiras e dos mercados; as relações são diversas, perpassando, unicamente, a questão econômica. Servilha (2008), ao estudar as feiras no Vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas, coloca:

A dádiva, ou seja, as relações de trocas, materiais e simbólicas, que objetivam, prioritariamente, a construção de laços sociais, é uma contrarrazionalidade ao interesse hegemônico atual de produção de relações socioeconômicas baseadas na maximização da produtividade e lucro e na acumulação de bens e/ou capital. (SERVILHA, 2008, p. 13).

⁴⁵ *A feira, a cidade e o turismo: conceitos, definições com o lazer e a cultura em Montes Claros/MG*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

Para Ribeiro (2007), a feira livre é uma das instituições mais sólidas de Minas Gerais, principalmente no Norte, Nordeste e Noroeste do estado. Faz parte da economia e da cultura dessas regiões; abastece as cidades pequenas e distantes das rotas de distribuição de alimentos; escoar a produção dos lavradores; e aquece o comércio urbano com as compras dos feirantes.

Nesse sentido, as feiras e os mercados representam, para seus frequentadores, não só um lugar de comércio, mas um lugar no qual as relações são construídas entre as comunidades rurais e entre estas e a sociedade em geral. A permanência dos mercados como um lugar fixo e imutável constrói uma relação de pertencimento e, ao mesmo tempo, de extensão da casa para o agricultor e os consumidores. Esses locais são bem definidos por Schneider (1999) a partir da pluriatividade, definida como combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas em uma mesma família, sendo o mercado o lugar de exposição desses produtos. Quase sempre, as feiras e o mercado estão lado a lado, como podemos observar na Figura 45. O mercado mantém-se com suas bancas fixas e permanentes; e a feira ocorre no entorno do mesmo, como podemos observar no mercado de Porteirinha, Norte de Minas Gerais.



Figura 44: Mercado e feira do município de Porteirinha
Fonte: Fonseca (2011)

Normalmente, as feiras acontecem nas sextas-feiras ou nos sábados pela manhã. Em todos os municípios mineiros, existem feiras ou mercado, seja de grande ou pequeno porte, mas esta característica é própria de Minas Gerais. Exemplarmente, podemos citar o Mercado Central de Belo Horizonte que, desde 1929, tem funcionado como um lugar de trocas entre o rural e o urbano. Aos sábados, os feirantes amanhecem na cidade carregando a produção da semana, mas, para estarem nos locais com seus produtos já expostos às 6 horas da manhã, muitos desses trabalhadores já estão laborando desde as 2 horas da madrugada; como é o caso de senhor Valeriano, da comunidade de Planalto Rural, ao qual acompanhamos em uma dessas madrugadas. Percebemos que, mesmo sendo um serviço que exige esforço físico, eles fazem o trabalho como se fosse uma dádiva de Deus. Cada parada de ônibus para pegar o próximo agricultor é uma alegria; como nos diz o senhor Manelzinho de dona Lúcia: “É uma alegria só” (Relato obtido no dia 19/05/2012).

Uma das características dessa comunidade é o casal ser reconhecido pelo nome de seu cônjuge, como podemos verificar no exemplo “Manelzinho de dona Lúcia”, ou quando nos referimos à sua esposa e dizemos: “dona Lúcia de seu Manelzinho”. Isto demonstra a proximidade e a relação de amizade entre a comunidade. O ônibus da feira continua madrugada adentro entre burburinhos diversos: perguntam um para o outro sobre o que está levando para a feira; como está a comadre que não estava bem de saúde; comentam sobre a chuva que não vem; mas, no geral, todos têm a satisfação de ter aquela profissão, e não se importam de ter de levantar tão cedo.

Ao mesmo tempo em que eles levantam às 2, 3 horas da madrugada para estarem na feira às 6 horas, eles também têm o hábito de dormir às 19 horas, o que os permite estarem bem dispostos de madrugada. A cidade representa, para eles, não só um lugar para venderem seus produtos, mas também um lugar de lazer e de comprar o que eles vão precisar durante a semana. Uma das questões perguntadas para os feirantes, nas feiras pesquisadas, foi: Qual a sua relação com a feira? 42% dos entrevistados responderam que era tanto para o comércio como para o lazer; somente 38% disseram que era simplesmente para o comércio, como podemos observar na Figura 46. Nesse sentido, fizemos um esforço para entender o que seria lazer para eles; aí, as respostas foram diversas. Para dona Lurdinha, da comunidade de Olhos D’água, do município de Varzelândia: “Vir à feira significa uma alegria imensa, onde eu vendo os produtos e converso com as pessoas; tem freguês que já virou amigo; até convidei para o casamento da minha filha; e num é que eles foram? Aqui, compro meus remédios e as minhas coisinhas para casa, sem contar que a

gente se adverte muito; parece uma festa.” (Entrevista realizada em 12/05/2012, na feira de Varzelândia).

No mercado de Bocaiúva, encontramos o senhor Simael e sua esposa, dona Joana, os quais frequentam a feira mesmo antes de se casarem. Ela é uma profissional na produção de derivados de farinha de mandioca, e fabrica de tudo, quando se trata da matéria-prima *mandioca*: beiju, bolos, farinha, goma e polvilho; isto lhe confere uma renda significativa por semana. Para dona Joana: “o trabalho é pesado, mas não saberia viver de outra forma, pois desde criança que faz o serviço; criou os seus dois filhos trabalhando na produção dos derivados; seus pais já eram referência nessa produção e ela manteve”. Mas é com certa tristeza que diz que seus dois filhos não seguiram o seu ofício; os dois já estão fazendo curso superior na cidade de Montes Claros, mas, ao mesmo tempo, fica feliz por seus filhos estarem estudando. Ela disse: “minha moça estava estudando História; quem sabe ela não volta para cá e vai dar aula na escola da comunidade, que tem até o segundo grau.” (Entrevista realizada em 18/02/2012). Ela disse que, na roça, ela não trabalha, pois é serviço para homem. Nesse momento, seu esposo dá um sorriso largo e fala cheio de orgulho: “mulher é um ser mimoso; eu é que vou para a roça plantar e colher”.



Figura 45: Relação do agricultor com a feira
Fonte: Fonseca (2012)

Para todos os agricultores entrevistados, os mercados e as feiras são quase a única forma de escoar sua mercadoria e ter uma renda garantida por semana; é também um lugar de sociabilidade. Esses locais servem tanto para o agricultor ou para o consumidor como é também um lugar de várias utilidades; também se configura como um lugar de trocas diversas, como a de um produto por outro; fato que foi observado no mercado de Jaíba, no qual a farinha da mandioca era trocada pelo feijão, ou seja, um agricultor que não tinha o feijão fez a troca, equiparada com a farinha de mandioca, com o outro produtor que o possui.

Já no mercado da cidade de Porteirinha, o agricultor familiar encontra uma diversidade de informações; existe um alto-falante no qual todas as notícias de interesse dos feirantes ou dos consumidores são anunciadas repetidas vezes: notícias como o acesso ao PRONAF por meio da Associação dos Agricultores de Terra Branca, anunciando as linhas de créditos e a forma de acessá-los; e anúncios de aniversários e de falecimentos, sendo várias as utilidades dessas informações.

É um lugar no qual a política é extensamente discutida; por época das entrevistas, éramos confundidos com candidatos ou pesquisadores a mando de algum político. Todos queriam saber se o prefeito estava envolvido naquela discussão ou se, ao contrário, éramos do lado do prefeito, querendo que nos identificássemos para ver se não éramos da oposição. O aspecto política que o mercado/feira assume na vida dos frequentadores nas cidades do interior mineiro é exemplo da importância desse local.

No município de Porteirinha, o agricultor senhor Euzébio brincou dizendo que lá a política é decidida; de certa forma, não era uma brincadeira, pois, em grande parte dos municípios Norte mineiros, a comunidade rural é igual ou maior do que a urbana. Percebemos que ocorre uma articulação entre essas comunidades, o que facilita a comunicação entre as mesmas.

Os mercados e as feiras, além de possuírem diversidade de atendimento da população, explicitamente, da população rural, claramente, atendem aqueles que teriam dificuldade de colocar seus produtos em outros canais de comercialização. Em grande parte, o agricultor familiar coloca-se, na feira, como um comerciante e, naquele momento, exerce outra atividade, que é trabalhar a terra. Para Silvestre (2008):

Em Minas Gerais, principalmente nos municípios de economia rural do semi-árido, as feiras livres fazem parte da paisagem e da dinâmica de produção e consumo, sendo um dos pontos de integração entre a cidade e o campo,

mantendo assim uma dinâmica marcadamente intersetorial. (SILVESTRE, 2008, p. 5).

O papel fundante desse setor da economia é ser um lugar de conversas e de troca de experiência entre as pessoas, tanto do meio rural quanto do urbano; é mais predominante nas pequenas cidades rurais, as quais ainda trazem as características de mercado como o local voltado para atender uma população rural que, em função dos seus produtos, faz a interação perfeita entre cidade e campo. Esta interação produz um conhecimento generoso para todos os envolvidos.

Para Maluf (1999), o papel da feira é o de movimentar mercadorias em áreas de menor disponibilidade de dinheiro; sendo mais do que um simples programa de abastecimento alimentar para a população da cidade; esta pode encontrar produtos oriundos da agricultura familiar e, supostamente, com menos quantidade de agrotóxico; ou para sustentar a população de baixa renda, que pode também encontrar produtos mais baratos principalmente no final da feira, pois o agricultor não volta com o seu produto para a sua casa; prefere vender mais barato no final da feira. Esta análise reforça a importância desses locais para o urbano e para o rural.

Do ponto de vista do agricultor, o mercado/feira possui um papel diverso, o de vitrine, na qual ele expõe os seus produtos; o de conhecimento, pelo qual se coloca diante da diversidade regional e, até mesmo, nacional, pois os mercados/feiras vendem produtos dos diversos setores da economia nacional e há a troca de experiência entre os agricultores de comunidades distantes. Relatos interessantes são colhidos nesses locais: de amores vividos, como é o caso de um casal que se encontrou no mercado de Salinas e que, segundo eles, estão juntos há 40 anos. Isto fortalece a relação deles com o mercado e com as áreas rurais; também os filhos, que já estão com suas bancas e sua produção rural, descrevem bem a história de amor dos pais. Vários foram os relatos nos quais o mercado aparece como ponto de encontro das pessoas; encontros de amizade, de comércio, de conversa entre comadres e compadres, de informação, de acerto de casamento e batizados. Quando indagada sobre qual era a periodicidade de frequência da feira, os agricultores responderam que quase sempre vão todas as semanas, como podemos observar na Figura 47.



Figura 47: Frequência do produtor nas feiras e no mercado
Fonte: Fonseca (2012)

A frequência semanal dos agricultores torna esses locais em um lugar de pertencimento no qual as comunidades se encontram, sejam elas rurais ou urbanas. O mercado favorece a união de pessoas e suas relações sociais. Segundo Spinelli Júnior (2006, p. 1): “A definição de comunidade tem passado, sobretudo, pela afirmação de subjetividade: a comunidade se define a partir de um sentimento de comunidade, de um senso de pertencer a uma coletividade”.

O consumidor, no que diz respeito ao produtor, nutre uma relação de proximidade e confiança, no sentido de estar levando para casa um produto de qualidade, com poucos agroquímicos e que vem direto da roça para a sua casa. A roça, como área de produção, aparece, aqui, como um fator de qualidade e de confiabilidade. As questões ambientais que envolvem o alimento de qualidade têm levado as famílias urbanas de todos os lugares a buscarem alimentos mais saudáveis. Percebemos esse discurso mesmo nas cidadezinhas do interior Norte mineiro; isto tem levado as feiras e os mercados a ganharem novo *status* de qualidade.

Ao serem indagados sobre a utilização de insumos químicos na sua produção agrícola, 81 % dos agricultores entrevistados disseram que não utilizam nenhum defensivo químico. Isto reflete na confiabilidade dos consumidores da feira. Para a professora universitária Carmem, da cidade de Montes Claros, que frequenta a feira/mercado há mais de 30 anos: “os produtos têm qualidade e, pelo formato e tamanho dos mesmos, é possível

analisar que eles não são produzidos com agrotóxicos.” (Entrevista realizada em 05/05/2012). Na análise feita com os agricultores, somente 19% disseram utilizar alguns tipos de fertilizantes⁴⁶ ou de defensivos⁴⁷ agrícolas. A Figura 48 ilustra a análise.

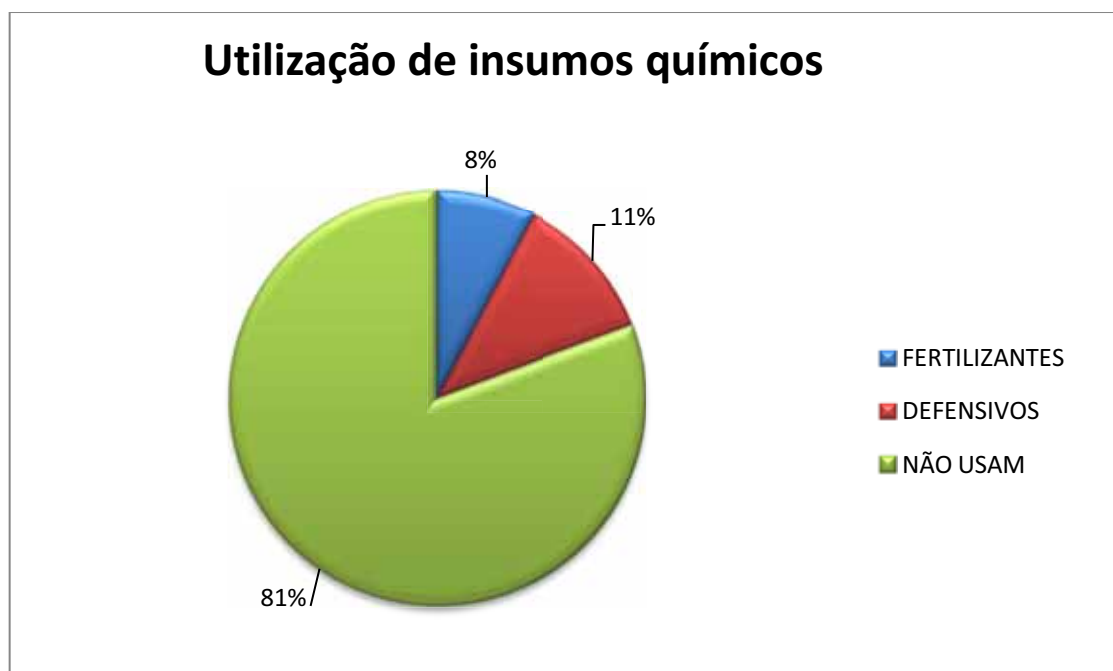


Figura 48: Utilização de insumos químicos
Fonte: Pesquisa direta (FONSECA, 2012)

Esses locais possuem não um só sentido, mas uma variedade de possibilidades. Para uns, o mercado tem jeito, cheiro e diversão de festa, e não de feira. Romanticamente, esse lugar é descrito pelos técnicos do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica – CAV –, de forma que bem explicita a diversidade desses locais: nas madrugadas dos sábados, eles levam à feira suas frutas de estação e verduras que, no longo “tempo-da-seca⁴⁸”, parecem ser milagres renovados; as variedades de farinhas, “gomos” ou polvilhos e rapaduras saídas das prensas, engenhos e fornos da indústria doméstica rural; levam a algazarra dos frangos vivos e dos leitões; e lá, sempre estão as cozinheiras, as doceiras e o

⁴⁶ O fertilizante serve para melhorar a produtividade do solo; com o uso constante do mesmo e sem uma rotação de cultura adequada, o solo vai perdendo seus nutrientes. Nesse sentido, os produtores fazem a correção do solo utilizando o fertilizante, que pode ser de substância natural ou industrializada.

⁴⁷ É uma substância química ou uma mistura natural ou sintética usada para eliminar pragas da lavoura, como fungos, insetos, plantas, bactérias e vírus, aumentando sua resistência.

⁴⁸ O tempo da seca para os agricultores corresponde ao período que vai, normalmente, de março a outubro, ou, às vezes, um pouco mais.

“homem-da-cobra”, o qual tem remédio para todos os males do corpo, menos para “dor-de-cotovelo”.



Figura 49: Barraca com plantas medicinais
Fonte: Fonseca (2012)

A variedade no mercado e nas feiras modifica-se de acordo com as estações do ano, sendo que é bem expressiva a sazonalidade dos produtos. Na época do verão ou do período das águas, como é conhecido pelos produtores e que compreende o período do final da primavera e o verão, ou seja, de outubro a março, há variedade de frutos e grãos.

Na época das secas, são expressivas as cores das frutas, hortaliças e legumes, como alface, tomate, cebolas, cebolinhas, cenouras, batatas etc. Para ilustrar bem essa sazonalidade, vemos, a seguir, a Figura 50, do Mercado Central de Montes Claros, e que caracteriza bem essa época nos mercados. Já nas estações das águas, as hortaliças ficam muito caras e tudo fica ruim, segundo dona Socorro. Isto ocorre pelo excesso de água das chuvas, sendo que, normalmente, as hortaliças são cultivadas nas áreas mais baixas da propriedade; com a chegadas das chuvas, essas áreas se alagam, impossibilitando o plantio.



Figura 50: Banca de feirante na feira do Mercado Central de Montes Claros
Fonte: Fonseca (2012)

Ribeiro (2007), ao analisar a importância da feira para a agricultura familiar, afirma que o mercado local constitui uma das possíveis estratégias de reprodução física e social dessa atividade. Essas estratégias ficam clarívidas quando analisamos que tanto o agricultor quanto o consumidor da feira são frequentadores assíduos e antigos desses ambientes.

A entrevistada dona Tereza, uma assídua frequentadora da feira de Riacho dos Machados, coloca que comprar direto do produtor, além de ser mais confiável, remonta ao tempo no qual se vivia nas áreas rurais, caracterizando, assim, uma relação muito próxima entre campo e cidade no Norte de Minas. A questão da proximidade foi narrada pelos consumidores que, quase sempre, são oriundos das áreas rurais, e ficou, até certo ponto, intrigante, pois todos os consumidores nutriam um sentimento de proximidade com a roça. Ao levantarmos a questão da proximidade mais profundamente, percebemos que a maioria migrou para a cidade no final da década de 1970 até 1990; período no qual a modernização chegou à região, o que corresponde à implantação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE –, a qual possibilitou a implantação de um Distrito Industrial no Norte de Minas, fato que gerou uma saída do homem do campo e de sua família para as cidades. Isto fica bem característico nas cidades de Montes Claros, Jaíba (onde está localizado o maior projeto de irrigação da América Latina), Janaúba,

Januária e Salinas; nestas cidades, verifica-se um aumento da sua população urbana, em detrimento da população rural.

Entretanto, a indústria não foi suficiente para absorver toda a mão de obra, e um número significativo continuou nas áreas rurais e mantém sua reprodução cultural, econômica e social refletida nas feiras e mercados. Nesse sentido, Abramovay (2003) coloca que as estratégias de desenvolvimento devem passar pela consolidação de territórios nos quais os agentes, geograficamente próximos, estabelecem trocas entre si, estimulam a distribuição da riqueza e maior inserção da população local no mercado. Ao analisarmos a feira/mercado, percebemos que a análise feita por Abramovay é refletida nas diversas relações traçadas entre esses agricultores, de reconhecimento e de autorreconhecimento da importância dos seus fazeres para a manutenção dos mesmos.

4.4.2 Do mercadinho ao mercado: a contribuição para a manutenção da agricultura familiar

Os mercados e as feiras no Norte de Minas variam de acordo, obviamente, com o tamanho das cidades; sendo que esses locais têm importância ímpar para a estratégia de manutenção da agricultura familiar. Os mercados e as feiras refletem a forma de transformação espacial de um município ou até mesmo de uma região. Isto nos permite fazer uma análise geográfica da região no tocante ao rural e ao seu modo de produção e de reprodução. Ao entendermos como funciona a região, a ciência avança no sentido de dar possibilidades políticas de análise e de aplicação de projeto que contemple a comunidade. Para Abramovay (2004):

Uma das mais importantes tarefas das ciências sociais contemporâneas é estabelecer programas conjuntos de pesquisa que ultrapassem fronteiras disciplinares muitas vezes artificiais e que permitam compreender os mercados como produtos da interação social. (ABRAMOVAY, 2004, p. 59).

Nesse sentido, o esforço de entender como ocorre todo o processo de permanência e de estratégias das populações, por meio das feiras e dos mercados, permite-nos afirmar que essas populações têm um papel importante na constituição e na manutenção da alimentação e da segurança alimentar das populações interioranas; estas são representadas, só Norte de Minas Gerais, por cerca de 2.595.75 de habitantes, segundo

o IBGE (2010)⁴⁹. Mesmo tendo uma expressiva população urbana, com cerca de 1.616.619 habitantes, esse fato não reflete que toda ela está ocupada em serviços urbanos; percebemos que, nos municípios, essa população tem uma relação muito forte com o meio rural, o que nos permite avaliar que a sua base ainda é de vínculo com essas atividades.

Se observarmos que a população, declarada oficialmente rural, gira em torno de 979.131 habitantes (IBGE, 2010), ainda assim temos um número expressivo de moradores; portanto, analisar a estratégia dessa população para exercer suas funções econômicas e sociais permitir-nos-á entender o espaço agrário Norte mineiro. Os municípios Norte mineiros possuem uma discrepância no tocante ao número de população; enquanto encontramos municípios com cerca de 360.000, como é o caso de Montes Claros, e que possui uma feira/mercado pujante, verificam-se municípios, na mesma mesorregião, com cerca de 3.000 habitantes. Isto reproduz o quanto as feiras e os mercados evidenciam uma variação no seu movimento econômico e de população (Ver figuras 50 e 51).



Figura 50: Mercado de Montes Claros
Fonte: Fonseca (2012)



Figura 51: Mercado de Riacho dos Machados
Fonte: Fonseca (2012)

Observamos a estrutura na feira e no mercado do município de Montes Claros, que movimenta cerca de 20 mil pessoas por final de semana, segundo dados da Secretaria de Agricultura do município; enquanto o mercado de Riacho dos Machados possui, nos

⁴⁹ Dados retirados do sitio http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/mg_social.pdf Acesso em: 30/05/2012.

seus dias mais movimentados, uma circulação de 500 pessoas (dados levantados em pesquisa direta). Ambos têm, ao longo da história, mantido um compromisso de garantia de renda para as famílias de agricultores dessas regiões. Segundo o senhor João Santos, do município de Riacho dos Machados: “é nesse local que realizamos o nosso agronegócio” (Entrevista realizada em 16/05/2012); fazendo referência ao agronegócio que, geralmente, trata de grandes cifras econômicas.

Esses produtores têm consciência da importância da manutenção desses espaços para a sua manutenção econômica e social. Servilha (2008, p. 31) reflete: “Os mercados e feiras, como espaços livres e públicos, são aqueles, entre outros, onde as dinâmicas sociais e culturais fluem de forma espontânea e intensa, principalmente pelo grande fluxo de pessoas e atividades diárias”.

No caso das feiras e dos mercados do Norte de Minas, tanto os que possuem um dinamismo maior, como é o caso dos mercados de Montes Claros, Janaúba, Porteirinha, Jaíba e Salinas, ou os que não representam esse dinamismo em termos econômicos e de trânsito de pessoas, como é o caso dos mercados de Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Glaucilândia e Juramento, têm sua importância local e social, pois todos veem o mercado como um lugar de pertencimento, no qual as relações são criadas e mantidas. Nesse sentido, o lugar é visto como o de reprodução sociocultural. Para Santos (2004), o lugar é de extrema relevância social para a construção de relações cuja importância está na produção de dinâmicas socioculturais próprias.

As relações sociais criadas e recriadas a partir do lugar têm forte atuação na cultura. Incide sobre os mercados e as feiras um contexto muito rico das relações humanas; nele, estão contidas as manifestações culturais, sociais, econômicas e ambientais. Ao observar as feiras e o mercado, é possível ver retrado, nesses espaços, o sentido de lugar tratado por Santos (2004), pois, lá, podemos mergulhar nessa relevância e nessa dinâmica. Ao longo da pesquisa, podemos afirmar que, para os frequentadores das feiras e dos mercados, esse lugar é como um lugar de vivência e de convivência, no qual as compras semanais são realizadas, mas o maior sentido é a sua representatividade.

4.4.3 Os produtos vendidos no mercado e sua relação com o lugar

É inerente aos seres humanos a tentativa de resgate em toda a sua dimensão; nesse momento, no qual as questões ambientais estão em destaque, a busca por produtos

ambientalmente produzidos sem grande inserção de produtos químicos tem levado as pessoas a buscarem, nos mercados e nas feiras, da agricultura familiar, esse valor agregado. Ir à feira está se tornando, do ponto de vista social, a representação de pessoa que tem consciência ecológica e que busca uma alimentação saudável para a família. Isto tem dado uma nova dimensão a esses lugares. As diversas classes sociais são encontradas num dia de feira, ou seja, desde a empregada doméstica que, além de compra para a patroa, também compra para a sua família. Os produtos são tidos como de boa qualidade, como os observados na Figura 52. O agricultor familiar também tem percebido um novo nicho de mercado, que é vender os produtos já no “ponto de ir para a panela”, fala do senhor Levi, agricultor do município de Montes Claros que trabalha na feira há 15 anos (entrevista realizada em 22/07/2012). Nesse sentido, ele vem facilitando e se adaptando à vida moderna dos seus clientes, pois já traz o produto cortado e embalado. É possível observar que, na mesma banca, se encontra tanto o produto já pronto para o cozimento como o produto para ser cortado, como conclui o senhor Levi: “ao gosto do freguês”.



Figura 52: Produtos diversificados na feira
Fonte: Fonseca (2012)

Essa procura dos agricultores em atenderem um público cada vez mais exigente tem levado tanto o poder público quanto os agricultores a adaptarem a sua forma de comercialização; é possível ver, nos mercados, uma preocupação com a limpeza e com

o acondicionamento mais adequado dos produtos, o que leva, conseqüentemente, a um aumento no preço e no ganho do produtor.

4.4.4 A reprodução da cultura da roça no mercado

Ao longo da nossa pesquisa, pudemos observar que é própria das pessoas a busca pela reprodução de um lugar muito próximo daquele vivido por eles; é tanto pela proximidade do conhecimento do saber fazer como por uma percepção que os cidadãos buscam, no seu cotidiano, uma proximidade com esses fazeres do passado, montando, nas feiras, estruturas que possam levar produtos muito próximos daqueles produzidos nas áreas rurais. Dona Eugênia viu seu rendimento familiar aumentar a partir do momento no qual levou para a feira o seu conhecimento de saber fazer o beiju e, junto com esse saber, uma estrutura para a produção do produto, feito para o consumo imediato. Podemos analisar, na figura 53, que o forno de fazer farinha e beiju foi reproduzido de forma a atender um mercado; obviamente que o material utilizado para a reprodução foi adaptado à cidade; o forno, que antes era feito de adobe e barro, passou a ser feito com uma estrutura de metal, em forma de um carrinho de empurrar, pois quando termina a feira, fica fácil reconduzi-lo para a casa.



Figura 53: Forno de fazer beiju
Fonte: Fonseca (2012)

Esse espaço tornou-se também um lugar de convivência, pois, enquanto esperam o produto ficar pronto, os fregueses travam longas conversas; foi possível observar que muitas amizades já foram feitas nesse local. Neste sentido, a feira vem reproduzindo uma função cultural muito rica. Na feira da cidade de Porteirinha, foi possível observar uma reprodução do engenho de cana; era em torno do deste que se concentrava sempre um grande número de pessoas para a compra do produto. Para eles, esse produto representa um resgate da própria história, e possui um sabor de infância.

Economicamente, as feiras e os mercados têm dado suporte à manutenção do agricultor nas áreas rurais. A ida, cada vez mais, da população citadina a esses espaços tem uma relação muito forte com o aumento da escolaridade da população: quanto mais estudo a população tem, mais conhecimento ela adquire. Junto a esta aquisição de conhecimento, vem uma valorização da cultura, dos ambientes e, principalmente, a busca por produtos saudáveis. Para a população das áreas rurais, o aumento da escolaridade tem refletido também em uma tomada de consciência de que eles têm um papel muito importante na sociedade; além do fato de que o modo de produção agroecológico, ou pelo menos com o menor índice de agroquímicos, que são os produtos oriundos da agricultura familiar, tem ganhado mais espaço na mesa dos consumidores. O seu papel vai para além de produzir esses produtos; a sustentabilidade dos rios, dos córregos, da fauna, da flora e do ambiente como um todo passa, de certa forma, pelas suas mãos; e isto faz dele um agente importante na construção diária de saberes. Na figura a seguir, temos um mosaico da diversidade da feira no Norte de Minas Gerais.

Nesse sentido, percebemos que a valorização do lugar como categoria geográfica está para além da academia; ela ocorre na prática e no cotidiano da população.

5. A MANUTENÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PLANALTO RURAL DE MONTES CLAROS POR MEIO DA FEIRA E DO MERCADO

Neste último capítulo, discutiremos especificamente a comunidade de Planalto Rural, de Montes Claros/MG, sua relação com a feira e o notável o papel que a agricultura familiar tem desempenhado, no Brasil, na produção de alimentos. Cerca de dois terços da produção nacional vêm das unidades familiares que conseguem produzir em pequeno espaço. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, de um total de 5.175.489 estabelecimentos agrícolas no Brasil, 84,4% são de estabelecimentos familiares, mas estes ocupam apenas 24,3% do território (CENSO IBGE, 2006). Isto nos leva a concluir que a estrutura da propriedade familiar não representa uma limitação para o seu êxito, mas permite um olhar diferente sobre a propriedade, dinamizando os espaços e possibilitando um melhor aproveitamento deles. Abramovay (2003) aponta que a agricultura familiar é altamente interligada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais.

As formas de produção de alimentos da comunidade têm levado cada vez mais os produtores a frequentarem a feira das cidades de Montes Claros e de Bocaiúva. Como o Planalto Rural está no limite desses dois municípios, e a proximidade dos dois é relativamente a mesma, cerca de 25 Km, os produtores têm conseguido colocar seus produtos nas feiras dessas duas cidades. Como nem todos os produtores possuem veículos próprios, a comunidade tem outras formas de levar seus produtos para feira: contam com um ônibus para levá-los; os vizinhos também são solidários, pois os que possuem carros maiores dão carona e levam os produtos dos demais; obviamente, existe, aí, uma troca de mercadoria ou o pagamento por essa atividade. A facilidade de transporte tem promovido o escoamento da mercadoria, e a feira acontece em dias alternados, favorecendo, assim, a participação dos agricultores nas duas feiras, praticamente. Para eles, a sua renda principal advém da atividade agrícola, com seu escoamento principal para as feiras e os mercados.

Isto se reflete na frequência dos agricultores na feira, o que não difere muito das demais feiras do Norte de Minas, nas quais, quase semanalmente, eles têm produtos para serem comercializados. Na Figura 54, vemos a frequência dos produtores nas feiras de Bocaiúva e Montes Claros, sendo que 84% disseram ir semanalmente às feiras das referidas cidades, o que nos leva a concluir que a feira e o mercado têm exercido um papel de estratégia de escoação da mercadoria da comunidade. Para o senhor José Maria,

agricultor e frequentador das feiras: “Sem esses locais, a população rural não teria como obter fonte de renda, pois, puxando pela memória, desde pequeno que eu frequento esse local, levado pelo meu pai, e, posteriormente, sozinho; é lá que eu me divirto, conversando com os amigos. É lá também que fico sabendo das novidades, até mesmo de financiamento para as roças.” (Entrevista realizada em 26/02/2012).

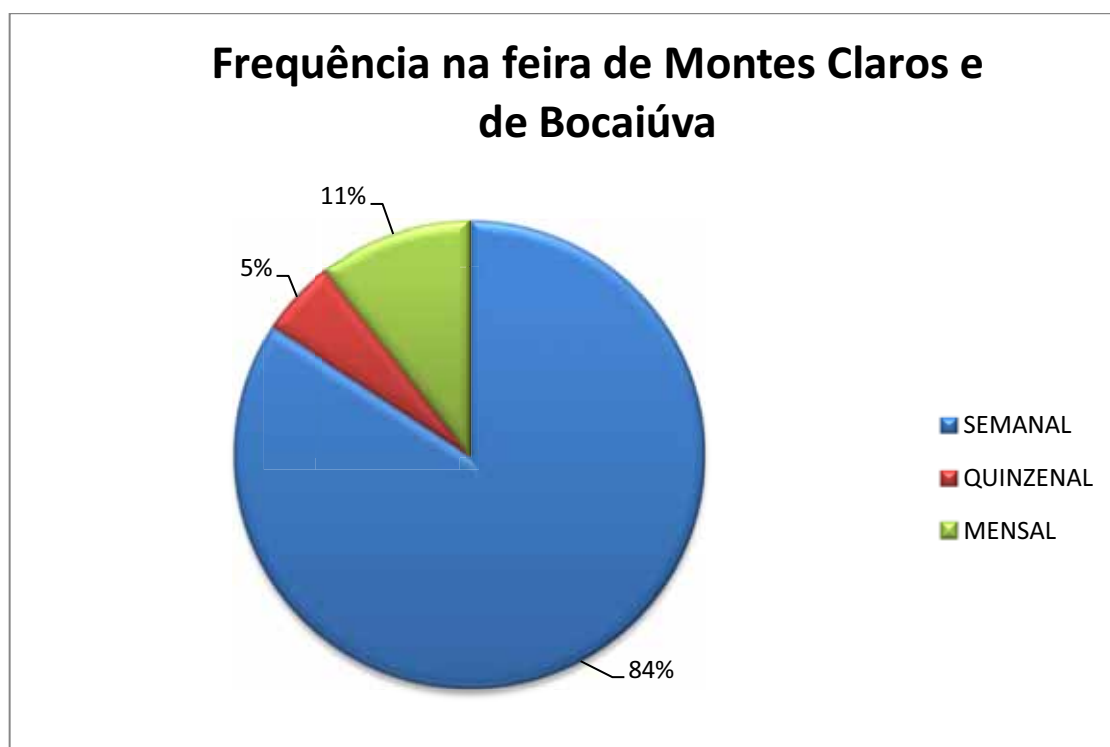


Figura 54: Frequência na feira de Montes Claros e de Bocaiúva
Fonte: Fonseca (2012)

Ao analisar a importância desses locais, percebemos uma formação de redes de produção, informação e diálogo entre a comunidade e as outras comunidades dos municípios. Essa rede consiste na troca de informações diversas: desde informações sobre cursos e capacitação para o agricultor, o que está sendo cada vez mais constante para o agricultor, até as do ponto de vista social e cultural. As informações são passadas nas feiras, nas associações e nos sindicatos, nas ONGs, via rádio. Os programas de rádio que atendem aos interesses do agricultor são cada vez mais comuns; como em todas as cidades tem uma rádio local, isto tem facilitado a socialização das diversas informações. A EMATER também tem atendido de forma mais adequada essa população, na qual informações técnicas chegam mais facilmente. Os técnicos da EMATER deixam de ser só propagadores e vendedores de agroquímicos, e passam a serem capacitados para atender

uma exigência de produtos mais ambientalmente corretos. Segundo os produtores, a EMATER, no passado, não atendia às suas necessidades, mas, agora, vem mudando o nível de discussão.

Isto tem permitido, cada vez mais, a socialização dos agricultores, permitindo, assim, uma troca de experiências diversas. Para Graziano da Silva (2001), a formação de redes locais de produção e de prestação de serviços, nas quais circulam renda e que incorporam mais pessoas ao consumo, é importante para alavancar a economia das regiões mais deprimidas.

No município de Montes Claros e de Bocaiúva, as feiras e os mercados representam uma diversidade de possibilidades para esses agricultores; os produtos que, para eles, têm um significado não só de alimento de trabalho vinculado à terra e à família, ganha, nesses espaços, reconhecimento; e isto os leva a permanecerem na atividade. Cada vez mais, é perceptível a intenção dos agricultores dessas áreas de produzir sem agrotóxicos, ou seja, retornar à forma de produzir dos seus pais; porém, com a consciência de que seu trabalho tem um fundamento ambiental sólido, e o que já foi considerado atrasado, que eram as formas de produção sem utilizar produtos químicos, hoje, é considerado moderno e ambientalmente correto.

Obviamente, ainda é utilizado em algumas propriedades o modelo convencional de trabalhar a terra com a aplicação de defensivos agrícola, mas, segundo eles, dentro do mínimo possível. Ao questioná-los sobre o fato de que isso iria levar fatalmente a uma diminuição da produção e os produtos não teriam mais aqueles aspectos de produtos grandes e saudáveis, os produtores, quase sempre, respondiam que já existe uma exigência do mercado para o consumo de produtos, não com aspecto grande, mas com aspecto de produzido mais sem agrotóxico. Ainda apontaram que os produtores que já têm um reconhecimento por parte dos consumidores de que a sua produção não utiliza agrotóxicos são os mais procurados; e os primeiros que vendem os produtos, alcançado um preço melhor. Os dados exclusivos dessa comunidade não diferem muito das demais feiras analisadas no Norte de Minas, como podemos observar na Figura 55.

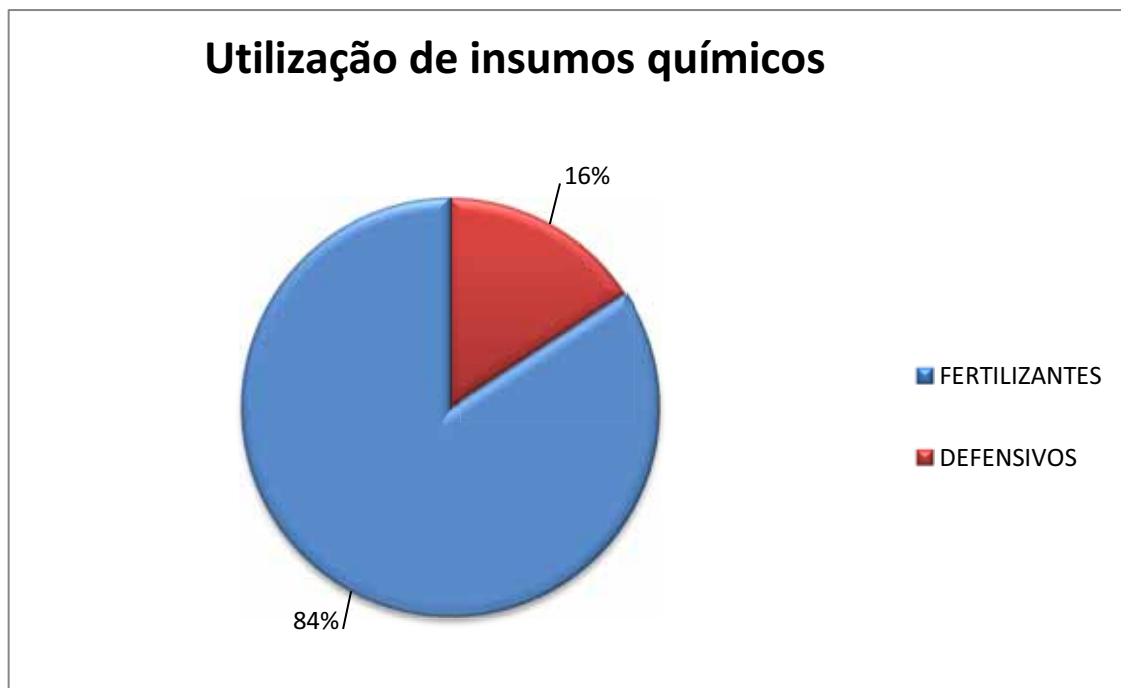


Figura 55: Utilização de insumos químicos
Fonte: Fonseca (2012)

Assim, as atividades predominantes na comunidade estão entre o setor primário da agricultura familiar de subsistência, o comercial e o setor terciário. O setor primário resulta em 70%; o setor secundário é bem menos expressivo, há fabriquetas de vasos artesanais e de caixas para o transporte de hortigranjeiros, com 10%; e o setor terciário, em 20%, retratado na Figura 57. Neste caso, o setor terciário destaca-se a partir da complementação da renda familiar; com realce, com frequência, para o agricultor pluriativo, o qual combina atividades agrícolas com atividades não agrícolas de tal forma que surgem, entre os produtores rurais ou comerciantes, outros tipos de atividades econômicas que contribuem para o desenvolvimento da propriedade. Para Kageyama (2004):

Das diversas definições apresentadas, pode-se extrair a idéia de que o desenvolvimento rural deve combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável), e que sua trajetória principal possa residir na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade). (KAGEYAMA, 2004, p. 388).

Muitas pessoas atuam na comunidade de Planalto Rural como professores, secretários, diretores e em serviços gerais nas escolas locais; outros atuam como agentes de saúde, gerentes e frentistas dos postos de gasolina presentes na região, além de atendentes

e donos de restaurantes, açougues, pequenas lojas de vestuário e fabriquetas de cerâmicas. Essa pluriatividade é notada na comunidade, porém, ainda predomina como principal fonte de renda a atividade agrícola.



Figura 56: Atividades econômicas por setores
Fonte: Fonseca (2011)

A partir da criação da Associação dos Hortifrutigranjeiros da região do Pentáurea – ASPROHPEN –, em 1996, os agricultores da comunidade de Planalto Rural começaram a se organizar e a sistematizar suas práticas agrícolas com o auxílio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – EMATER –, a fim de facilitar o acesso ao crédito rural. Dessa forma, houve um aumento na produtividade, o que possibilitou a melhoria na qualidade de vida da população. A produção é direcionada para feiras livres e para a CEANORTE de Montes Claros e de Bocaiúva. Os alimentos também abastecem as escolas municipais e as creches por meio de convênio estabelecido com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB –, que é uma política pública do Governo Federal para fortalecer a agricultura familiar e garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos das instituições públicas de ensino fundamental, médio e creches. O modelo de produção utilizado pelos agricultores da comunidade possibilita grande diversidade de produtos, sendo encontrados, nos estabelecimentos, desde hortaliças até leguminosas; assim, várias plantações ocorrem em forma de consórcio, como mostra a Figura 57, o que ajuda também a resguardar o solo dos prejuízos da monocultura.



Figura 57: Plantio consorciado
Fonte: Fonseca (2010)

Na Figura, é possível ver a diversidade da plantação; numa mesma área, foi plantado feijão, maxixe, banana e hortaliças, o que possibilita um menor desgaste do solo; ao fundo, pode-se ver o cerrado preservado. A irrigação por gotejamento, na figura, é uma estratégia para racionalizar o uso da água, evitando o desperdício e também a lixiviação do solo e a perda dos nutrientes pela erosão. Essas formas de trabalho com a terra mostram-se muito eficientes, devido à economia e aos benefícios que proporcionam. A água utilizada para a irrigação é proveniente de rios perenes que estão localizados dentro ou próximos das propriedades; e a irrigação é feita por gotejamento, como mostra a Figura 58. Dessa forma, há uma economia muito significativa de água, pois a planta recebe exatamente a quantidade de água necessária, e o custo de energia para este tipo de irrigação é muito mais baixo. Para tal redução de custo, também foram instalados medidores noturnos que possibilitam a captação de água com o gasto menor de energia, conseqüentemente, gerando economia.

Essa comunidade vem ganhando notoriedade pelos produtores que se preocupam com o meio ambiente; é uma área que já foi de grandes fazendas de criação de gado de corte e, hoje, nutre uma preocupação ambiental nos seus modos de produzir. Assim, estão mudando o seu modo de irrigação, passando do modelo tradicional, que,

geralmente, gasta mais água, para o modelo de gotejamento, como podemos observar na Figura 59.



Figura 58: Irrigação por gotejamento
Fonte: Pereira, C. S. (2010).

A mudança nas formas de plantio ocorre muito em função da estrutura geológica da região, a qual contribui para a formação de solos de textura arenosa, ricos em hidróxido de ferro e em alumínio, e susceptíveis à erosão, com predominância de relevo fortemente ondulado e acidentado, caracterizado como encostas e desníveis de planaltos. Porém, há mais de quarenta anos, toda a região da Serra Velha, na qual se localiza a comunidade de Planalto Rural, vem sofrendo um forte impacto ambiental, devido à ação de areiras que exploram areia e estão causando um intenso processo de assoreamento dos rios (Figura 59). O problema começou na década de 1970, na construção da BR-135, e, posteriormente, com a retirada de cascalho e areia para a construção civil, como já descrito anteriormente.

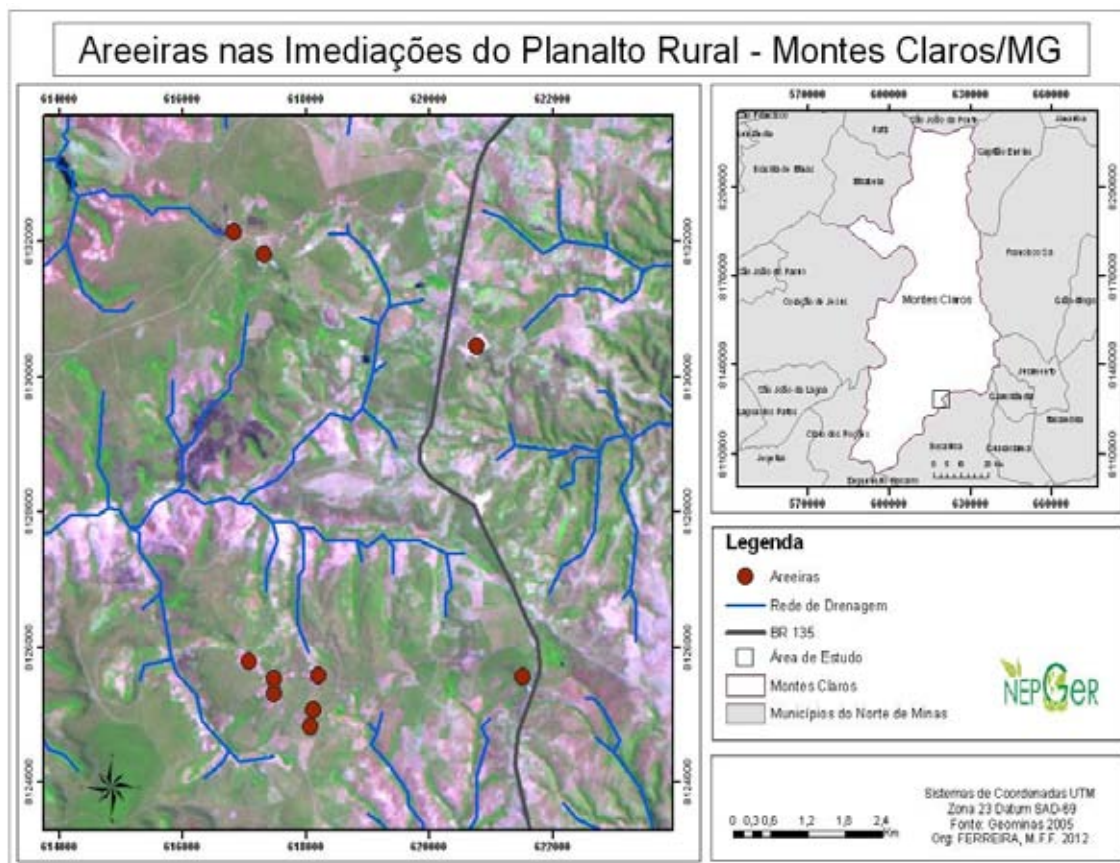


Figura 59: Localização das areeiras nas proximidades de Planalto Rural
Fonte: Fonte: Ferreira, M. F. F. (2012)

Conforme a Figura, as areeiras encontram-se muito próximas às nascentes de pequenos rios que abastecem as propriedades dos agricultores e também alguns rios importantes para regiões, como São Lamberto, Pacuí e do Peixe, o que causou um intenso processo de assoreamento dos mesmos e que levou ao voçorocamento de algumas. Na Figura 60, é perceptível a degradação causada pela exploração da areia na região. Segundo informações dos agricultores, algumas areeiras encontram-se desativadas, entretanto, a exploração da areia continua sendo feita de forma clandestina.



Figura 60: Processo de voçorocamento
Fonte: Pereira, C. S. (2010)

Observamos por meio da pesquisa que existe uma preocupação da população com a preservação ambiental, fortalecendo-os como comunidade, mas que só vai ser possível se todos se dedicarem às causas que interferem no desenvolvimento do todo. Para eles, um dos conceitos é produzir de forma adequada para o consumo das suas famílias e para a venda nos mercados, nas feiras e para a merenda escolar. Segundo o senhor Adriano; “o que não serve para ele e sua família não serve para ser vendido para alimentar a família dos outros” (Entrevista realizada em 19/05/2012). Detectamos, assim, a preocupação dos agricultores com o que vendem no mercado e nas feiras. O alimento para essa comunidade não é apenas uma mercadoria que se compra e se vende, mas é o que lhes dá capacidade de manutenção e de segurança, em toda a sua extensão.

Dentre todos os tipos de cultivo que se comercializam, destacou-se a produção de uma variedade de produtos, tendo, nas hortaliças, verduras e frutas, o carro-chefe da produção, como mostra a Figura 61.



Figura 61: Produção agrícola nas propriedades pesquisadas
Fonte: Fonseca (2011)

O que não significa que outros produtos não sejam bem aceitos pelos frequentadores da feira e pelos produtores. Ao mesmo tempo em que eles são agricultores, também exercem o papel de extrativistas. Foi possível verificar que principalmente as mulheres da comunidade praticam essa atividade, sendo que os produtos mais extraídos são as plantas medicinais. Para a senhora Narça, uma das coletoras: “nos embrenhamos no mato para pegar as plantas medicinais e os frutos do cerrado” (Entrevista realizada no Mercado Central de Montes Claros, em 26/05/2012). Os extrativismos mais comuns para a venda são: carqueja, carqueja do mato (*Baccharis trimera*), alfavaca, manjeriço (*Ocimum basilicum* L), tanchagem (*Plantago ssp, Plantago major*), cavalinha (*Equisetum arvensis*), gengibre (*Zingiber officinalis*), jatobá (*Hymenaea courabril*), pequi, araticum (*Annona crassiflora* Mart), buriti (*Mauritia vinifera* Mart), cagaíta (*Eugenia dysenterica* Dc), cajuzinho do cerrado (*Anacardium humile* St. Hil), dentre outros, como podemos observar na Figura 62.



Figura 62: Extrativismo de cunho medicinal: folhas, frutos, sementes e cascas
 Fonte: Fonseca (2012)

O valor obtido com as vendas desses produtos é uma complementação da renda familiar. Segundo dona Narça, ela chega a vender cerca de 30 unidades dos produtos por final de semana; cada unidade é vendida, em média, a R\$ 2,00, o que chega a um valor em

torno de R\$ 60,00 por final de semana. Segundo ela, este valor tem propiciado a compra até de eletrodomésticos. Outra observação é que esse costume tem passado de geração a geração; no mercado, foi possível acompanhar a trajetória de três gerações que praticam o extrativismo, sendo que a mãe, dona Toca, sua filha, Narça, e sua neta, Camilia, vendem os produtos coletados por elas no cerrado. As flores também adquirem *status* na venda no mercado; segundo as famílias, a procura por flores do campo é contínua; há sempre uma boa aceitação e, por volta das 8 horas da manhã, todo o produto já foi vendido.

5.1 Os valores que não são computados na matemática do agricultor e sua contribuição para a segurança alimentar das famílias rurais

Existe uma relação muito próxima do agricultor com os seus produtos, o que, às vezes, perpassa a relação comercial. O alimento produzido por eles adquire o preço de mercado quando vai para as feiras livres, para o mercado, para a merenda escolar ou são vendidos para empresas de outro estado. Mas existe um valor incalculável que, quase sempre, não entra na matemática do agricultor. Esse valor representa a sua alimentação diária e a da sua família; em todas as casas que visitamos, sempre percebemos uma variedade de produtos na alimentação, com hortaliças, frutos e diversos outros produtos; além disso, esse valor quase nunca é computado na sua renda mensal.

No Quadro 2, fizemos uma relação de produtos que não são comprados por eles, tendo em vista o seu custo. A confecção dessa tabela ocorreu por meio da observação feita em campo nas casas dos agricultores: verificamos o que era consumido por eles e, com base nos preços das feiras e dos mercados, fizemos uma média de valores para chegarmos ao valor total que deixa de ser gasto pelo agricultor; os produtos foram calculados para alimentar uma família de, aproximadamente, cinco membros, durante um mês.

Produtos	Valor de compra – preço médio em R\$	Consumo Kg, L, un.		Economia gerada – R\$
		Semanal	Mensal	
Grãos		Kg		
Feijão	2,71	1,5	6,0	16,26
Milho	2,71	6,0	24,0	65,04
Frutas				
Abacaxi	2,71	2,5	10,0	27,10
Abacate	2,71	2,0	8,0	21,68
Acerola	2,71	1,5	6,0	16,26
Banana	2,71	2,0	8,0	21,68
Goiaba	2,71	1,5	6,0	16,26
Laranja	2,71	3,0	12,0	32,52
Limão	2,71	1,5	6,0	16,26
Maracujá	2,71	1,0	4,0	10,84
Manga	2,71	1,5	6,0	16,26
Mexerica	2,71	2,5	10,0	27,10
Verduras				
Alface	2,71	0,5	2,0	5,42
Couve	2,71	0,5	2,0	5,42
Repolho	2,71	1,0	4,0	10,84
Legumes				
Abóbora	2,71	1,5	6,0	16,26
Beterraba	2,71	0,5	2,0	5,42
Cenoura	2,71	0,5	2,0	5,42
Chuchu	2,71	1,0	4,0	10,84
Mandioca	2,71	1,0	4,0	10,84
Quiabo	2,71	1,5	6,0	16,26
Tomate	2,71	1,5	6,0	16,26
Hortigranjeiro				
Galinha	2,71	2,0	8,0	21,68
Leite	2,71	3,5 (L)	14,0 (L)	37,94
Ovos	2,71	6 (un.)	24 (un.)*	10,82
Porco	2,71	0,8	3,2	8,67
Total				449,85

Quadro 2: Estimativa econômica a partir de produtos produzidos na unidade familiar com cinco indivíduos
 Fonte: Fonseca (2012)

Nesse sentido, a discussão sobre a agricultura familiar ganha respaldo do governo a partir do momento que a questão envolve a segurança alimentar/soberania alimentar e vai abranger diretamente a relação campo-cidade. Quando se discute esse conceito, sinaliza-se de forma muito positiva, pois os agricultores se mantêm, ao longo da

história, com a produção de uma diversidade de produtos que alimenta a sua família e as famílias que, direta ou indiretamente, se beneficiam desses produtos. Equívocos foram cometidos ao se pensar que a revolução verde daria conta da segurança alimentar.

A segurança alimentar foi deliberada na Conferência Mundial de Alimentação, na Itália, em 1974, como “o adequado suprimento alimentar mundial para sustentar a expansão do consumo e compensar eventuais flutuações na produção e nos preços”. Acreditava-se que a revolução verde seria capaz de garantir a segurança alimentar; entretanto, ao se analisar o modelo de produção proposto pela revolução verde, fica claro que este foi um programa idealizado por outros países e implantado no Brasil, onde o objetivo era apenas o lucro, acima de questões como a segurança alimentar ou mesmo a sustentabilidade. A inserção da revolução verde no Brasil foi justificada pelo aumento significativo da produção de alimentos e do combate à fome no mundo.

Entretanto, ao examinar as condições de vida e o acesso aos alimentos no mundo e no Brasil, enxerga-se claramente que não se garantiu a segurança alimentar da população; houve uma concentração de riquezas que gerou uma crescente pobreza rural, atingindo não só o campo, mas também as cidades, devido à saída de muitos agricultores da zona rural em direção aos centros urbanos. Dessa forma, as discussões regidas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO -, em 1983, culminaram com a redefinição do conceito de segurança alimentar como sendo “a garantia do acesso físico e econômico das pessoas à alimentação básica que necessitavam”. A problemática é que esse conceito não abarca a questão da procedência dos alimentos; esta deficiência leva movimentos sociais ligados à Via Campesina a debaterem junto à FAO sobre a soberania alimentar, cuja função iria além do acesso à alimentação básica, mas visaria também aos alimentos de boa qualidade, capazes de garantir a segurança nutricional do ser humano.

Quanto ao Brasil, existe uma necessidade de intervenção pública nessa área, decorrendo da combinação de uma série de fatores, podendo-se destacar:

- a consolidação e a legitimação do segmento social dos agricultores familiares;
- a institucionalização da soberania e a segurança alimentar e nutricional⁵⁰;

⁵⁰ O Estado brasileiro aprovou uma Lei (Lei 11.346, de setembro de 2006) que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e pela qual a segurança alimentar e nutricional é definida, em seu art. 3º, como a “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas

- a promoção da intersectorialidade das políticas, uma vez que são articuladas e integradas ações nas áreas de produção, abastecimento, alimentação, nutrição, transferência de renda, dentre outras;

- a efetivação da participação de organizações da sociedade civil por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão de aconselhamento do Presidente da República. Atualmente, o Conselho é formado por 57 conselheiros, sendo 38 representantes da sociedade civil, 19 ministros de Estado e outros representantes do Governo Federal. Pelo lado da sociedade civil, os titulares são oriundos de organizações, tais como: sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, movimentos sociais, Organizações não Governamentais (ONGs), redes, acadêmicos e representantes do setor empresarial.

Quando o agricultor sentir que seus produtos são reconhecidos pelo governo, quando exigir que a merenda escolar não mais seja comprada de grandes supermercados, como normalmente era feito, mas que seja oriunda da agricultura familiar, isto fará com que um valor econômico e social seja agregado a essa mercadoria e a esses agricultores, os quais perceberão o valor nutricional da sua produção. Eles perceberão, desse modo, a importância que a forma de fazer adquire diante da sociedade moderna.

A produção e a distribuição de alimentos pela agricultura familiar também propicia um ganho à família, o que Gasolla (2004) denominou de diversificação das estratégias de vivência dos agricultores. Isto possibilitou um novo olhar para essa população. Ao visitarmos a Escola Estadual Mariana Santos, na comunidade de Planalto Rural, foi notória a alegria dos alunos ao relacionar a merenda à produção de seus pais na roça. A aluna Ana Cecília, do 6º ano do Ensino Fundamental, relatou, com orgulho, “que a escola alimenta o que o pai dela planta.” (Entrevista realizada em 22/05/2012).

5.2 Motivos que levam a população a frequentar a feira do Mercado Municipal

Os motivos que levam a população ao Mercado Municipal são distintos, desde aqueles que vão apenas para adquirir um único produto e voltar para casa até aqueles que preferem comprar direto do produtor, pois observam a qualidade do produto; e ainda, alguns dizem fazer economia, fato este que os faz preferir a feira do mercado para as

compras. Por outro lado, diante de toda a dinâmica que envolve o ambiente da feira, no qual existe uma forte influência das relações sociais, alguns frequentadores, além de fazerem compras, tratam o mercado como o lugar propício ao encontro com os amigos, assim, o ambiente da feira representa também laços de sociabilidade entre as pessoas que costumam frequentá-la.

A Figura 63 demonstrará por quais motivos a população frequenta a feira do Mercado Municipal de Bocaiúva. 20% da sociedade consideram o ambiente da feira e do mercado propício para o encontro com os amigos; por outro lado, verifica-se que a qualidade dos produtos, 47%, e os preços, 13%, confirmam-se como fatores importantes para o consumidor preferir fazer as compras na feira do mercado.



Figura 63: Motivos que levam a população a frequentar a feira
Fonte: Fonseca (2012)

Os consumidores que frequentam a feira preferem fazer lá as suas compras, ao invés de comprarem em sacolões⁵¹. Isto se deve ao fato de que o agricultor familiar que trabalha na feira tem oferecido produtos com qualidade e variedade para atender a

⁵¹ Local especializado em revenda de hortifrutigranjeiros.

população, a qual apontou a qualidade e a valorização dos produtos da agricultura familiar como os fatores mais importante para a manutenção e a importância da feira.

5.3 Feira e mercado: relação e cotidiano

No dia de feira, o mercado fica movimentado; aos sábados, os feirantes/comerciantes chegam cedo; vêm de diferentes comunidades rurais dos municípios e alguns também se deslocam do seu município, como de Guaraciama e de Engenheiro Navarro. Hoje, a maioria deles vem de ônibus fretado e em carroças, em altas horas da madrugada, a fim de chegarem a tempo. Durante a pesquisa, chegamos junto com eles, às 5h30min, quando o dia começa a despontar. A partir daí, começa a correria, a fim de arrumar os seus produtos da melhor maneira possível para a apreciação da sociedade que, como de costume, começa a chegar bem cedo. Às 6 horas, observamos que já havia gente comprando em busca dos melhores produtos e mais frescos: desde a farinha de mandioca, requeijões de forma ou de prato, farinha de milho, beijus, queijos e biscoitos caseiros a várias opções de hortigranjeiros; tudo produzido nas chamadas indústrias rurais, além de outros produtos. Tal variedade pode ser observada na Figura 64.



Figura 64: Produtos mais vendidos nas feiras e no mercado de Montes Claros e de Bocaiúva
Fonte: Fonseca (2012)

No transcorrer do dia, observamos que, daquele barulho que os feirantes antes faziam para chamar a atenção da freguesia, hoje, pouco se ouve; agora, eles quase não precisam gritar, pois o povo vai entrando e indo direto às bancas do agricultor que já conhecem e que estão acostumados a comprar semanalmente. E assim se segue uma relação de amizade indescritível entre os agricultores/feirantes e os consumidores; uma verdadeira troca de favores; tudo para facilitar a vida de todos eles, já que estabeleceram laços de amizade ao longo dos anos de convivência no trabalho da feira. A maior parte do movimento da feira ocorre entre as 6h e 9h30min, quando o mercado fica cheio, porque muitos consumidores preferem esse horário para fazerem as compras. Depois desse horário, o agricultor, para não voltar para casa levando muito do que trouxe para comercializar, começa a fazer promoção, já que às 11 horas o movimento torna-se irrisório; além disso, os agricultores precisam dispor rápido de sua mercadoria, pois, dali, eles costumam ir ao comércio local para comprar outros produtos que não têm em sua propriedade para o seu consumo e o de sua família; depois, retornam às suas propriedades.

Embora os agricultores façam uso dos recursos comerciais para facilitar a venda dos seus produtos, uma relação importante para o sucesso da feira é a coincidência de sua ocorrência com o início do mês, quando, geralmente, as empresas costumam efetuar o pagamento; assim, se é início do mês, é sinal de que a feira será boa para os agricultores. A oferta de produtos na feira do mercado sofre algumas variações de acordo com a estação do ano; no tempo das chuvas, até o cheiro no ambiente do mercado muda; isto se deve ao fato da chegada dos frutos da estação que são apropriados pelos agricultores para a sua comercialização, entre eles, panã e pequi, os quais enfeitam e colorem o mercado nessa época.

Mas a feira e o mercado não são apenas um lugar específico para a comercialização dos produtos da agricultura familiar do município de Bocaiúva. Na época da política, a feira torna-se apreciável como local de campanha política, e serve para aproximar o político dos agricultores e da população. Na feira do Mercado Municipal, há também aqueles revendedores que trabalham durante toda a semana comercializando produtos, principalmente, de origem agrícola, como queijos, requeijões, ovos caipira, condimentos, doces, biscoitos, dentre outros. Pudemos observar, durante a pesquisa, que, de um lado, estão os agricultores familiares, os quais vêm sempre aos sábados venderem seus produtos; em outra ala, estão os revendedores; assim, quando a feira acontece, é notável a diferença nos dois lados: enquanto na ala dos agricultores o movimento era

intenso, com gente comprando, do outro lado, os revendedores apenas assistiam a todo aquele fervilhar de gente.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa, cujos resultados apresentamos, objetivou a compreensão da dinâmica e da sustentabilidade da agricultura familiar no Norte de Minas Gerais. Utilizamos, como metodologia, a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo *in loco* para entendermos como a agricultura familiar se estrutura nessa região, sendo este trabalho baseado na metodologia de estudos de caso. Para as análises, inicialmente, fizemos um estudo bibliográfico sobre a região Norte mineira, sua ocupação, sua formação e as discussões dos Gerais dentro da região Norte mineira. Buscamos entender a origem da agricultura no Brasil e no Norte de Minas; este entendimento foi importante para compreender a singularidade da formação rural dessa região, o que levou a uma formação rural baseada em saberes e fazeres que estão diretamente relacionados com o tradicional ou que carregam, em si, certo tradicionalismo na manutenção e na estratégia da agricultura familiar na região. Percebemos que a geografia teve um papel importante nesse modelo de trabalhar a terra, por ser uma região de relevo, muitas vezes, de difícil acesso; isto permitiu certo isolamento dessa população em relação ao restante do país.

Para melhor entender essas práticas, aplicamos entrevistas semiestruturadas nas visitas às famílias, à Associação e à CEANORTE, para conhecimento e reconhecimento do estudo. As entrevistas foram importantes para a coleta de informações de natureza socioeconômica, cultural e ambiental. Em dado momento, para melhor entendimento da realidade e de sua organização espacial ao longo de sua formação, lançamos mão da história oral. Esta metodologia possibilitou uma relação de parceria entre o entrevistado e o entrevistador; o entrevistado pôde construir sua fala e seus pensamentos articulados, de maneira livre, o que nos permitiu analisar a inserção do sujeito como ator dentro de uma realidade. A história oral foi importante para ouvirmos das populações suas histórias de vida e de fazeres; este ato nos permitiu entender a configuração da forma de trabalhar a terra e suas manifestações culturais, as quais estão inseridas no cotidiano rural. Percebemos que, no Planalto Rural, as Folias de Reis mantêm-se secularmente, e elas não são somente uma forma de cultura, mas refletem a comunidade e sua organização espacial, o que vem dar unidade a essa população.

Pudemos perceber também, por meio do relato oral, que a religiosidade contida em todas as comunidades rurais visitadas no Norte de Minas permite, além de uma manifestação religiosa, a agregação de discussões de políticas, dando um caráter crítico e

social a esses encontros religiosos. Como foi o caso narrado na comunidade de Vereda Funda, no Alto Rio Pardo de Minas, onde a consciência de luta veio do estudo das cartilhas fornecidas pela Pastoral da Terra para as reflexões nos encontros.

Utilizamos o método quantitativo e o qualitativo para a discussão dos dados coletados. Esses métodos foram importantes para traçarmos um painel de gráficos e de tabelas, sendo que nos possibilitaram analisar as comunidades, bem como suas formas de manutenção e de estratégias baseadas na agricultura familiar. Com os números expressivos que essa prática produz para essas famílias, foi possível analisar que os agricultores têm uma diversidade de produção: ora eles são agricultores, ora são extrativistas ou comerciantes. Quando eles levam seus produtos para os mercados e as feiras das cidades Norte mineiras, esses locais não têm só a função comercial, mas são lugares de convivência social, nos quais processam a sua sociabilidade com a comunidade, criando uma relação próxima entre o campo e a cidade. Ao analisarmos as relações da comunidade com o lugar, foi possível traçar uma análise do contexto das mesmas.

Para tanto, intensificamos o trabalho de campo junto à comunidade com a finalidade de melhor entendermos suas realidades. Percebemos que as relações de pertencimento perpassam por uma relação de vizinhança e de ajuda mútua muito forte, o que se reflete nas suas manifestações culturais, no modo de trabalhar as diversidades dos seus produtos e no sentimento de pertença do lugar; sentimento este fortemente percebido em todas as comunidades visitadas. A organização familiar fica clara a partir da organização do trabalho familiar, sendo a manifestação cultural mais comum entre eles; a manutenção do modelo de família com base na hierarquia propiciou a manutenção da ética com base nos preceitos da igreja católica; e o respeito entre os mais novos para com os mais velhos é inerente a essas populações; mesmo com a interferência da modernidade, eles ainda cultivam cumprimentos e saudações dos antepassados.

No tocante à comunidade de Planalto Rural, a delimitação dessa área de pesquisa permitiu o estudo de uma comunidade na qual o dinamismo e a organização da despontam como uma forma eficaz de viver e de reproduzir no rural Norte mineiro. Rural este que é bem diversificado, porém, em todas as abordagens, uma das características principais é o seu autorreconhecimento com a palavra “familiar”: agricultor familiar, agricultura de base familiar, unidade familiar, comunidade de base familiar.

O que move essas famílias a continuarem morando nessas unidades são dois fatores bem distintos. O primeiro é a relação de pertença das famílias com o “lugar” de

vivência, e o sentido de proteção que este “lugar” oferece a elas. O segundo é mais recente, eles veem, nas áreas rurais, uma nova perspectiva de vida, sobretudo nos últimos anos, dado ao novo olhar governamental para essas áreas e devido ao acirramento dos problemas ambientais em nível global, regional e local. Tudo isto leva a uma maior necessidade de preservação e de produção com menos agrotóxicos e de maneira mais ecológica.

Categoricamente, podemos afirmar que as áreas rurais no Norte de Minas vêm passando por um novo sentido, quer seja na valoração do lugar, quer seja no sentido econômico da sua produção. Isto é um novo estímulo à permanência dos agricultores familiares no local.

Ao tratar especificamente da comunidade de Planalto Rural, ocorre uma organização em nível social que, em grande parte, é propiciada pela Associação, a qual possibilitou os agricultores não mais serem concorrentes entre eles, mas parceiros de produção. Com isto, conseguiram vender seus produtos com o preço mais justo. É inerente a essa comunidade a preocupação ambiental; ao longo da última década, esta inquietação vem implementando ações de recuperação das áreas degradadas e fazendo com que haja uma atenção especial para as nascentes e a recuperação dos lençóis freáticos. Isto tem refletido num aumento das matas ciliares e num retorno da fauna e da flora da região; conseqüentemente, as questões ambientais, que são tão atuais, fazem parte da discussão e da preocupação cotidiana dos agricultores familiares.

A partir dos estudos feitos, foi possível apreender que a agricultura familiar, no Planalto Rural, tem favorecido a fixação dos agricultores no campo e possibilitado a autossuficiência em suas propriedades, pelo aumento e pela diversificação da produção. A diversificação, como uma estratégia utilizada pelos agricultores, possibilita-lhes maior produtividade e a abertura de novos mercados, além de não esgotar os solos por causa da rotação de culturas. Assim, percebe-se que as questões sociais, ambientais e econômicas são contempladas dentro dessa comunidade, visto que a atividade agrícola desenvolvida lhes garante não apenas o sustento, mas também a dignidade da pessoa humana como trabalhador que lida com a terra.

Constatamos que o associativismo proposto pelos próprios agricultores, juntamente com as políticas públicas e os programas do governo, possibilitou o êxito das propriedades e a manutenção dos agricultores na área rural, garantindo a segurança alimentar da família no meio rural e da população consumidora de seus produtos na cidade.

Por fim, podemos concluir que a manutenção da população rural no Norte de Minas perpassa por uma organização, ao mesmo tempo, antiga e que se mantém baseada em certas tradições ou no tradicionalismo. Os novos caminhos propostos, principalmente por um novo olhar para o campo, seja pela sociedade ou por uma retomada de conhecimento dessas populações do seu papel como autores modificadores do seu espaço, por incentivo governamental, tem dado um novo sentido para essa região. Sentido este que reflete novas possibilidades para o estudo e a perspectiva do rural com base na prática e na organização desses agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

AB' SÁBER, Aziz N.. O relevo brasileiro e seus problemas. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). **Brasil a terra e o homem**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968, v. 1, p. 135-217.

AB' SÁBER. **Potencialidades paisagísticas brasileiras**. São Paulo: SGEO/USP, 1977. (Série Geomorfologia, 55).

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios extensão para a agricultura familiar. In: **Seminário de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília/DF: EMBRAPA, 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

ABRAMOVAY, R. Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte. In: **I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**. Fortaleza/Ceará: IICA-Brasil, MDA, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003a, p. 17-56.

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas Ciências Sociais. In: **Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2004, n. 16 (2), p. 35-64.

ALMEIDA COSTA, João Batista. **Mineiro e Baianos** - englobamento, exclusão e resistência. 2003. 332 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2003.

ALTAFIN, Iara Guimarães. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira**. 2003. 225 f. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Social, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2003.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

ANJOS FILHO, Robério Nunes dos. **A função social da propriedade na Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://www.juspodivm.com.br/i/a/%7BA3A7E2E6-99EC-43C7-82A9-D07E3160D9B0%7D-roberio-a-funcao-social.pdf>>. Acesso em: 28/04/2011.

AMORIM, M. C. de; PORTO, E. R. Avaliação da qualidade bacteriológica das águas de cisternas: estudo de caso no município de Petrolina. In: **Simpósio brasileiro de captação de água de chuva no semi-árido**. Pernambuco: ABCMAC, 2001.

ASA – Articulação do Semi-Árido. **Programa de Formação Social e Mobilização para a Convivência com o Semi-Árido: um milhão de cisternas rurais** – P1MC. 2. ed. Recife: GTCD/Grupo de Trabalho de Combate à Desertificação da ASA, 2002.

ARAÚJO, Elisa Cotta de. **Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do quilombo de lapinha e dos varzanteiros do Pau de Léguas**. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2007.

BARBOSA, C. C. **A feira, a cidade e o turismo: conceito, definições e relações com o lazer e a cultura em Montes Claros-MG**. Uberlândia, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

BARBOSA, Rômulo S. Unidades de conservação ambiental e o encurralamento das populações locais no Norte de Minas. In: **IV Encontro Nacional da ANPPAS**. Brasília/DF: ANPPAS, 2008.

BARBOSA, Rômulo S. Seguro social e “seguro agrícola”: o duplo papel da previdência social rural. In: **Unimontes Científica** - Revista da Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros/MG: Editora UNIMONTES, v.5, n.1, jan./jun. 2003, p. 67-76.

BARBOSA, C. C. **A feira, a cidade e o turismo: Conceito, definições e relações com o lazer e a cultura em Montes Claros/MG**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 518, de 23 de março de 2004**. Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativas ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de portabilidade, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/sitefunasa/legis/pdfs/portarias_m/pm1518_2004.pdf> Acesso em: 25/05/2010.

BRASIL. **Censo - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2010**. <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: 21/06/2012.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília/DF, 7 de fevereiro de 2007.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa. Monocultura do Eucalipto e Expropriações das Populações Tradicionais no Norte de Minas Gerais. In: FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes; JÚNIOR, João Cléps. **Debaixo da Lona**. Goiânia/GO: UCG, 2006.

BRITO, L. T. L.; SILVA, A. S. S.; PORTO, E. R.; CAVALCANTI, N. B. Cisternas Domiciliares: quantidade e qualidade das águas para consumo humano. In: **XXXV**

Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola. João Pessoa/PB: Associação Brasileira de Engenharia Agrícola, 2006.

CAPORAL, F. R. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica.** Disponível em: <http://www.agroecologia.inf.br/conteudophp?vidcont=254>. Acesso em: 14/04/2011.

CARDOSO, Manuelle Prado; SILVA, Carolina Ventura da; PÁDUA, Valter Lúcio de. Captação de água de chuva em cisternas, verificação do potencial de alumínio e seu efeito sobre a saúde. In: **23º Congresso de Engenharia Sanitária e Ambiental.** Campo Grande/MS: ABES, 2005.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, Ailton Mota de. Estado, descentralização e sustentabilidade dos governos locais no Brasil. In: **Economia, Sociedad y Territorio.** Santiago: El Colegio Mexiquense, 2002, v. III, n. 12, p. 539-556.

CERDA, Rodrigo. **Atenção Primária Ambiental.** Brasília: OPAS/OMS, 1999.

CEDEFES - Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/index.php?p=ngolo> Acessado em: 20/06/2012.

CHAGAS, Ivo das. Estrutura e funcionamento do Bioma Cerrado. In: **Caderno Geográfico.** Montes Claros/MG: Editora da UNIMONTES, 1999, ano III, v. 3.

CORDEIRO, Romana de Fátima Leite. **Norte de Minas e Montes Claros:** o significado do ensino superior na (re) configuração da rede urbana regional. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Temas da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia cultural:** introduzindo a temática, os textos e uma agenda. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 10-24.

COSTA FILHO, Aderbal. **Os Gurutubanos:** territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. 2008. 293 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2008.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. Territorialidades sertanejas: permanências e transformações no espaço rural nordestino. In COSTA, João Batista de Almeida; LUZ, Cláudia de Oliveira (Orgs.). **Cerrado, Gerais, Sertão:** Comunidades tradicionais nos sertões roseanos. Montes Claros/MG, São Paulo: UNIMONTES, Intermédios Cultural, 2012, p. 129-144.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Os Geraizeiros e a biodiversidade no norte de Minas Gerais:** a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistema

tradicionais. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Internacional de Anda Lúcia, Huelva/Espanha, 1998.

DAYRELL, Carlos Alberto; SOUZA, Solange Monteiro de. **Redes sócio-técnicas e agricultura sertaneja**: novos enfoques em programa de ater. Montes Claros/MG: Concurso RIDELC, 2007.

DAYRELL, C. Os Geraizeiros Descem a Serra ou a Agricultura de Quem não aparece nos Relatórios dos Agrobusiness. In: LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos (Organizadores). **Cerrado e desenvolvimento**: Tradição e Atualidade. Montes Claros/MG: CAA; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000, p. 189-272.

DELGADO, Guilherme C.; THEODORO, Mário. Desenvolvimento e política social. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 409-435.

DENARDI, Reni Antônio. Agricultura familiar e políticas públicas. Alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. In: **Revista Agroecológica**. Porto Alegre/RS: EMATER/RS, v. 2, n. 3, jul./set. 2001, p. 56-62.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: EDUSP, 2003.

ESTATUTO DA TERRA. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104451/estatuto-da-terra-lei-4504-64>>. Acesso em: 26/05/2010.

EMBRAPA. **Barraginha para captação de água de chuva, recuperação de áreas degradadas e regeneração de mananciais**. Disponível em: <http://images.barraginhas.multiply.multiplycontent.com/attachment/0/RldCogoKCoQAAAVZUlo1/Premio_Super_Ecologia.pdf?key=barraginhas:journal:14&nmid=43639860>. Acesso em: 15/12/2011.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Brasília/DF, mar. 1994.

FEITOSA, Antonio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes (Org.). Debaxo da Lona: tendências. In: GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **As Minas e os Gerais** - breve ensaio sobre Goyazes. Brasília: Paralelo: 2006.

FERREIRA, Darlene A. Oliveira. Geografia agrária no Brasil: conceituação e periodização. In: **Terra Livre**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 16, 1º semestre/2001, p. 39-70.

FJP – Fundação João Pinheiro. **Perfil de Minas Gerais 2000**. Belo Horizonte: FJP, 2000.

FRANÇA, I. S. de. **A cidade média e suas centralidades**: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2006. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

FONSECA, Ana Ivânia Alves. Sociedade e sua relação com a natureza no município de Claro dos Poções. In: **Revista Cerrado**. Montes Claros: Editora UNIMONTES, v.2, 2004.

FOLIA DE REIS. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 23 dez. 1980.

FLORENTINO, A. T. N.; ARAUJO, E. de L.; ALBUQUERQUE, U. P. de. Contribuição de quintais agroflorestais na conservação de plantas da Caatinga, Município de Caruaru, PE, Brasil. In: **Acta Botânica Brasílica**. São Paulo: Sociedade Botânica do Brasil, n. 21 (1), 2007, p. 37-47.

GALIZONI, F. M. **A terra construída** - família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. 2000. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Social) - , Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2000.

GUAZANROLI, Carlos Enrique et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Gramonci, 2001.

GUAZANROLI, Carlos Enrique **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Convênio FAO/ INCRA, 2000.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. 287 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, Porto Alegre, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. As Minas e os Gerais – Breve ensaio sobre o desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: DAYRELL, Carlos Alberto; LUZ, Cláudia (Org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Max Gráfica e Editora Ltda., 2000.

GOMES, Fernanda Silva. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re) estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais**. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

GRAZIANO, Francisco Neto. **Questão agrária e ecologia**. Crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUIMARÃES, Pedro Wilson. Cerrado e desenvolvimento; tradição e atualidade. In: DAYRELL, Carlos Alberto; LUZ, Cláudia (Org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Max Gráfica e Editora Ltda., 1999.

KNAUER, Luiz Guilherme. O subgrupo espinhaço em Minas Gerais: Considerações sobre Estratigrafia e seu Arranjo Estrutural. In: **Geonomos**. Belo Horizonte: UFMG/CPMTC/IGC, n. 15, v. 1, 2007, p. 81-90.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Período de 1970-2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=287>. Acesso em: 22/05/2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/default.shtm>. Acesso em: 26/09/2011.

IEF. **Instituto Estadual de Floresta**. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br>>. Acesso em: 14/03/2010.

IEF/MG. **Lei 14.181, de 17 de janeiro de 2002**, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 43.713, de 14 de janeiro de 2004. Disponível em: www.ief.mg.gov.br Acesso 20/06/2012.

IMA. Instituto Mineiro de Agropecuária. Disponível em: <<http://www.ima.mg.gov.br/>>. Acesso em: 25/03/2010.

INDI. Instituto de desenvolvimento industrial de Minas Gerais. Disponível em: <<http://indi.mg.gov.br>>. Acesso em: 16/08/2010.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília/DF: MDA, 1996.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura**: o Brasil redescoberto. Brasília/DF: MDA, 2000.

INCRA/FAO. Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. In: **Revista Ambiente e Sociedade**. Campinas/SP: ANPPAS, v. 5, n. 2; v. 6, n. 1, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas de desenvolvimento humano**. Brasília: IPEA, 2002.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

JALFIN, F. T. Considerações sobre a viabilidade técnica e social da captação e armazenamento da água de chuva em cisternas rurais na região semi-árida brasileira. In: **Simpósio Brasileiro de Captação de Água de Chuva no Semiárido**. Campina Grande/PB: ABCMAC, 2001.

LORENZI, Harri. **Árvores brasileiras**: Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Nativas do Brasil. Nova Odessa/SP: Plantarum, 1992.

LEITE, Romana de F. Cordeiro; SANTOS, Maria Édna Pinheiro dos; SOUZA, Márcia Librelon Pinheiro. Norte de Minas: estudo de campo realizado nos municípios de Francisco Sá, Montes Claros e Mirabela. In: **Caderno Geográfico**. Montes Claros/MG: Editora da UNIMONTES, v. 1, n. 03, out. 1999.

LEITE, M. E.; PEREIRA, A. M. A expansão urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização. In. PEREIRA, A. M.; ALMEIDA, M. I. S de (Org.). **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2004, p. 33 - 51.

LEMONS, M. B. **A regionalização como base para o planejamento**. Texto para Discussão. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2004.

LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **História da agricultura Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão do noroeste de Minas (1690-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MARTÍNEZ, Mario Iglesias. **Estratificação e tectônica do Grupo Bambuí no Norte do Estado de Minas Gerais**. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Instituto de Geociências Programa de Pós-graduação em Geologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Secretária da agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/garantiasafra/2264900>>. Acesso em: 23/08/2011.

MONTES CLAROS,. Prefeitura de Montes Claros. **Características gerais de Montes Claros**. 2008. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br>>. Acesso em: 3/12/2011.

MEDRADO, Wallen Alexandre. **Caracterização geotécnica dos solos no Norte de Minas Gerais para aplicação em obras rodoviárias**. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Geotecnia) - Núcleo de Geotecnia da Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto/MG, 2009.

MEDINA, N. **Educação ambiental: uma nova perspectiva**. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Universidade Federal do Mato Grosso, 1994. (Série Cadernos Pedagógicos)

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. 2009. 233 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2009.

NEVES, Delma Pessanha. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural. In: **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumo da política de assentamento**. São Paulo: UNIARA, 2008, p. 348.

NORONHA, A. F. B. **Agricultura familiar, extensão rural e sistemas agroflorestais: a experiência do CAV no Alto Jequitinhonha.** 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras/MG, 2008.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins; RODRIGUES, Luciene (Org.). **Formação econômica e social do Norte de Minas.** Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. RODRIGUES, Luciene (Org.). **Formação econômica e social do Norte de Minas.** Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

PEREIRA, Anete Marília Pereira. Múltiplos olhares sobre a Região Norte de Minas. In: **Revista Cerrados.** Montes Claros/MG: Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros, v. 4, n. 1, 2006.

PEREIRA, A. M.; LEITE, M. E. A expansão urbana de Montes Claros e a questão da centralidade: notas para reflexão. In: **Anais do V Encontro Regional de Geografia: região e lugares; novos tempos, outros desafios.** Montes Claros/MG: Departamento de Geociências da UNIMONTES, 2004.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais.** Uberlândia: UFB, 2007.

PEREIRA, Laurindo Mékie. 2006. História de uma “História”: ensaio sobre o pensamento regionalista norte-mineiro. In: **XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo.** São Paulo, Assis: ANPUH, UNESP, 2006.

PEREIRA, João Octaviano de Lima. **Da propriedade no Brasil: estudo sobre a origem da formação da propriedade.** São Paulo: Duprat, 1932.

PIRES, Simeão R. **Raízes de Minas.** Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora, 1979.

POZO, Osmar Vicente Chéves. **Regime de propriedade e recursos naturais: a tragédia da privatização dos recursos comuns no Norte de Minas.** 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - ICHS- CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2002.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral.** Projeto História 15. São Paulo, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

PRONAF. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 22/08/2011.

REIS, Paulo Ricardo da Costa. **Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento regional: o caso do projeto público de irrigação Gorutuba.** Disponível em: www.codevasf.gov.br/principal/perimetros...de-projetos/gorutuba Acesso em: 22/03/2012.

RIBEIRO, A. E. M.; ARAÚJO, D. P.; FREITAS, C. S.; FERREIRA, D. N.; SILVA, R. O. As dimensões das feiras livres. In: RIBEIRO, E. M. (Org.). **Feiras do Jequitinhonha: mercado, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, Universidade Federal de Lavras, 2007, p.113-138.

RIBEIRO, Magalhães Eduardo. **História dos Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, R. F. **Certão-Serrado: história ambiental e etnoecologia na relação entre populações tradicionais de Minas Gerais e o bioma do Brasil Central**. Dissertação (Mestrado) Rio de Janeiro: UFRJ, Seropédica, 2001

RIBEIRO, E. M.; ARAÚJO, D. D.; FREITAS, C. S.; FERREIRA, D. N.; SILVA, R. O. As dimensões das feiras livres. In: RIBEIRO, E. M. (Org.) **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, Universidade Federal de Lavras, 2007.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins; RODRIGUES, Luciene (Org.). **Formação econômica e social do Norte de Minas**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ROSA, Guimarães, João. **Grande sertão: veredas**. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Trad. Leonardo Miliani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, Eric Pierre. Viabilidade da agricultura familiar nordestina e globalização. In: P&T, n. 16, setembro/2000 pp.25-39. Disponível em: <http://www.geocities.com/ptreview/16-sabourin.html?20069>. Acesso em: 03/10/2010.

SANTOS, Milton. Da sociedade à paisagem: o significado do espaço do homem. In: SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 53-63.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelas províncias do Rio e Minas Gerais**. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SAUET, Marcos Aurélio et al. Agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. In: **Geografia Agrária, Território e Desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010, p. 237-254.

SEBRAE/MG. **Revista Passo a Passo**. Belo Horizonte: Gráfica Brasil, n. 108, 2006.

SILVA, Martha Esthela Santos; BARONE, Luís Antônio. Associativismo e organização produtiva em assentamentos rurais; resistência social e políticas públicas na reforma agrária. In: **Retratos dos Assentamentos**. Araraquara/SP: NUPEDOR (Núcleo de Pesquisas e Documentação Rural), n. 12, 2009.

SCHENEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e desenvolvimento local. / Desenvolvimento rural: Tendências e debates contemporâneos / Organização José Marcos Froehlicg, Vivien Diesel** – Ijuí: Unijui, 2006.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SILVESTRE, L. H.; CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, E. M. Mercados locais e políticas públicas para a agricultura familiar: um estudo de caso no município de Minas Novas, MG. In: **XIII Congresso da SOBER**. Ribeirão Preto/SP: SOBER, 2008.

SOARES, A. C., **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. In: Revista Proposta, n. 87, dez./fev. 2000/2001.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **As relações de trocas materiais e simbólicas no mercado municipal de Araçuaí**. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2008.

SEVILLA GUZMÁN, E. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997, p. 19-32.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **Cerrado e camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SILVA, Carlos E. Mazzetto. Desenvolvimento e sustentabilidade nos Cerrados: o caso do sertão norte-mineiro. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos. **Cerrado e desenvolvimento: tradição e Atualidade**. Montes Claros: Editora da UNIMONTES, 2000.

TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. Desenvolvimento rural e agricultura familiar: reflexões a partir do estudo de caso da cachaça artesanal de Ouro Preto (MG/Brasil) e da Aguardente de Medronho (Algarve/Portugal). In: **XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

TURINO, Thomas. A coerência do estilo social e da criação musical entre os Aimará no sul do Peru. In: **Música hoje**. Belo Horizonte: Departamento de Teoria gGeral da Música/EMFMG, n. 7, 2000, p. 49-93.

THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA, J. N. (Org.). **Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília/DF: CNDRS/MDA/NEAD, 2001.

VIEIRA, Sônia Maria. **Folia de reis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 21-55.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 27-61.

YIN, Robert K. **Estudo de caso de pesquisa planejamento e método**. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2005. Disponível em: <www.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/poligono-das-secas>. Acesso em: 10/11/2011.

Apêndice 1

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA FEIRANTES

1. DADOS DO FEIRANTE

Nome: _____

Mora no município Mora fora do município

Mora na cidade Mora na área rural

1.2. Sexo: M F

1.3 Estado civil: _____

1.4 Aposentado(a): Sim Não

1.5. Idade: menor ou igual a 20 21 a 30 31 a 40 41 a 65

maior de 65

1.6. Renda familiar mensal:

um salário mínimo de dois a quatro salários a partir de cinco salários

1.7. O Sr.(a) é chefe de família? Sim Não

1.8. Quantas pessoas vivem na mesma casa que o Sr.(a)?

1.9. Vivem aposentados na sua residência? Sim Não

Quantos? _____

1.10. Recebe algum auxílio do governo: bolsa-escola, cesta-básica? Sim Não

Qual? _____

2. HÁBITOS DO FEIRANTE

2.1 O Sr.(a) vem todas as semanas à feira? Sim Não

2.2 Quais dos produtos abaixo costuma vender em **TODA FEIRA?** (*ler a relação*)

2.3 Qual a sua relação com a feira?

Comércio Lazer Comércio e Lazer

2.4 Qual a importância da renda obtida com a venda na feira?

2.5 É utilizado algum tipo de agrotóxico ou adubo químico na produção?

2.8 Você se reconhece como agricultor familiar? () Sim () Não

Apêndice 2

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA CONSUMIDORES

1. DADOS DO CONSUMIDOR

Nome: _____

Mora no município Mora fora do município

Mora na cidade Mora na área rural

1.2. Sexo: M F

1.3 Estado civil: _____

1.4 Aposentado(a): Sim Não

1.5. Idade: menor ou igual a 20 21 a 30 31 a 40 41 a 65

maior de 65

1.6. Renda familiar mensal:

um salário mínimo de dois a três salários a partir de quatro salários

2. HÁBITOS DE CONSUMO

2.1 O Sr.(a) vem todas as semanas à feira? Sim Não. Com qual regularidade?

2.2 Quanto gasta em compras, em média, a cada semana?

2.3. Quais dos produtos abaixo costuma comprar em **TODA FEIRA?** (*ler a relação*)

<input type="checkbox"/>	Aves	<input type="checkbox"/>	Produtos do extrativismo (pequi, panã, medicinais)
<input type="checkbox"/>	Hortaliças	<input type="checkbox"/>	Doces
<input type="checkbox"/>	Frutas	<input type="checkbox"/>	Flores
<input type="checkbox"/>	Cereais	<input type="checkbox"/>	Ovos
<input type="checkbox"/>	Queijo, requeijão	<input type="checkbox"/>	Temperos
<input type="checkbox"/>	Artesanato	<input type="checkbox"/>	Outros. Quais?

2.4 Quais os produtos mais importantes que compra sempre? (Colocar de acordo com a prioridade)

1		3	
2		4	

2.5 Quantas pessoas consomem os produtos que compra na feira? _____

2.6 Compra sempre dos mesmos feirantes? () Sim () Não.

2-2

Por quê? _____

2.7 Enumere, de acordo com a importância que tem para você, as características do produto.

	Aparência do produto		A fama da produção do feirante
	A forma como o produto está exposto		Preço do produto
	Produto sem agrotóxico		Outra característica:

2.8 Qual vai ser o uso dos produtos que a Sr.(a) compra na feira?

() consumo da família () comercialização

() outros: _____

2.9 Existem produtos que o Sr.(a) só encontra na feira? () Não () Sim

Quais? _____

2.10 O Sr.(a) deixa de consumir algum produto se ele não for encontrado na feira?

() Sim () Não

Qual? _____

2.11 Em sua opinião, os preços da feira são maiores ou menores que os do supermercado?

2.12 Qual o seu horário preferido para ir à feira? Por quê?

2.13 Qual a sua opinião sobre os produtos vendidos na feira?

() Alta qualidade () Média qualidade () Baixa qualidade

2.14 Quais os problemas que percebe na feira?

2.15 Em sua opinião, o que deveria ser feito para melhorar a feira?

2.16 Qual q sua relação com a feira?

() Compras () Lazer () Outros